

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

VALESKA CAMPOS TRISTÃO

**(COM) VIVER E (COM) FIAR UMA REDE QUENTE NA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL
DE VINCULAÇÃO AFETIVA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO
INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

**VITÓRIA - ES
2015**

VALESKA CAMPOS TRISTÃO

**(COM) VIVER E (COM) FIAR UMA REDE QUENTE NA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL
DE VINCULAÇÃO AFETIVA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO
INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Dissertação de mestrado apresentada à
apreciação do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Institucional da Universidade
Federal do Espírito Santo, sob a orientação
da Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares.

**VITÓRIA - ES
2015**

VALESKA CAMPOS TRISTÃO

**(COM) VIVER E (COM) FIAR UMA REDE QUENTE NA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL
DE VINCULAÇÃO AFETIVA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO
INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 11 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Luciana Vieira Caliman

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Márcia Oliveira Moraes

Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço às crianças que por mim passaram, que com todas as suas forças resistiram - com seus próprios corpos, como podiam e como a idade permitia - a toda imposição da justiça (ou da vida). Foram essas forças que moveram esse trabalho.

À Deus, o autor, consumidor e direcionador de toda minha experiência! Agradecida sempre pela possibilidade d'Ele ter me direcionado à UFES, e poder ter construído amizades transgressoras e desestabilizadoras. Obrigada “psicóticos” e turma VI do PPGPSI. Em especial a Fabiana, Gleison, André, Thalita, Janice e professora Sonia Pinto.

À minha orientadora e professora de sempre, do mestrado, do PET, do estágio... Quanta força! Obrigada Gilead!

Aos meus pais Rita e Elias, e minha irmã Vanessa, por toda dedicação e investimento, principais motivadores das minhas escolhas!

Ao meu companheiro, parceiro de vida! Obrigada Juliano por aguentar as ausências!

À Luciana Caliman e Márcia Moraes, pelas indicações de leituras e pela disponibilidade em compor a banca desta dissertação.

À Gerência de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social da PMV, em especial na pessoa de Anabel, que me autorizou a realização do mestrado.

Às meninas do acolhimento familiar, Simone, Mirella, Priscila, Juliana, Andréa, Isabel, Rosana, Mayara. Obrigada por terem segurado “as pontas” diante da necessidade de me ausentar em alguns momentos do PFA. Aqui trago as tantas discussões que fazíamos!

Ao grupo RAIJ por ter bancado grande parte dessa pesquisa comigo!

O trem de Passagem

Esta é a história de um trenzinho de ferro... projetado para ser incansável em levar pessoas de um canto a outro, por vários lugares. Quando do seu invento precisava-se de um instrumento que pudesse encurtar distâncias, e na velocidade dar passagem aos vários viajantes que com bagagens em mãos necessitavam visitar parentes, amigos... fazer mudanças ... conhecer terras estrangeiras, diferentes ... estranhas.

Porém, que engraçado... o trenzinho tão eficiente permanecia sempre em um trilho marcado e apesar de ter seu percurso todo previsto seus viajantes eram completamente imprevisíveis. A cada estação em que o trem parava os passageiros vários, de lugares mais ou menos afastados desfilavam e falavam todos, ao mesmo tempo, em línguas diferentes dos diversos lugares por onde andaram, das coisas que viveram, das casas onde moraram, das saudades que sentiam, da vida que levavam e em uma brincadeira interminável passageiros subiam e desciam, procurando sempre novos/velhos/outros caminhos...

Com o tempo o trenzinho foi se enferrujando, ficando menos veloz e impaciente. Era difícil para esse trem de ferro acompanhar tanto movimento e por conta disso foi interditando algumas passagens, aumentando os ditames, emudecendo as línguas, ensurdecendo os passageiros com campainhas marcadoras de horários, que decidiam os fazeres, que diziam sobre quem subir, quem descer, quem brincar, quem comer... E os passageiros tão vívidos foram ficando apagados e esquecidos... moradores de trem pareciam ... E de tanta interdição vez ou outra algum viajante dizia que aquilo mais parecia na verdade uma prisão

Porém os passageiros já tinham andado por muitos lugares e visto muita gente... e mesmo que quisesse não havia como fazer esquecer tudo aquilo que já haviam vivido longe dali... E então essas gentes aprisionadas e descontentes alcançavam vez ou outra uma fresta de janela e a lembrança por um instante reavivava novamente trazendo outras viagens, outras passagens, outros momentos e o olho brilhava, o corpo tremia, o trem balançava e algo sem querer acontecia...

(Janaína Mariano César)

RESUMO

A partir de nossa vivência na Proteção Social Especial de Alta Complexidade para crianças e adolescentes da Prefeitura de Vitória (que inclui o acolhimento familiar e institucional), buscamos seguir as controvérsias referentes a tais serviços de maneira a colocar em análise os atravessamentos que perpassam a realidade dos acolhimentos, como criminalização da pobreza, valorização da família, fortalecimento do acolhimento familiar, desqualificação dos espaços institucionais, desenvolvimento de crianças acolhidas, entre outros. Nossa aposta foi de que mesmo diante dessas questões que perpassam os serviços de acolhimento, podemos potencializar essa rede e inventar novos modos de se relacionar com a vida, com as crianças, com as famílias e com os serviços de medidas protetivas. Por isso, nos apoiamos na compreensão de rede como transformação, alianças, fluxos, mediações e movimentos, conforme proposta pela Teoria Ator-Rede. Os dispositivos analíticos utilizados foram o diário de campo, a análise da ata das reuniões mensais dos equipamentos da alta complexidade de crianças e adolescentes com a Vara da Infância e Juventude de Vitória, e entrevistas com os atores que compõem a rede de proteção social especial da alta complexidade. A temática da vinculação e confiança emerge como agente transversalizador de nossas intervenções. Portanto, buscando produzir uma inflexão em nossa pesquisa, nos aliançamos às reflexões éticas que nos apontam para a intensificação da experimentação, das relações afetivas e das práticas de cuidado, já que apostar na potência das modalidades de acolhimento familiar e institucional é apostar na relação, na construção de vínculo e confiança.

Palavras chaves: Assistência Social; Acolhimento institucional; Acolhimento familiar; Vínculo; Confiança; Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

ABSTRACT

From our experience in the Special Social Protection of High Complexity for children and adolescents from Vitória (which includes foster and institutional care), we seek to follow the controversy that concerns these services, aiming to analyse the crossings that pervades the reality of these services like criminalization of poverty, family valorization, strengthening of foster care, disqualification of institutional spaces, the development of foster children, among others. We believed that even with these issues that cross over the care services, we can potentialize this network and invent new ways of relating it to life, to children, families and the protective measures services. Therefore, we are relying on the understanding of this network as transformation, alliances, flows, mediations and movements, as proposed by the Actor-Network Theory. The analytical devices used in this work were the field diary, the analysis of the minutes of the monthly meetings of the high complexity equipment for children and adolescents with the Childhood and Youth court of Vitória and interviews with actors who form the special social protection network of high complexity. The theme bond and trust emerges as a crossing agent of our interventions. Therefore, in order to produce a inflection in our research, we ally ourselves to ethical reflections that link us to the intensification of the trial, to the affective relationships and health practices, since betting on the power of family and institutional care modalities is betting on the relationship, in building bonds and trust.

Keywords: Social Assistance; Institutional Care; Foster Care; Bond; Trust; Right to Family and Community Living.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ecriad – Estatuto da Criança e do Adolescente

ES – Estado do Espírito Santo

Febem – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PFA – Programa Família Acolhedora

PLANO NACIONAL – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

SAFE – Serviço de Acolhimento em Família Extensa

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE VITÓRIA: TECENDO REDES DE TRANSFORMAÇÃO.....	16
2.1 CARACTERIZANDO A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA PREFEITURA DE VITÓRIA	16
2.2 REDES COMO TRANSFORMAÇÃO	19
3 OS PERCURSOS FORJADOS NA PESQUISA	25
3.1 O CAMINHO QUE SE FAZ E REFAZ ... ENQUANTO SE CAMINHA!	25
4 DAS RODAS DE EXPOSTOS AO DIREITO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL	35
4.1 “O PODER TOMOU DE ASSALTO A VIDA”: CONTROLE E VIGILÂNCIA DAS FAMÍLIAS E CRIANÇAS POBRES	41
4.2 A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA MODERNA	50
4.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA - OS PROGRAMAS DE FAMÍLIA ACOLHEDORA COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO ALTERNATIVA AO ABRIGAMENTO	55
5 DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DE VÍNCULOS DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO	67
5.1 VÍNCULO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ALTA COMPLEXIDADE: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) E DO PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	68

5.2 O “VÍNCULO” NO COTIDIANO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA PREFEITURA DE VITÓRIA	75
5.3 TEORIAS PSICOLÓGICAS DE VINCULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	92
5.3.1 O “Ambiente Suficientemente Bom” de Winnicott e a “Teoria do Apego” de Bowlby: quais conexões construir?.....	93
5.4 POR UMA PERSPECTIVA ÉTICA DA VINCULAÇÃO INFANTIL	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXO 1	123

1 APRESENTAÇÃO

No ano de 2011, quando iniciei o trabalho como psicóloga do Programa Família Acolhedora na Prefeitura Municipal de Vitória, comecei a experienciar as problemáticas que perpassam os espaços de acolhimento para crianças e adolescentes que sofreram violações graves de direitos. Foi a partir das angústias emergidas nesse processo de trabalho que percebi a necessidade de compartilhar as inquietações vivenciadas na alta complexidade da assistência social¹, de me debruçar sobre este campo e de nele intervir.

O discurso de proteção a essa faixa etária é preponderante nas políticas sociais e diversas estratégias têm sido criadas a fim de abranger as famílias visando a garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Temos percebido, contudo, diversas práticas nos serviços da assistência que despotencializam e criminalizam seus usuários.

As práticas de assistência, que por muito tempo foram marcadas por seu caráter filantrópico e caritativo, encontram-se hoje vinculadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instaurada em 2004. A implementação da PNAS buscou transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição de 1988 – marco histórico em que a Assistência ganha o status de Política de Seguridade Social – e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), que regulamentou os direitos sociais garantidos na Constituição. A PNAS define os princípios e diretrizes de sua implantação e nos apresenta a organização dos serviços de proteção da assistência por tipificações: básica e especial (média e alta complexidade).

A Proteção Social Básica visa à prevenção de situações de risco por meio do “desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p. 33). Temos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Serviços de Convivência Comunitária inseridos nesse nível de proteção. A Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em “situação de risco pessoal e social” por ocorrência das diversas violações de direitos: abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos,

¹ Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade na assistência social se referem aos acolhimentos institucional e familiar. Logo adiante detalharemos essa tipificação.

abuso sexual, situação de rua, entre outros. Segundo a PNAS, enquanto a Proteção Social Especial de média complexidade trabalha com atendimento a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas não tiveram rompidos os vínculos familiares, a Proteção Social Especial de alta complexidade trabalha com a garantia da proteção integral para aqueles que se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (Brasil, 2004). Os serviços da Assistência Social de Proteção Social Especial de Alta Complexidade a crianças e adolescentes compreendem o acolhimento institucional e o acolhimento familiar. Estes constituíram nosso campo de pesquisa.

A história dos abrigos - denominados atualmente como Serviços de Acolhimento Institucional, de acordo com o PNAS - é antiga no Brasil. A inserção de crianças e adolescentes em estabelecimentos com o intuito de protegê-las, afastando-as do convívio familiar foi, durante muito tempo, organizada em espaços que atendiam a um grande número de pessoas, que lá permaneciam por longo período, às vezes a vida toda (BRASIL, 2004).

Segundo os dados dos Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003, no Brasil, 80.000 crianças/adolescentes viviam em Serviços de Acolhimento Institucional e a maioria delas possuía família e foi acolhida por motivo de pobreza (COSTA & ROSSETI-FERREIRA, 2009). Segundo os dados do Relatório de Gestão² da Prefeitura de Vitória, realizado em 2011, 294 crianças/adolescentes foram atendidas pelos serviços de acolhimento, sendo a “negligência” o maior motivo para tal. Esses dados indicam o distanciamento entre as diretrizes jurídicas e as práticas e realidades cotidianas. A partir dos dados do IPEA, foram fortalecidas as discussões a respeito de alternativas à institucionalização e da urgência de outras medidas (COELHO, 2010). Diante desse cenário, o Acolhimento Familiar tem sido evidenciado pelas políticas públicas como uma das medidas que visa a “solucionar” as problemáticas que perpassam o Acolhimento Institucional.

O Acolhimento Familiar surgiu como política de proteção social alternativa ao abrigamento a partir do início do século XX em países como Estados Unidos,

2 O Relatório de Gestão da Assistência Social da Prefeitura Municipal não foi publicado. Ele foi produzido por todos os equipamentos da Assistência visando buscar os resultados obtidos pelos serviços no ano de 2011.

Inglaterra, Espanha e Itália, diante de influências de estudos médicos e psicológicos do desenvolvimento humano, da valorização da família como contexto primordial ao desenvolvimento e de discussões referentes à garantia do direito da criança e do adolescente (CABRAL, 2004; MARTINS et al, 2010). No Brasil, essa nova modalidade de acolhimento firma-se como política recentemente³, através da Política Nacional de Assistência Social e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária⁴, e se torna evidenciada e fortalecida a partir da Lei 12.010 de 2009 do ECIAD (CNAS & CONANDA, 2009). Por se tratar de uma lei recente, ainda existem poucos programas de acolhimento familiar em nosso país, comparado com o quantitativo de acolhimentos institucionais. Na Prefeitura Municipal de Vitória, o Programa existe há 8 anos.

O Acolhimento Familiar, segundo Cabral e Guimarães (2005), é o “ato de acolher e cuidar dos filhos de outra pessoa por um tempo determinado” (p. 11). Assim, o Programa Família Acolhedora visa a acolher provisoriamente crianças e adolescentes vítimas de violência em famílias previamente cadastradas e habilitadas do município e tem por objetivo garantir o cuidado e a proteção às crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que oferece apoio às famílias de origem, visando ao retorno de seus filhos, sempre que possível.

Nossa chegada ao “campo” deu-se em janeiro de 2011. Na atuação como psicóloga do Programa Família Acolhedora (PFA) algumas cenas nos impulsionaram ao presente trabalho. Considerado como “evolução” e “solução” das políticas de alta complexidade direcionadas à criança e ao adolescente, o acolhimento familiar também era posto em análise por alguns atores.

A metodologia de trabalho dos técnicos (psicólogo e assistente social) do Programa Família Acolhedora visa ao acompanhamento do acolhido, de sua família de origem e da família acolhedora por meio de atendimentos individuais, visitas domiciliares e

³ Frisamos que, apesar do acolhimento familiar ser uma modalidade recente nas políticas de proteção, ele sempre existiu no Brasil de modo informal quando famílias biológicas delegavam seu papel parental à família extensa ou a outro adulto repassando a responsabilidade pela criação ou cuidado do seu filho (CABRAL, 2004).

⁴ Ao longo de nosso trabalho, vamos nos referir ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária apenas como Plano Nacional.

inclusão das famílias nos diversos serviços socioassistenciais de referência. Apesar da aposta e investimento do Programa para que ocorra um estreitamento da relação entre a família acolhedora e a de origem, nem sempre esse contato é possível, ora por recusa dos acolhedores, ora por recusa dos próprios familiares. Diante disso, outro procedimento realizado pelo Programa são os encontros entre os acolhidos e sua família de origem, que podem ocorrer em parques públicos municipais, praças ou até mesmo na própria residência dos familiares da criança.

O momento de maior inquietação, como psicóloga do Programa, eram esses encontros mediados entre os acolhidos e suas famílias. As crianças, a equipe técnica e as famílias ficavam bastante comovidas nesses momentos, pois os acolhidos choravam de forma insistente, não querendo ir embora (ou seja, não queriam deixar suas famílias) e em várias ocasiões foi preciso contê-las na hora da partida. Tais encontros eram sempre muito intensos. Além disso, surgiam também indagações a respeito dos procedimentos do PFA e confrontações pelas famílias de origem: *“Eu preciso saber onde meu filho dorme, quem são as pessoas que estão cuidando dele, eu não durmo a noite de tanta preocupação!”*, exclamava uma mãe “violadora”.

O cenário, então, era posto em análise e nos instigava: que violência/negligência é essa que faz a criança e a família desejarem tanto estar juntas/conviver? Por que temos que punir as famílias “fragilizadas” com o afastamento da criança? Por que apenas adoção ou reintegração? Por que não podemos pensar em adoção com vínculos com a família de origem? Outras forças pareciam compor o cenário, tratava-se de recusas ou *resistências*?

Segundo Lavrador (2006), os modos de resistir “dizem respeito à ruptura de todos os tipos de aprisionamentos que impedem as passagens de intensidades, de vozes e de liberdade” (p. 16). Mesmo diante de tantas regras e endurecimentos impostos pelas políticas de assistência, a vida resiste e insiste. Desse modo, a resistência está presente nos cotidianos dos acolhimentos, provoca deslizes de discurso e faz gritar o que é silenciado, sinalizando a possibilidade de criação de outros modos de lidarmos com essa realidade.

A rede de serviços de acolhimento a crianças e adolescentes é atravessada⁵ por discursos e práticas instituídas⁶: modelo familiar; famílias pobres-negligentes-perigosas; vinculações “saúdáveis” x vinculações “patológicas”; infância normal x infância marginal; “sucesso” no desenvolvimento infantil; entre outros que nos propomos acompanhar e neles intervir⁷. Em nosso cotidiano de trabalho, por vezes, nos encontramos aprisionados, capturados pelas naturalizações. Agarramo-nos às regras e leis como verdades absolutas e acreditamos serem estas o único caminho. Deixamos escapar as experimentações e pensamos por essências. Segundo Machado (1999), ajudando a compreender tal perspectiva, “as idéias se oferecem como apaziguadoras e verdadeiras e solicitam obediência” (p. 149). Fuganti (2009), ao falar sobre os valores que transcendem e nos imobilizam, diz:

Expressos por discursos que pretendem representar e justificar os bons costumes, autoqualificados e científicos, cultuados como verdades em si ou formas puras do saber, esses valores bloqueiam e separam o indivíduo de sua capacidade imanente de pensar e agir por ordem própria, desqualificando seus saberes locais e singulares como meras crenças ou opiniões e destituindo-os de suas potências autônomas que criam seus próprios modos de efetuação (p. 2).

As formas “prontas”, tidas como “verdades inquestionáveis” da vida e, portanto, também das gestões das políticas, em consonância com a maneira como nos propomos a exercer os Programas Protetivos para crianças e adolescentes, podem servir para bloquear nossas produções de análises e a criação de outras formas de lidar com a vida e intervir nas questões que surgem nos acolhimentos. Daí a necessidade do exercício permanente do estranhamento, do questionamento e da análise das instituições. A ética nos convoca à problematização dos instituídos, à abertura da vida em sua multiplicidade.

[...] a ética requer valores imanentes a favor da vida, de “uma vida” que se diferencia da vida que a moral apequena e deprecia com seus julgamentos

⁵ Segundo Barembritt (1992), o conceito de *atravessamento* considera as reproduções da sociedade e resistências às transformações pressupostas pela utopia social e seus princípios; trata-se da interpenetração de elementos a serviço do instituído, do conservador.

⁶ Segundo a Análise Institucional, as instituições são as normas, as regras, as práticas, os discursos etc. que constituem a sociedade e que são tomados como verdadeiros e naturais, obscurecendo seus processos de constituição na história social e seu movimento constante de transformação. Lourau (apud ALTOÉ, 2004), para descrever as instituições, refere-se ao instituído e ao instituinte, assim, o instituído refere-se ao que tende a se manter igual, àquilo que impede a percepção das mudanças e que obstaculiza os movimentos de transformação da realidade, enquanto o instituinte refere-se exatamente aos processos de transformação da realidade, de passagem de um território a outro, que engendram novos possíveis no cotidiano.

⁷ No decorrer na dissertação nos propomos a discorrer sobre tais atravessamentos.

universais, absolutos e destruidores da própria vida que diz proteger (LAVRADOR, 2006, p. 72).

Como podemos ser menos julgadores na vida, em nossas práticas? Quais modos de vida temos afirmado no cotidiano dos acolhimentos? Temos produzido ações que potencializam ou mortificam a vida? Quais questões tem atravessado essa rede e como podemos potencializá-la?

Partindo das experiências e angústias vivenciadas no Programa Família Acolhedora e entendendo que elas dizem respeito a questões que atravessam os serviços de alta complexidade, na pesquisa que originou este trabalho objetivamos acompanhar as práticas que se atualizam na rede de serviços de assistência social a crianças e adolescentes acolhidos no Município de Vitória, bem como seus efeitos. Buscamos dar visibilidade às questões que tem fragilizado essa rede e aos sentidos que tal rede tem “adotado” e também produzido.

Entendemos que são as práticas atualizadas nos serviços que vão constituindo “redes”. Pretendemos, então, pensar o que temos produzido no acolhimento institucional e familiar e como podemos fomentar a invenção de novas práticas e de redes “quentes”, nas quais o acolhimento seja resultado de um exercício ético baseado na *confiança*.

2. A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE VITÓRIA: TECENDO REDES DE TRANSFORMAÇÃO

2.1 CARACTERIZANDO A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA PREFEITURA DE VITÓRIA

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade para criança e adolescente da Prefeitura de Vitória é composta pelo Programa de Acolhimento Institucional e pelo Programa de Acolhimento Familiar. Atualmente, o município possui 07 Serviços de Acolhimento Institucional para esse público:

- Casa de Acolhida I (porta de entrada para crianças de 0 a 6 anos)
- Casa de Acolhida II (porta de entrada para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos)
- Centro de Vivência I (preferencialmente meninas de 0 a 10 anos)
- Centro de Vivência II (preferencialmente meninos de 6 a 12 anos)
- Centro de Vivência III (preferencialmente meninas de 12 a 18 anos)
- Centro de Vivência IV (preferencialmente meninos de 12 a 18 anos)
- Centro de Vivência V (preferencialmente meninos de 12 a 18 anos)

A execução do Programa de Acolhimento Institucional se faz por meio de gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Vitória e as entidades parceiras: Fundação Fé e Alegria do Brasil e Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA).⁸ Ressaltamos que os acolhimentos institucionais, no ano de 2014, passaram por reordenamentos e, por isso, algumas casas tinham nomes diferentes dos que foram expostos acima e eram geridos por outra entidade, a Cáritas Arquidiocesana de Vitória.

A Coordenação de Acolhimento Familiar é composta pelo Programa Família Acolhedora (PFA) e pelo Serviço de Acolhimento em Família Extensa (SAFE). O PFA, como já exposto na apresentação, foi criado em 2006 e trabalha na perspectiva de acolher crianças que sofreram violação grave de direitos em casas de famílias residentes em Vitória que se cadastraram e se habilitaram para ser uma

⁸ Dados extraídos do Relatório de Gestão de 2013 da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória.

família acolhedora. O SAFE foi criado em 2012 e disponibiliza a concessão de subsídio financeiro a membros da família extensa⁹ que se responsabilizem por crianças e adolescentes sob medida de proteção determinada pela Vara da Infância e Juventude de Vitória. Existem grandes reflexões a respeito desse serviço quanto à sua inserção na média complexidade, ao invés de estar na alta complexidade, já que se entende o retorno da criança à sua família extensa como reintegração.

Cada espaço de acolhimento é composto por uma equipe técnica que contém um coordenador, um assistente social, um psicólogo e, no espaço institucional, também pedagogo, educadores, auxiliar de serviços gerais e cozinheiras.

O fluxo para o acolhimento da criança ou adolescente é iniciado pelo Conselho Tutelar após a verificação das denúncias recebidas. Quando a violação grave de direito é confirmada, a Vara da Infância e Juventude de Vitória fornece a Guia de Acolhimento e encaminha a criança/adolescente para que o município possa acolhê-lo¹⁰.

O Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Vitória conta com dois Conselhos Tutelares, em Maruípe e no Centro, e cada um é composto por cinco membros, eleitos pela comunidade local. O mandato é de três anos, permitida a reeleição. Suas atribuições são: atender a crianças e adolescentes; aconselhar pais ou representantes; requisitar a execução de serviços públicos nas áreas de educação, previdência, saúde, serviço social, segurança, trabalho, entre outros; realizar encaminhamentos à autoridade judiciária e providenciar a medida estabelecida; expedir notificações; requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes¹¹.

⁹ Família extensa é uma família que se estende para além da unidade pais/filhos e/ou da unidade do casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio: irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus. Um dos requisitos para ser uma família extensa inclusa no SAFE é declarar a baixa renda.

¹⁰ Vale ressaltar que nem todos os casos de acolhimentos ocorrem devido à violação grave de direitos da criança. Muitos casos ainda têm a pobreza como escopo.

¹¹ Dados retirados do site da Prefeitura Municipal de Vitória.

http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/criancas-e-adolescentes#a_tutelares

Cabe à equipe psicossocial dos Programas de Acolhimento Institucional e Familiar trabalhar, junto aos demais serviços socioassistenciais, as “fragilidades” da família de origem a fim de que ocorra a reintegração da criança. Tais equipes encaminham com frequência bimensal ou semestral relatórios de acompanhamento Psicossocial à Vara da infância e Juventude de Vitória, sinalizando o andamento dos casos e a possibilidade ou não de reintegração.

Cada criança ou adolescente acolhido possui um técnico de referência na Vara da Infância e Juventude de Vitória (psicólogos ou assistentes sociais). Este é responsável por acompanhar o andamento processual e atender às famílias de forma mais pontual, de acordo com as demandas surgidas. As equipes técnicas da Vara da Infância e dos Programas de Acolhimento possuem contato constante, de forma que os encaminhamentos dos casos sejam acordados entre ambas, sempre que possível.

Quando a criança é reintegrada à família de origem ou extensa, a equipe técnica do espaço de acolhimento institucional continua acompanhando a criança e sua família por 6 meses, já a equipe do acolhimento familiar por até 2 anos. Caso não haja possibilidade de reintegração familiar, a criança aguarda o processo de adoção em acolhimento. Todo o processo de habilitação de adoção é realizado pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude de Vitória. É responsabilidade da equipe dos espaços de acolhimento trabalhar com as crianças o andamento processual da adoção.

A rede de Proteção Social Especial de alta complexidade deve estar intensamente articulada com o Sistema de Garantia de Direitos (Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude, Ministério Público e outros), com os demais serviços assistenciais (Proteção Básica e Proteção Social Especial de média complexidade) e com as demais políticas públicas - em especial, saúde, habitação, trabalho e renda, educação, cultura e esporte - a fim de que o retorno ao convívio familiar, o encaminhamento para adoção ou o desligamento, quando atingida a maioridade, sejam desenvolvidos em consonância com o superior interesse da criança e do adolescente (CNAS & CONANDA, 2009).

2.2 REDES COMO TRANSFORMAÇÃO

A fim de acompanharmos o funcionamento da alta complexidade da assistência para a criança e adolescente, entendemos que nos debruçarmos sobre a temática da rede irá ao encontro de nosso objetivo já que propomos pôr em análise alguns atravessamentos da Proteção Social Especial da Alta Complexidade da Prefeitura de Vitória. Entendemos que são as práticas da rede que vão produzir os serviços de acolhimento. Pretendemos, então, pensar o que temos produzido nos acolhimentos institucional e familiar e como podemos nos abrir aos movimentos instituintes.

No subcapítulo acima, usamos o termo rede para nos referirmos aos equipamentos da Alta Complexidade da Assistência Social, bem como seus fluxos e funcionamento. Apesar de seu grande uso nos diversos campos de saber, o nome “rede” possui vários significados nas práticas profissionais. No campo da assistência social, é habitual pensá-la como um conjunto dos diversos equipamentos que fazem funcionar as políticas de assistência.

Ressaltamos que a ideia de rede, aqui, entretanto, não será pensada como um “ente” que está dado, ou apenas como um conjunto de espaços institucionais, mas como algo em constante construção e articulação. Nossa aposta é que essa rede que compõe os serviços de proteção social especial de alta complexidade possa funcionar, como nos propõe Deleuze e Guattari (2000), como um rizoma.

O conceito de rizoma emerge como uma crítica ao modelo arborescente que atravessa as ciências modernas e que tem como características a tendência à fragmentação dos campos de saber, a dicotomização e o binarismo. Ele nos apresenta seis princípios: *conexão*, *heterogeneidade*, *multiplicidade*, *ruptura a-significante*, *cartografia* e *decalcomia*.

Seguindo o princípio da *conexão*, o rizoma pode ter seu ponto ligado a qualquer outro, não obedecendo a ordens hierárquicas ou de causalidades. A *heterogeneidade* nos diz que os traços que conectam o rizoma não são da mesma natureza, ou seja, podem ser atravessados por cadeias políticas, biológicas, culturais, econômicas, entre outros. Para Deleuze e Guattari (2000), quando os pontos se conectam, eles não se complementam apenas, mas se interpenetram e se transformam, ocasionando também uma mudança de natureza. A *multiplicidade*

derruba a noção de unidade, pois quando o rizoma se transforma, novas formas surgem, dando abertura à diferença e à pluralidade. Nessa perspectiva, os autores afirmam que o rizoma, como multiplicidade, “[...] não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)” (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 23). Assim, o rizoma se opõe à ideia de estruturas, sendo constituído somente por linhas.

O princípio de *ruptura assignificante* se coloca como oposição aos signos, já que nestes os valores e sentidos estão instituídos. Tal princípio nos fala de um potencial de transformação, de abertura a novos sentidos. De acordo com Ferreira (2008), a *ruptura assignificante* diz respeito aos processos de territorialização e desterritorialização.

Implica que, no rizoma, estão contidas não só linhas de fuga e rupturas, mas também árvores e raízes. Assim sendo, o rizoma pode tanto acabar produzindo uma árvore numa linha de fuga, quanto produzindo linhas de fuga em sistemas hierarquizados (FERREIRA, 2008, p. 36).

O rizoma segue ainda os princípios de *cartografia* e *decalcomia*. Este último remete ao modelo representativo, de reprodução do mesmo e segue a lógica da árvore que “consiste em decalcar algo que se dá já feito” (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 30). Tratar-se-ia de um antiprincípio para o qual devemos estar atentos, compreendendo no processo cartográfico que o decalque reproduz do rizoma “somente os impasses, os bloqueios, os germes de pivô ou os pontos de estruturação” (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 32). Enquanto a cartografia remete ao mapa, “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível” (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 30).

O cotidiano dos acolhimentos institucional e familiar a crianças e adolescentes, como veremos ao longo deste trabalho, geralmente é marcado pela judicialização, pela lei, pela valorização de modelos familiares, por avaliações técnicas do que seria ou não cuidado adequado às crianças, pela criminalização da pobreza... Pensar, então, essa rede como rizoma, aberta à multiplicidade, à transformação, à construção de diferentes formas de constituição da vida, é um grande desafio. Seguindo as pistas de Sousa e Romagnoli (2012),

[...] os encontros podem potencializar ou minar, isto é, seguir as potências criadoras ou os poderes de domesticação. Um pensamento rizomático não vai sempre em direção à autonomia, percorre-se também por estratos de alienação e reprodução. Da mesma forma, o estrato não é de todo endurecido, é um fluxo conjugado homogeneamente e que pode entrar num processo de desterritorialização (...) **Fazer agenciamentos que conduzam a desterritorialização e façam emergir o rizoma, este é o desafio** (p. 80, *grifo nosso*).

Dessa forma, neste trabalho, acreditamos que mesmo diante dos atravessamentos que perpassam os serviços de acolhimento, podemos potencializar a rede e inventar novos modos de se relacionar com a vida, com as crianças, com as famílias e com os serviços de medidas protetivas, como nos propõe o modelo rizomático.

Seguindo os preceitos de Deleuze e Guatarri, Latour (1999 apud TSALLIS et al, 2006) afirma, na teoria ator-rede (TAR), que a rede como rizoma é marcada pela transformação. O autor critica o modelo tradicional de rede, tal como popularizada na internet, que sugere apenas uma ideia de circulação de informação sem transformação.

A noção de rede apresentada pelo teórico sugere a importância da conexão e da articulação entre elementos híbridos. Na TAR, híbrido nos remete à produção de misturas. Enquanto a modernidade opera a partir de categorias dicotômicas (indivíduo x sociedade; objetividade x subjetividade; natureza social) - apesar dessas tentativas de “purificação” próprias à categorização nunca deixarem de se acompanhar movimentos de hibridação - o autor alerta que podemos pensar a atualidade como uma espécie de desequilíbrio entre as práticas de purificação e de hibridação, em que a proliferação dos híbridos transborda nossa capacidade de categorizá-los (LATOUR, 1994). Para o autor, essas dicotomias modernas são insuficientes para dar conta do mundo que vivemos.

Apesar do tema principal de estudo da teoria ator-rede ser os artefatos tecnológicos, Latour (2000, 2010 apud LIMA, 2013) sugere que as ciências sociais também se apropriem dela. A noção de redes sociotécnicas ou coletivos foi introduzida por ele buscando privilegiar as conexões entre as entidades, uma trama de atores que estabelece, a todo momento, outras alianças e recrutam outros atores, se reconfigurando continuamente (LATOUR, 1994, 2000 apud LIMA, 2013).

Como nos aponta Freire (2006), a TAR trata-se, antes de tudo, de um método e não de uma teoria aplicável cujos princípios sejam dados de antemão. Nessa perspectiva, ao pesquisador,

[...] interessa seguir o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos. Fabricação que se faz em rede, através de alianças [...] É importante sublinhar que o que está sendo frisado é a noção de ação, ação de fabricação. Então na noção de rede o que importa não é só a ideia de vínculo, de aliança. Mas sim o que esses vínculos produzem [...] (TSALLIS et al, 2006, p. 65).

Dessa forma, visto que vivemos em um sistema de relações, na TAR buscamos descrever a rede de relações, de avaliá-las, observar o que elas fazem fazer e como aprendemos a ser afetados por elas (TSALLIS et al, 2006).

Na fabricação dos fatos, que se faz em rede na perspectiva desse aporte teórico-metodológico, não existe apenas um agente principal, mas trata-se de um processo distribuído entre todos os atores¹². O que importa, então, é seguirmos a produção de diferenças, os efeitos, os rastros deixados por eles (TSALLIS et al, 2006).

Como vimos, a ideia de vínculo e aliança é de grande relevância para a noção de rede proposta pelo autor. Entretanto, o que mais importa em sua teoria é a produção e os efeitos destes vínculos e alianças. Segundo Kastrup e Tsallis (2009), são os vínculos que permitem os deslocamentos na rede, por isso quanto maior o número de vínculos, maior a possibilidade dos atores mobilizarem novas proposições e produzirem novos cenários.

Sabemos que as naturalizações que perpassam a proteção de alta complexidade são fabricadas em rede e é nessa própria rede que podem ser repensadas. Para isso, é preciso investigar quais são os vínculos em ação e que efeitos eles geram em determinado cenário. Os valores instituídos que atravessam os acolhimentos – como família, justiça, desenvolvimento sadio, “vinculação”, infância, entre outros - não podem ser pensados para além dos vínculos por meio dos quais eles são fabricados. É na imanência das ações que esses valores são produzidos e por isso

¹² Diferente do conceito de ator abordado pela sociologia, Latour (1999 apud Moraes 2005) afirmará que ator, na perspectiva da TAR, é tudo o que tem agência, isto é, ele se define pelos efeitos de suas ações. Isso significa dizer que um ator não se define pelo que ele faz, mas pelos efeitos do que ele faz.

pretendemos nessa rede intervir problematizando “verdades” cristalizadas que produzem sofrimento nos atores envolvidos.

Latour (2000 apud FREIRE, 2013) denomina “caixa-preta” os fatos que estão sólidos, naturalizados, estabilizados, no qual não há mais discussão ou controvérsia. Esse processo de estabilização dos fatos é produzido pela articulação dos *actantes* dessa rede. Para o autor, o momento importante para a pesquisa é quando esses fatos ainda não se estabilizaram, não se fecharam em caixas pretas, ou seja, quando as controvérsias ainda estão em aberto. Latour (2012) nos ajuda a apontar a pesquisa científica como intervenção na realidade e, desse modo, como construção do mundo social. Para tanto, o importante é seguir o fluxo das controvérsias ao invés de tentar interrompê-las.

Latour (2012) critica o modo como geralmente pensamos o social, como se fosse um estado de “coisa”, uma substância pronta, uma realidade, que por si só explicaria o mundo. É comum ouvirmos a expressão “isso é um problema social” - principalmente nas discussões sobre pobreza e violência - e é exatamente nessa forma desarticulada de falar do social que compete às reflexões do autor. Para ele, não podemos pensar no social sem falar de suas *associações*, de seus movimentos. O autor afirma que o social “é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (LATOUR, 2012, p. 100).

Assim, o social não se trata de uma matéria, ou algo pronto e acabado, mas sim um movimento temporário de associações novas. É nessa perspectiva que a idéia de rede se mostra como uma ferramenta importante para seguir os agenciamentos, as multiplicidades que compõem o social.

Um fator importante a ser destacado é que, entendendo o social como associações entre elementos, podemos dizer que são os agentes (atores) dessas associações que vão produzir o social. Ressaltamos ainda que as conexões de uma rede não são apenas estabelecidas entre humanos ou objetos, mas são heterogêneas (LATOUR, 2012).

As perguntas que moveram, portanto, a pesquisa, foram: que associações e movimentos temos produzido na realidade da Proteção Social Especial de alta

complexidade a crianças e adolescentes? Quais têm sido seus efeitos? Que cenário temos produzido e o que podemos nele mobilizar? Temos tentando silenciar as controvérsias? Como transformá-la?

Em face de nossa discussão, a proposta deste trabalho foi guiada por um entendimento de rede como transformação, alianças, fluxos, mediações e movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Segundo Moraes (2005), a ênfase da TAR incide na ação, no trabalho de fabricação e transformação presente nas redes, sendo interessante ao pesquisador seguir o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos. Fabricação que se faz em rede, através das alianças entre os atores.

Nosso intuito, assim, é provocar essa rede a fim de que suas articulações façam dela uma “rede quente”. Segundo Benevides e Passos (2004), os modos de funcionamento das redes podem fazer delas redes quentes ou frias. Essas últimas se mostram comprometidas com a exploração capitalista, apresentando um funcionamento centralizado e verticalizado, que tem por efeito a produção de homogeneização e equivalência, o que difere da própria definição de rede (BENEVIDES & PASSOS, 2004).

Já as redes quentes possuem uma dinâmica de funcionamento cujos efeitos produzem a diferenciação, é uma rede heterogenética e está sintonizada com a vida. Trata-se de uma aposta no “modelo” rizomático. De acordo com Passos (2000), as redes quentes são autopoieticas: “[...] redes públicas que envolvem a dimensão coletiva da existência e que estão comprometidas em processos de produção de subjetividades não dominadas pelo pânico, pela dívida, pela depressão” (p. 2). Assim, a rede quente em nada se assemelha com um funcionamento cujo efeito seja a centralização, hierarquização e controle. Propomos aqui nos aliançar com esse modo de funcionamento da rede de forma a instigar sua promoção na alta complexidade da assistência social de Vitória.

3. OS PERCURSOS FORJADOS NA PESQUISA

3.1 O CAMINHO QUE SE FAZ E REFAZ ... ENQUANTO SE CAMINHA!

Geralmente podemos pensar que pesquisar onde se trabalha é um facilitador: já estamos no “campo”, conhecemos as normativas que regem determinadas políticas, os profissionais, as demandas e já temos até algumas análises “prontas”... Essa foi a nossa perspectiva inicial ao entrar no mestrado, uma vez que exercíamos a função de psicóloga nessa rede. Essa avaliação, entretanto, mostrou-se inadequada no percurso da pesquisa. Percebemos logo que nada era tão simples, pois facilmente podemos ser capturados por um modelo de pesquisa representativa, que foge da postura ética que nosso caminhar pretendia seguir.

Nas aulas iniciais do mestrado, quando trabalhávamos nosso memorial¹³ objetivando aprimorar o problema de pesquisa, veio a surpresa: “Você ainda não tem problema de pesquisa/objetivo definido”. Com o tempo, incorporando as apostas da pesquisa intervenção, percebemos que de fato não havia, já que todas as questões abordadas na vivência com a alta complexidade apontavam análises fechadas. E era isso, talvez, que buscava: descrever essas análises “prontas”. O que de fato, então, queríamos conhecer/transformar? Que produção de conhecimento/transformação de mundo haveria ali?

Seguindo o aporte teórico-metodológico da pesquisa intervenção, pesquisar é produção de realidade, é criação! O campo não se encontra estático, pronto, aguardando ser descoberto/revelado pelo cientista. Não há pesquisador e objeto separados, ambos se tornam efeitos do pesquisar. Por isso, não há questões a serem descobertas ou reveladas, e sim criadas/acompanhadas.

[...] conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção (PASSOS & BARROS, 2009, p. 30).

Nessa perspectiva, é apenas mergulhando na experiência que emerge o saber. Rompemos, dessa maneira, com um modelo representacional de pesquisa (saber-

¹³ Material que submetemos à seleção do PPGPSI indicando pistas do nosso projeto inicial de pesquisa.

fazer), para um modelo inventivo (fazer-saber), ou como afirmam Passos e Barros (2009), trata-se de transformar para conhecer, e não conhecer para transformar.

Law (2003, 2004 apud MORAES, 2010) aponta que as pesquisas em ciência têm sido influenciadas por um realismo que o autor denomina “realismo euro-americano”. Nessa concepção, a realidade é precisa, única, definida, concebida como exterior e independente de nossas ações. Essa visão da realidade implica que exista um conhecimento pleno do real, por um sujeito que a abordaria sem se misturar, mantendo tanto a sua neutralidade como a do objeto. Buscando subverter essa visão, Law (2003, 2004 apud MORAES, 2010) sinaliza a produtividade de nossas práticas e nos atenta para as realidades que estamos construindo em nossas pesquisas.

Seguindo essas reflexões do autor, Mol (2008) usa o termo política ontológica, conceito criado por Law (2002 apud MOL, 2008), para afirmar que as pesquisas e o fazer científico produzem mundos, já que o real é remodelado e reconstruído nas práticas. O termo de referência para a política ontológica é a performance, pois a realidade é feita e performada (enacted), e não tanto observada como sugere o perspectivismo, que sustenta haver uma realidade única, mas que é observada de diferentes pontos de vista. A partir dessa desestabilização da realidade, fica evidente que ela é múltipla, localizada histórica e materialmente.

Foi a partir dessas reflexões sobre o processo de pesquisar que começamos a delimitar novas diretrizes para o nosso caminhar e percebemos a necessidade de convocar esses atores da Proteção Social Especial de Alta Complexidade para crianças e adolescentes a estarem juntos nessa discussão sobre nosso problema de pesquisa. Nosso trajeto almejou, assim, construir estratégias que viabilizassem a conversa e nos ajudassem a colocar em análise os efeitos das práticas no cotidiano dos acolhimentos de Vitória, possibilitando a criação de novas ações.

Conforme já relatado, entendemos que são as práticas da rede que produzem o acolhimento institucional e familiar: suas regras, verdades, crenças... Mas também seus desvios, criações e aberturas. Desta maneira, nos propomos a acompanhar as fabricações que se fazem na proteção social especial da alta complexidade para criança e adolescente, dando visibilidade à produção das diferenças, às resistências,

aos desvios, às controvérsias, enfim, ao que torna a vida mais potente no cotidiano dos acolhimentos institucional e familiar.

Inicialmente, submetemos nossa pesquisa para aprovação da Prefeitura Municipal de Vitória, via Gerência de Gestão da Assistência Social, e também ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo via Plataforma Brasil.

Além das aprovações legais, era preciso que os trabalhadores da Proteção Social da Alta Complexidade para crianças e adolescentes soubessem da nossa atividade como pesquisadora, e não mais apenas como profissional de psicologia do Programa Família Acolhedora, além da necessidade de aceitarem participar do processo já que a pesquisa abordaria nosso cotidiano de trabalho. Esse foi mais um desafio de iniciar uma pesquisa no local em que já se atua com outra função, pois propor conversar sobre nosso próprio campo de trabalho traz também a possibilidade de emergir nossos próprios embates profissionais/pessoais, que nesta rede precisa ser conduzida com cuidado.

Usamos, então, a reunião de rede mensal desses trabalhadores (que inclui os técnicos da Vara da Infância e Juventude de Vitória) para publicitar a pesquisa e o lugar de pesquisadora, e aproveitamos também para solicitar autorização para usar os registros de Ata dessas reuniões para análises. Essa necessidade de aprovação dos trabalhadores da alta complexidade foi um momento de muita preocupação, mas após nossa explanação sobre a proposta de trabalho, todos aprovaram os procedimentos metodológicos. A tensão desse dia surgiu devido à submissão para aprovação de outra pesquisa de Iniciação Científica em que fazíamos parte junto aos alunos da graduação e que, na verdade, era também um dos objetivos desta dissertação: colocar em análise a construção de um discurso acerca da ideia de vínculo e as práticas profissionais relativas a tal ideia.

Houve inicialmente grande resistência para aceitação desse projeto de iniciação científica por parte de uma das entidades conveniadas responsável pela gestão dos acolhimentos institucionais, pois temiam que em nossa pesquisa emergisse problemáticas dos educadores que não poderiam ser solucionadas. Percebemos, aqui, a emergência de uma representação da pesquisa/pesquisador como denúncia,

e não como uma possibilidade de criação do comum, ou estratégia de transformação.

A divulgação da pesquisa também foi realizada com as famílias acolhedoras durante um grupo de formação. Elas se mostraram abertas diante dos objetivos propostos, reconhecendo a importância dessas questões para as crianças.

Os dispositivos analíticos utilizados pela pesquisa visando alcançar nossos objetivos foram: o diário de campo; a análise da ata das reuniões mensais¹⁴ dos equipamentos da alta complexidade de crianças e adolescentes com a Vara da Infância e Juventude de Vitória; e entrevistas com os atores que compõem a rede de proteção social especial da alta complexidade (coordenação do acolhimento institucional, coordenação do acolhimento familiar, um técnico da Vara da Infância e Juventude, um conselheiro tutelar, uma família acolhedora, uma família de origem e três educadores sociais). Os nomes dos participantes não serão divulgados, sendo representados apenas por letras aleatórias.

O diário de campo foi um instrumento importante para o trabalho, pois, por meio dele, relatamos nossas impressões e afetações vivenciadas nos diversos momentos da pesquisa. Não foi nossa intenção escrever apenas dados objetivos por meio desse diário, mas como orienta Barros e Kastrup (2005), buscamos captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos.

[...] essas anotações colaboram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer. Há transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência, numa circularidade aberta ao tempo que passa. Há co-produção (BARROS & KASTRUP, 2005, p. 70).

Como nosso objetivo foi de acompanhar as práticas e pensar as produções na alta complexidade da assistência social para crianças e adolescentes, apostamos nas entrevistas como dispositivo provocador de encontros e análises. Segundo Foucault (1996a), é por meio do discurso, da palavra posta em movimento, que as

¹⁴ As equipes técnicas dos acolhimentos institucionais e familiar, junto à equipe de gestão da Secretaria de Assistência de Vitória e técnicos da Vara da Infância e Juventude de Vitória, se reuniam mensalmente a fim de compartilhar temáticas cotidianas dos acolhimentos e encaminhar possíveis soluções dos problemas compartilhados.

instituições¹⁵ são construídas. Nossa proposta foi de tomar os discursos em sua articulação com as realidades produzidas nos acolhimentos e, por meio desses encontros, causar também desassossegos, inserindo rachaduras nas formas cristalizadas de se pensar família, vínculo, desenvolvimento infantil, abrigo, entre outros.

É importante ressaltar que a entrevista no contexto de uma pesquisa-intervenção visa acompanhar processos, e não coletar informações pré-existentes, pois se entende que toda entrevista já é produtora de realidade, uma vez que a fala do entrevistador produz, modula o processo do dizer do entrevistado. Por isso, ponderamos que a entrevista não se trata de um “procedimento para coleta de dados, mas sim para a “colheita” de relatos que ela mesma cultiva” (TEDESCO et al, 2013, p. 307).

Dessa maneira, entendendo que a entrevista produz realidade, foi preciso cuidado em seu manejo a fim de que as experiências em curso pudessem se abrir às variações, às multiplicidades, e não se fechar em visões naturalizadas. É diante da necessidade desse cuidado que, na pesquisa-intervenção, a entrevista se aproxima mais do diálogo na clínica do que das perguntas de um jornalista que busca informações (TEDESCO et al, 2013).

Compreendendo que os discursos são sempre produzidos por tantos outros discursos, nenhuma subjetividade funciona isoladamente, como origem das falas ou como centro gerador da ideia (TEDESCO et al, 2013). Os momentos que interessam à entrevista cartográfica são aqueles em que as enunciações perdem a nitidez de seus contornos, se misturam na ausência de autorias e identidade específicas. Nesse encontro com os entrevistados buscamos acessar o “entre-falas” (TEDESCO et al, 2013).

¹⁵Segundo Baremlitt (1992), instituições são lógicas, racionalidades, regularidades de comportamentos, que regulam a atividade humana, caracterizando-as e explicitando o que deve ser (o que está prescrito), o que não deve ser (o que está proscrito) e o que é indiferente. Poderiam ser pensadas como normas, regras, mas incluem a maneira como as pessoas concordam, ou não, em participar dessas mesmas normas. Lourau (2004) salienta que o conteúdo da instituição é formado pela articulação entre a ação histórica humana, por um lado, e as normas sociais já existentes por outro. Desse modo, as instituições comportam um movimento de transformação constante que tende a abrir passagem para fluxos cambiáveis nas lógicas, a que chamamos de instituinte, e um produto resultante do processo de transformação, a que chamamos instituído. Uma instituição supõe ou precisa sempre de outra instituição, por isso dizemos que há um atravessamento de funções institucionais no nível das organizações e dos estabelecimentos. Estes últimos são a materialização das instituições e possibilitam sua operação cotidiana que se dá pelas práticas humanas.

Partindo da distinção entre conversa e conversação realizada por Deleuze e Parnet (1998), Tedesco et al (2013) nos indicam que a entrevista na cartografia se aproximaria de uma conversa.

[...] diríamos que a entrevista funciona não como uma conversação entre sujeitos pré-estabelecidos, mas como uma conversa, que procede por interseções, cruzamentos de linhas, agenciamentos coletivos de enunciação [...] Uma conversa não é condicionada por especificidades, ela se faz nos encontros (TEDESCO et al, 2013, p. 310).

Nesse sentido, buscamos fazer do momento das entrevistas uma conversa, um *encontro*, a fim de possibilitar a promoção de um plano de confiança e permitir, assim, a entrega e o engajamento nesse encontro.

As entrevistas de nosso trabalho foram realizadas com quem já tínhamos uma relação mais próxima, alguma aliança. Em apenas algumas conversas, por não termos contato direto com algumas classes profissionais propostas, esse quesito inicial não foi seguido. Usamos um roteiro temático (anexo 1) que serviu como um guia para esses encontros. Como já participante dessa rede, não caberia fazer algumas perguntas que eram tão perceptíveis a mim. Por isso, nossa intervenção buscou compartilhar nossas afetações e deixar que esses outros atores pudessem também falar de suas experiências, de como se conectam com os atravessamentos da alta complexidade, que geralmente se referem a motivações de acolhimentos, condições de trabalho, vinculação, modelos familiares, entre outros.

Os assuntos norteadores da entrevista, então, giravam em torno das questões percebidas e vivenciadas pela pesquisadora e estava aberta ao surgimento das demais temáticas que poderiam emergir a partir das falas com o entrevistado. Assim, podemos dizer que os direcionadores dessa entrevista seguiam o fluxo das controvérsias, já que evidenciavam os embates e conflitos estabelecidos em torno dessa rede, que está sempre em constituição. De acordo com Nobre e Pedro (2014), tais embates produzem problematizações, desvios e novos efeitos de realidade.

O convite aos entrevistados para participar da pesquisa foi feito de maneiras diversas. Com as pessoas com quem encontrávamos com mais frequência (coordenação do acolhimento familiar, educadores, família acolhedora e família de origem), o convite inicial foi realizado pessoalmente. Com os outros atores (conselheira tutelar, técnica da Vara da Infância e Juventude, coordenação do

acolhimento institucional), o convite foi realizado pelo telefone, alguns com o número do trabalho e outros com o telefone pessoal (celular).

Ressaltamos que a tentativa de agendar o dia da entrevista com uma convidada¹⁶ foi feito via Whatsapp¹⁷, e que o contato com outra entrevistada visando conseguir seu telefone pessoal para fazer o convite foi realizado via rede social¹⁸. Aqui é válido lembrar as reflexões de Latour (2012) de que os objetos (ou não-humanos) também agem e que a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos ou entre objetos, mas “zigzagueia” entre umas e outras. O autor sinaliza ainda que os objetos, para serem levados em conta, precisam entrar nos relatos das pesquisas.

Assim que fazíamos contato com profissionais e famílias, falando sobre a pesquisa e solicitando esse momento de conversa, alguns questionamentos e dificuldades foram surgindo: ausência de agendas, faltas nos dias das entrevistas, e questionamentos em relação aos instrumentos que seriam usados.

Quando solicitei a conversa a respeito do mestrado, ela se mostrou desconfiada, mas aceitou. No primeiro dia agendado ela não compareceu para a “entrevista”. Remarquei a data e ela novamente não apareceu. No terceiro dia agendado, M. novamente não compareceu. Fiquei pensando que talvez se tratasse de medo ou resistência em relação a essa entrevista, apesar de ter frisado a ela que era uma conversa sobre a pesquisa, para que ela contasse suas afetações nesse momento de acolhimento do filho, e que isso não influenciaria no caso do acolhido. Fiquei preocupada de ser mais um participante resistente à conversa. No dia 04 de junho, cinco dias após eu ter recebido o terceiro “bolo”, M. aparece de surpresa no Programa, pedindo desculpas por ter faltado à conversa. Alegou adoecimento do pai (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Algumas das entrevistas foram realizadas na sala de atendimento do Programa Família Acolhedora e outras aconteceram no próprio local de trabalho do entrevistado, em salas reservadas. Inicialmente, como a conversa abordava muitos assuntos, entendemos que usar um gravador seria um auxílio importante. As entrevistas duraram em média 1 hora e 30 minutos. As três primeiras entrevistas, diante disso, foram gravadas com a ciência e autorização dos entrevistados. Mas, diante dos questionamentos e das resistências à pesquisa que foram surgindo, percebemos a necessidade de criar outros procedimentos nesses encontros. Mais uma vez vemos como a conexão também com os objetos cria realidades, fala de

¹⁶ Chamamos de convidada, pois a entrevista não se efetivou, pois a candidata desistiu.

¹⁷ Aplicativo de mensagens instantâneas para celulares.

¹⁸ Facebook – site e serviço de rede social.

afetações e é preciso segui-la se queremos colocar em análise o “social”. Assim, o gravador como um ator na pesquisa estava “representando” o quê?

Muito cuidadosa, a técnica se sentiu mais a vontade de não gravarmos a conversa. Assim, combinamos que após a escrita desse diário ela poderia alterar aquilo que achasse necessário. Outra solicitação da entrevistada foi que mandasse o projeto de pesquisa e o direcionamento das perguntas antes (Diário de campo de entrevista com técnica 2, 12/06/2014).

Senti na técnica uma preocupação/tensão em relação à conversa e me propus a encaminhar o direcionamento da entrevista (perguntas) antes. Refleti que era um momento de conversa, de compartilhamento... e ela ficou mais tranquila, respirou... (Diário de campo da pesquisadora, 27/05/2014).

Lidar com esses questionamentos e mudanças de certo modo de entrevistar, nos colocou em crise. De que falavam essas resistências? Seria medo da pesquisa e de falar sobre o trabalho, já que vivemos grandes embates na realidade da alta complexidade? Seria resistência à própria pesquisa? Como poderíamos pesquisar em meio à desconfiança? Como construiríamos, então, zonas de confiança?

O surgimento dessas resistências colocava em análise o modo hegemônico de pesquisar e entrevistar. Interrogar o uso do gravador e solicitar as perguntas antes da entrevista funcionou como um analisador desse processo, um acontecimento. Foi a partir desses questionamentos que precisamos repensar os modos de entrevistar. Decidimos, diante disso, a não mais usar o gravador e enviar o questionário e o projeto de pesquisa antes da entrevista. Além disso, tivemos clareza da importância do “recurso” de restituição que já fazia parte da nossa proposta inicial, que seria escrever o diário de campo das conversas e enviar a cada participante, a fim de que ele também pudesse alterar ou complementar informações e sentidos.

Ao discutir a confiança como *ethos* na pesquisa cartográfica, Sade et al (2013) sinalizam que diante das resistências, para que não haja ruptura ou quebra da relação, é preciso confiar e qualificar essas recalcitrâncias como convite para a criação de novas possibilidades. Dizer que a pesquisa se assenta na confiança significa que é preciso disponibilizar para o encontro com a diferença no processo de pesquisar, o que é diferente de uma ideia de completude ou convergência de interesses ou finalidades. É em zonas de indeterminação, que nos lançam em trajetórias inventivas, que as alianças fundadas na confiança se sustentam. A confiança implica, assim, a promoção de uma experiência compartilhada que

aumenta nossa potência de agir. Deste modo, avaliamos que a forma de manejar nosso dispositivo “entrevista” foi importante para a construção de uma relação de confiança com os participantes.

Apesar de parecer um procedimento “estranho” dentro de uma pesquisa [encaminhar o projeto de pesquisa e o roteiro de perguntas antes da entrevista], seguindo os passos da pesquisa intervenção trata-se de uma possibilidade, já que não pretendemos analisar uma verdade, ou ter um entrevistado neutro. Além disso, acredito que a abertura à pesquisa e a relação de confiança foi fortalecida. Quando cheguei para a entrevista (...) a técnica estava com o direcionamento da conversa em mãos e respondida. Além da conversa, ela me cedeu sua opinião escrita.

Essa é a forma que a técnica se sentia mais a vontade e segura (Diário de campo de entrevista com técnica 2, 12/06/2014).

Considerar que os participantes não são “alvos” de nossa pesquisa, mas sim direcionadores dela e das diversas possibilidades de vida, é a principal discussão do “Pesquisar Com” (MORAES, 2010). Tal expressão afirma a pesquisa como processo inventivo que não se faz sobre, mas com o outro. Indica que para saber sobre os atravessamentos da alta complexidade para crianças e adolescentes, propondo aí a construção de outros relatos, é preciso acompanhar esse processo que está continuamente em ação, com as pessoas que os vivenciam. Como vimos na TAR, os objetos não existem fora das práticas, eles são atuados, feitos cotidianamente.

Construir com o entrevistado outro modo de articular nosso instrumento de pesquisa fez com que novas inquietações emergissem: como poderíamos ter entrevistados que tiveram procedimentos diferentes, uns com gravação e os outros não? Como seria a conversa enviando o problema de pesquisa antes, eles não viriam “treinados”? Em vários momentos da pesquisa fomos capturados por um modelo de ciência positivista, que busca parcialidade e neutralidade do pesquisador e de seus instrumentos de pesquisa.

Neste momento da conversa, o companheiro de M. chegou à sala e ficamos naquela expectativa: será que ele poderá ficar, aliás estamos em momento de entrevista; não atrapalharia a atenção ou interviria na conversa? Depois de um tempo, falei que ele poderia entrar e ficar na sala (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Apesar de iniciar a nossa pesquisa guiada pelo aporte teórico-metodológico da pesquisa intervenção, foi apenas no processo do pesquisar que essas afetações foram se incorporando, abrindo passagem para a composição de outro corpo-pesquisador. Seguindo as reflexões de Latour (2007) para pensar o processo de formação do pesquisador, podemos afirmar que esse “corpo-pesquisador” não está

dado, fechado, ele é feito (enacted), construído por meio das conexões (com humanos e não-humanos), e é a partir de nossos engajamentos práticos, de nossos contatos com o mundo que produzimos conhecimento.

4. DAS RODAS DE EXPOSTOS AO DIREITO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

A fim de nos aproximarmos das políticas de acolhimento faz-se necessário nos debruçarmos sobre como, ao longo da história, emergiram as políticas que se direcionam a crianças e adolescentes. Ressaltamos que em nosso trabalho não pensamos a história como simples encadeamento de fatos, buscando origens, causas e linearidades. Iremos abordá-la, aqui, como processual, mutante e descontínua. Conforme observam Machado e Lavrador (2010):

[...] seria possível pensar a história como um emaranhado de linhas tortuosas, que vem e que vão, que se misturam, que se tocam e se afastam. Passado, presente e futuro se embaralham. O passado não explica o presente, ele nos mostra aproximações e, sobretudo, diferenças. Não porque evoluímos ou retrocedemos e sim porque sempre ocorrem transformações... **A análise histórica só se torna possível a partir das desnaturalizações, ou melhor, a partir do momento em que todo um contexto sócio-histórico-político-cultural-econômico oferece suporte para sua compreensão** (p. 122, *grifo nosso*).

Assim, considerando que a história não é linear e previsível, buscaremos trazê-la de forma a questionar as naturalizações que perpassam as políticas às crianças e adolescentes, evidenciando que tais práticas/discursos são construções sociais.

Sabemos que a implantação de políticas sociais públicas direcionadas à infância no Brasil está relacionada com a concepção corrente de infância, ao mesmo tempo em que tais políticas produzem a infância a que se propõe intervir. Cruz et al (2005) afirmam que “(...) as políticas públicas vêm constituir determinadas formas de ser criança e de se relacionar com as mesmas” (p. 42). Discutiremos, então, sobre como ao longo da história do Brasil as políticas se relacionaram com a infância e propuseram ações direcionadas a ela.

Os primeiros registros que temos de ações direcionadas a essa faixa etária, no período colonial, apontam que os jesuítas buscavam evangelizar as crianças indígenas, tirando-as do paganismo e disciplinando-as de acordo com normas e costumes cristãos. Com isso, elas eram convertidas em futuros súditos do Estado português e, por meio delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais. Foi neste período, buscando alcançar seus objetivos, que os jesuítas criaram a primeira casa de recolhimento para crianças no Brasil (CRUZ, 2006).

Em meados do século XVIII, com o declínio do poder político e material dos padres nas missões indígenas, houve a expulsão dos jesuítas e a proibição da escravidão dos índios, mas a exploração pelos colonos permaneceu. Com a utilização de mão-de-obra escrava, as crianças morriam com facilidade devido a condições precárias que viviam seus pais e, também, com o aluguel de suas mães como amas-de-leite para amamentar outras crianças (RIZZINI & PILOTTI, 2009).

O abandono de crianças, escravas ou não, era uma prática freqüente até meados do século XIX, mesmo nos países considerados “civilizados”. De acordo com a moral cristã vigente, os filhos nascidos fora do casamento não eram aceitos e, com frequência, estavam fadados ao abandono. A pobreza também já era um fator que levava ao abandono de crianças, como ainda acontece atualmente (RIZZINI & PILOTTI, 2009).

Geralmente os teóricos usam o termo “abandono” para se referirem à entrega de crianças por seus familiares aos cuidados de outras pessoas ou instituição. Apesar do uso dessa palavra em nosso texto, frisamos que buscamos ao longo desse trabalho problematizar esse discurso culpabilizador e individualizante em relação às famílias de crianças institucionalizadas, evidenciando sua produção histórico-política.

A Roda dos Expostos foi a primeira instituição oficial de assistência à criança, sendo criada no período colonial e extinta apenas na década de 1950 (CRUZ & GUARESCHI, 2005). Ela funcionava como dispositivo giratório que garantia a entrada de crianças “enjeitadas” em instituições anonimamente, visando preservar a “honra” das famílias. Devido à falta de condições adequadas de alimentação, higiene

e cuidados, a mortalidade infantil era muito elevada na Casa dos Expostos e, por isso, foi abolida formalmente em 1927¹⁹ (RIZZINI & PILOTTI, 2009).

Interessante ressaltar que algumas características da roda, como o anonimato e os segredos em relação à origem da criança, ainda se atualizam na realidade dos acolhimentos, como a tentativa de esquecimento da história do acolhido após a adoção. Notamos aqui também as primeiras alianças entre caridade e governo, sendo que o primeiro exerce a iniciativa e o segundo entra com a verba (BULCÃO, 2003), prática ainda recorrente na realidade dos acolhimentos, visto as parcerias entre Prefeituras e Organizações Não Governamentais (ONG's) geridas, em grande parte, por entidades religiosas.

A partir do século XIX, a infância começou a ganhar visibilidade e passou a ser alvo de intervenções públicas diante de um cenário de preocupação com a preservação e reserva de mão de obra. Surgiu, então, uma nova mentalidade a respeito da infância: a criança passa a ser vista como 'chave' para o futuro (CRUZ & GUARESCHI, 2005).

Os asilos de órfãos, abandonados ou desvalidos tornaram-se uma prática corrente, surgindo a idéia de preparar as crianças para ocupar o lugar dos adultos na sociedade por meio da educação. A maioria das instituições era mantida por ordens religiosas e pelo poder público. Lembramos que a prática de recolher crianças em asilos propiciou uma cultura institucional nas políticas de assistência no Brasil que perdura até os dias de hoje. Somente a partir do século XX, mais especificamente na década de 80, tais instituições destinadas a crianças e adolescentes pobres passam a ser questionadas, na medida em que se chocavam com a convicção corrente de que o sistema familiar era importante na educação e desenvolvimento das crianças (RIZZINI & PILOTTI, 2009).

Ainda no século XIX, as ações destinadas a essa faixa etária se intensificaram e o Estado começou a interferir nos paradigmas sócio-familiares, introduzindo as ideias higienistas e eugênicas vindas da Europa no Brasil. Tais ações buscavam a prevenção dos desvios e recuperação dos degenerados, objetivando a preservação

¹⁹ Apesar das rodas serem extintas formalmente em 1927, essa prática perdurou até meados da década de 50, conforme citamos no início do parágrafo.

da ordem social na nação. O Direito, associado à intervenção da Medicina, também se volta para a infância nesse momento (CRUZ & GUARESCHI, 2005).

As ações higienistas se fizeram presentes por meio do saber médico, que buscava higienizar os espaços públicos, visando ao seu controle. Essa limpeza das cidades, entretanto, passava pelos hábitos e comportamentos das famílias, o que pautou a intervenção urgente dos médicos nesse campo, criando-se a necessidade de uma educação sanitária para as famílias. A busca pela prevenção teve também como um de seus pilares a eugenia, que trazia a noção de que a purificação da raça evitaria as características nocivas presentes nas “raças inferiores”, entendidas especialmente como negros e mestiços (BULCÃO, 2003).

É nesse cenário que se percebe a preocupação com a gestão dos “perigosos”, instituindo-se na assistência a noção de periculosidade e prevenção dos desvios. Foucault (1996b) observa que a partir da construção dessas noções, os sujeitos passam a ser considerados pelas virtualidades de seus comportamentos e não pelas infrações efetivas. Com isso, buscando enquadrar e controlar os considerados “perigosos” no nível de sua virtualidade, as diversas *instituições de sequestro* são constituídas. Um dos pontos de sustentação nesse contexto de controle passa a ser a vigilância, e, diante disso, ações preventivas passam a ser estabelecidas.

Na passagem do século XIX para o XX, juristas começaram a defender a ideia de um “novo direito”, que valorizasse mais a reeducação do que a punição. Em 1920, segundo Rizzini e Pilloti (2005, p. 22), “consolidou-se a fórmula justiça e Assistência para os menores viciosos e delinqüentes”. Os “menores” passaram a ser encaminhados para casas de correções, onde deveriam permanecer separados dos adultos. Essa situação causou indignação entre os defensores da reeducação para “menores”, pois propunham a criação de instituições especiais para as crianças e adolescentes, visando à reeducação por meio da formação profissional. Com isso, as escolas de reforma começaram a ser criadas neste período por determinação do Código de Menores. As autoras pontuam ainda que esse recolhimento de crianças e adolescentes teve o seu desenvolvimento aliado à polícia, com a criação de delegacias especiais para os “menores”.

O termo “menor” é considerado um símbolo de exclusão de jovens pobres, pois foi direcionado socialmente e juridicamente às crianças das camadas populares.

Apesar das questões materiais serem as causadoras das relações que incomodavam (e ainda incomodam), elas nunca foram tratadas ou atacadas pelo aparelho estatal ou pelas entidades religiosas, que viam a pobreza como uma situação voluntariosa e assim criminalizam a quem está submetido a determinadas condições de vida (SCHEINVAR, 2003).

Segundo Bulcão (2003), é nessa época que se percebe uma intensa preocupação com a infância atingida pela pobreza, sinalizando as más consequências futuras, para ela e para o país, causadas pela vadiagem e criminalidade. Assim como nos dias atuais, percebemos que ora as discussões se referem à defesa da criança que precisa de proteção, ora as discussões são sobre a sociedade que precisa se proteger dessa criança, que deve ser vigiada e disciplinada.

Nesse contexto disciplinar, em 1927 foi criado então o Código de Menores. Apesar de se pautar num discurso preventivo e não punitivo, a prática, entretanto, foi punitiva com fins “corretivos”, ou seja, em nome de uma prevenção (SCHEINVAR, 2003).

Visando instrumentalizar as leis para os menores, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) foi criado com o intuito de reinserir os jovens ao meio social. Surgem também os reformatórios, que abrigavam “jovens delinquentes”. A estrutura dos reformatórios era análoga ao sistema penitenciário e acreditava-se que o modelo repressivo extinguiria a criminalidade. A partir de 1960, o SAM começou a receber muitas críticas em sua estrutura física, como superlotação e a falta de higiene, mas a crítica mais grave referia-se ao fato dela contribuir para a marginalização das crianças pobres (CRUZ, 1996).

Com o Golpe Militar de 1964, o SAM foi extinto e surgiu a Política de Bem Estar do Menor (PNBEM) e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). Segundo Ayres et al (2009),

[...] sofrendo forte influência do discurso médico-patologizante, [a PNBEM] afirmava o tratamento em detrimento da punição, evidenciando a produção da relação entre crime e doença. A ação corretiva naquele momento, fundamentada em métodos terapêutico-pedagógicos, passou a ser a incumbência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), seguindo a proposta de um modelo educativo e não-repressivo, oscilando entre o criminoso e a vítima (AYRES et al, 2009, p. 130).

Mesmo utilizando um discurso de prevenção e reintegração social no ambiente familiar e comunitário, a FUNABEM e a PNBEM favoreceram internações em larga escala no país inteiro, mantendo e aprimorando o modelo carcerário e repressivo (RIZZINI & PILLOTI, 2005).

A reformulação do Código de Menores de 1979 foi o segundo documento legal referente à política para a infância e adolescência. Apesar das mudanças na nomenclatura, como a inclusão do termo *situação irregular*, ele não produziu uma mudança na lógica, ainda representada na culpabilização das famílias pobres (AYRES et al, 2009). Segundo Scheinvar (2003), de acordo com esse Código, estar em situação irregular significava oposição à normalidade, uma forma de patologia social, ou ainda era “a manifesta impossibilidade de os pais proverem condições essenciais à sua subsistência” (p. 103). Foi diante desse contexto que tantas famílias foram separadas, já que eram consideradas sem condições “necessárias” para exercer o cuidado de seus filhos de acordo com as imposições elitistas da época.

Na década de 80, diversos integrantes da sociedade civil começaram a questionar a noção de irregularidade, visto que as informações sobre a problemática da infância e juventude passaram a ser produzidas e a circular com maior intensidade. Assim, em pouco tempo surgiu um amplo movimento social em favor das crianças e adolescentes em situação de pobreza e marginalidade social. Esse movimento conseguiu inscrever sua proposta na Constituição de 1988, exigindo assegurar os direitos das crianças e adolescentes. À família, ao Estado e à sociedade cabe protegê-las contra qualquer forma de abuso. Esse cenário resultou na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD, 1990), e com ele, supostamente, um novo paradigma jurídico, político e administrativo destinado à resolução da problemática envolvendo essa faixa etária, cujo atendimento passa a ser considerado parte integrante das políticas sociais (RIZZINI & PILOTTI, 2005).

Com a instauração do Ecriad, foram estabelecidos caminhos para participação popular nas políticas assistenciais e diretrizes de atendimento por meio da criação dos conselhos municipais, estaduais e nacionais do direito da criança e do adolescente. Com isso, a sociedade passou a dispor de meios, reconhecidos nas políticas, para zelar pela garantia desses direitos. Vale ressaltar que a partir do

Ecriad, a execução direta das políticas e programas destinados à infância e adolescência ficou sob responsabilidade dos municípios em parceria com as entidades não governamentais (CRUZ, 2006).

Apesar do reconhecimento jurídico de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, a realidade e execução do Ecriad ainda se mostra como um grande desafio. Isso porque embora seja considerada uma das leis mais avançadas do mundo, o Brasil possui indicadores sociais que o equiparam a alguns dos países mais pobres do planeta, em que prevalecem precárias condições de vida à população infanto-juvenil, acrescido ao fato de notoriedade na imprensa e opinião pública mundial das reiteradas violações dos direitos a esse público, entre eles, o extermínio.

Podemos dizer que ainda perdura uma noção compensatória no que se refere à crianças e adolescentes pobres, pois são compreendidos carentes e em “situação de risco”. Constrói-se, assim, uma infância dita “normal”, em oposição a uma considerada de risco, ou seja, a prevalência da lógica do Código de Menores. Com isso, percebemos que apenas as crianças pobres chegam ao conselho tutelar, vítimas de maus tratos e negligência familiar, sendo inseridas em programas de acolhimento institucional ou familiar.

Apesar de toda uma discussão contemporânea do direito à convivência familiar e comunitária e o fortalecimento das políticas públicas buscando essa garantia, os dados de nosso país mostram que o número de crianças acolhidas não cessa de aumentar. A institucionalização desse público ainda é uma prática recorrente, e geralmente está associada à desqualificação da família pobre para exercer seus cuidados.

O que importa nos indagarmos é: se a garantia da proteção integral da criança e do adolescente é responsabilidade de todos, o que inclui o Estado, a comunidade e a família, por que permeia a culpabilização apenas desta última no fracasso do cuidado? Como essa realidade é produzida? Como produzir e fazer outros relatos dessa realidade?

4.1 “O PODER TOMOU DE ASSALTO A VIDA”²⁰: CONTROLE E VIGILÂNCIA DAS FAMÍLIAS E CRIANÇAS POBRES

Mesmo com o avanço das discussões sobre o direito da criança e adolescente à convivência familiar e comunitária, bem como o aparato jurídico e a organização das políticas sociais em torno dela, ainda percebemos violações de direitos “disfarçadas” de proteção nas redes de assistência a esse público.

Segundo os dados do IPEA (2004), 24% das crianças acolhidas no Brasil tiveram como motivo de acolhimento a carência de recursos materiais da família; 87% dos acolhidos tinham família; e diante da possibilidade de retorno das crianças à família de origem, as dificuldades financeiras apresentavam-se como o principal desafio.

O Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Vitória (2013) evidenciou que 323 crianças, adolescentes e jovens²¹ foram atendidas no serviço de acolhimento institucional no ano de 2013. No ano anterior, no mesmo serviço, foram 294 atendimentos, o que constata um aumento de aproximadamente 10% no número de acolhidos em um ano. Outro dado relevante desse relatório é que a região de São Pedro, bairro marcado pela pobreza e que ficou conhecido por muitos anos como “lixão de São Pedro”²², concentrou o maior número de acolhidos.

No acolhimento familiar, 12 crianças foram atendidas pelo Programa, sendo que 8 foram acolhidas por motivo de negligência dos familiares, e 6 crianças, ou seja, metade dos acolhidos, eram da região de São Pedro. Em relação ao elevado número de acolhimentos por negligência, chamamos a atenção para as reflexões de

²⁰ Peter Pál Pelbart (2008)

²¹ Alguns espaços de acolhimento para crianças e adolescentes possuem acolhidos acima de 18 anos pelo fato de não terem perspectiva de saída. Alguns apresentam demandas graves de saúde.

²² O assentamento de São Pedro, propriamente, iniciou-se no dia 04 de setembro de 1977 com a ocupação de uma área de mangue, por aproximadamente 40 famílias que ali instalaram suas barracas de lona, barracos rústicos, e iniciaram a construção de pinguelas no mangue que mais tarde se tornaria área de palafitas e depósito de lixo. Com o lançamento do lixo no manguezal, promovido pela municipalidade no intuito de dar uma destinação final ao lixo urbano residencial, comercial, hospitalar e industrial, a área foi aterrada, iniciando-se, assim, a sub-divisão formal em lotes e ruas. O local se caracterizou, em fins da década de 70, como alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa remuneração dos setores público e privado. Dados extraídos do site da PMV:

<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao7/saopedro.asp>

Vídeo de documentário sobre o bairro São Pedro, exibido no ano de 1983:

<https://www.youtube.com/watch?v=QyK-yusEtaY>

Nascimento (2011),

[...] com a emergência do Ecriad, a família pobre ganha um novo estatuto: família negligente, categorização que passa a justificar a intervenção estatal e a continuidade da prática de retirar crianças e adolescentes de suas famílias. **Em poucas palavras: não se retira por pobreza, mas se retira por negligência e são os pobres os considerados negligentes** (p.2).

Durante o momento de conversa que tivemos com os diversos representantes da Proteção Social Especial da Alta Complexidade, a falta de recursos materiais surgiu como motivo do acolhimento na realidade de Vitória.

A entrevistada refletiu que o maior entrave para que os casos não sejam encaminhados para a alta complexidade é o Cras, proteção básica, já que muitas situações apresentadas tratam-se de renda (Diário de campo de entrevista com técnica 4, 12/04/2014).

Eu sinto que essas crianças não precisariam estar ali. Eu vejo as ostentações na televisão, na política... Essas crianças não precisariam estar ali se tivesse investimentos. Eu me sinto impotente. Ainda existem casos de crianças que ficam em casa sozinhas por que a mãe precisa trabalhar, é uma negligência involuntária. Temos crianças de 7 anos, que a mãe sai, prepara as marmitas, ensina a dar um minuto no micro-ondas para ele comer. Aí chega a denúncia que ela está sozinha (Diário de campo de entrevista com técnica 4, 12/04/2014).

A criminalização da pobreza, ou criminalização da miséria, é discutida por Wacquant (1999) como efeito e estratégia da transformação do papel do Estado, que passa a diminuir sua intervenção na garantia do bem estar social, provocando grande insegurança na sociedade, e aumenta o sistema penal como a garantia de segurança. Essa transição do “Estado-Providência” para o “Estado-Penitência” produziu ainda mais a criminalização e a penalização, principalmente da classe pobre (BOCCO et al, 2008).

Segundo Nascimento (2011), dentro desse contexto da criminalização da miséria, o fator financeiro torna-se o principal motivo para desqualificar as famílias pobres e produzir uma subjetividade que as afirma como incapazes de cuidar dos filhos, justificando, assim, uma intervenção técnica e estatal. Pudemos ver no capítulo anterior como a lógica da internação de crianças e adolescentes pobres foi naturalizada no Brasil ao longo de todo o século XX. Para a autora, a produção da família negligente emerge como dispositivo da sociedade de segurança, tendo como parâmetro a lógica biopolítica de governo da vida.

Foucault (2008) denominou de “sociedade de segurança” as sociedades em que as técnicas biopolíticas estão inseridas nos cálculos do governo. A biopolítica foi a estratégia que possibilitou com que o “dado” biológico fosse introduzido na política.

Foi a partir daí que o corpo e a vida passaram a ser alvos privilegiados do saber e intervenções corretivas.

Segundo Foucault (2005), na teoria básica sobre a soberania, cabia ao soberano o direito de vida e de morte, já que ele possuía o direito de matar os súditos, ou seja, era o direito de **“fazer morrer e deixar viver”** (p. 286). Entretanto, ocorreu uma transformação no direito político do século XIX, que consistiu na complementação desse direito de soberania com o surgimento de um novo poder: **“o de fazer viver e deixar morrer”** (p. 287). Enquanto nos séculos XVII e XVIII viram-se aparecer as **técnicas disciplinares**, que visa o governo do indivíduo, se dirige ao corpo e tenta administrar “a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (p. 289), a partir do século XVIII também surge uma outra tecnologia de poder, **o biopoder**, que não exclui a disciplinar, mas se dirige ao homem-vivo, ao governo da população, dando ênfase à proteção da vida. Assim, o poder não visa mais matar, mas garantir a vida.

Como se trata de “fazer viver” e, em alguns casos “deixar morrer”, a biopolítica introduz mecanismos voltados para previsões e estatísticas. Assim, é sob esta forma de poder que os mecanismos de segurança, pelo controle dos riscos e promoção da saúde, encontram espaço para se desenvolver, ou seja, o espaço da população (FOUCAULT, 2005).

Pelbart (2008), ao refletir sobre a modalidade contemporânea do biopoder, afirma que ele não se exerce “de fora”, mas como que “por dentro”, controlando nossos desejos e nossa vitalidade social.

[...] Já não estamos às voltas com um poder transcendente, ou mesmo com um poder apenas repressivo, trata-se de um poder imanente, trata-se de um poder produtivo. Este poder sobre a vida, vamos chamar assim, biopoder, não visa mais, como era o caso das modalidades anteriores de poder, barrar a vida, **mas visa encarregar-se da vida, visa mesmo intensificar a vida, otimizá-la. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir.** Já mal sabemos onde está o poder e onde estamos nós. O que ele nos dita e o que nós dele queremos. Nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo já se vê inteiramente capturado. Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida [...] (p. 58).

O desejo de proteção, de punições, de gestão dos riscos, do encarceramento, do acolhimento de crianças, impera na sociedade formatada pela segurança. É

mediante esse discurso de proteção que muitos acolhimentos desnecessários de crianças pobres ainda acontecem. Ou seja, para proteger a criança da “família violadora” (sim, pois só ela é culpabilizada), abriga-se.

M. era usuária de crack e faz acompanhamento no Centro de Prevenções e Tratamento para Toxicômanos (CPTT). O motivo da retirada de seu filho foi, inicialmente, por denúncias de negligência. Antes da retirada da criança, M. já estava sendo acompanhada, devido às denúncias, pela técnica da Vara da Infância e pelos equipamentos da rede, como Cras, Creas e escola. Essa rede estava se reunindo para estudar o caso de M. e não encaminhou o acolhimento de P. Entretanto, foi pedido averiguação do caso familiar pela justiça, e foi realizada visita domiciliar pelo Comissários da Vara da Infância, que avaliaram que **a situação da casa era um risco para a saúde da criança**. Solicitaram, então, a retirada de P. no dia posterior, quando ele estava na escola. Na última audiência concentrada realizada, a psicóloga relatou que acredita que a retirada de P. foi um caso de valores morais e pobreza (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

A entrevistada falou da VIJV, não gostou da forma que eles retiraram seu filho, que eles deveriam averiguar melhor as situações das famílias. Sugeriu que a juíza avaliasse os pais dos acolhidos em relação à incompetência (sic) dos comissários. **Ela reclamou muito de terem tirado a criança na escola sem ela saber**. (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Como refletimos anteriormente, entendendo que nossa história não é linear, percebemos as “velhas” práticas higienistas tão atuais na rede de proteção à infância. Se a casa era um risco para a criança, ou seja, para a família, por que abrigar apenas a criança? Outra situação recorrente, e que apareceu na experiência da família de origem entrevistada, é a retirada das crianças no momento em que elas estão na escola, sem a ciência dos pais. Que relação é estabelecida com essa família quando há a “necessidade” da retirada de seu filho? Por que fazê-lo “escondido”?

Os casos de retirada de crianças por motivo de drogadição dos genitores, principalmente o uso do crack como ocorreu com a família entrevistada, tem tido números relevantes. Na maioria das vezes, não se usa esse motivo como retirada, mas sim a negligência ou situação de rua pela qual a criança está no momento imediato da retirada.

Comento sobre a drogadição como um fator relevante para os motivos de acolhimento, e a entrevistada reflete que apesar de ter o uso de droga, ela duvida que essa criança, de repente, não estava sendo bem cuidada de fato. Ela diz que ouve nas reuniões que ainda existem muitos acolhimentos por negligência e há questionamentos em relação a esses acolhimentos. Ela afirma que muitos casos atendidos pelo acolhimento familiar não deveriam ter ocorrido. (Diário de campo de entrevista com técnica 1, 27/03/2014).

Em Vitória, uma nota recomendatória emitida pelo Ministério Público em julho de 2010, ordenou a retirada, ainda nos hospitais, dos filhos das usuárias da crack. A família extensa da criança, que não era consultada antes da retirada, tinha que passar por todos os trâmites burocráticos da justiça para ter a guarda do acolhido, enquanto este ficava, as vezes por muito tempo, em acolhimento institucional. Tal nota foi responsável por grande número de bebês acolhidos e vai contra as preconizações do Ecriad. Essa notificação causou reação nos movimentos sociais capixabas, avaliado como medida que reforça práticas conservadoras e que não garantem direitos.

Diante da demanda de famílias em situação de pobreza que são atendidas pela alta complexidade, precisamos estar sempre em articulação com os serviços da proteção social básica (CRAS) a fim de que elas possam ser inseridas em programas de auxílio, qualificação e geração de renda. Apesar de suas atribuições, sabemos, entretanto, que a proteção básica da assistência social não consegue, sozinha, efetivar a transformação completa das situações de pobreza.

Um dos grandes motivos que me fizeram desejar produzir este trabalho foi o contato direto com o sofrimento da criança acolhida e de seus familiares. Presenciar crianças tão pequenas ora tentando segurar o choro, ora esbravejando e resistindo à “necessidade” de serem afastadas das pessoas que amam ou com quem tem laços afetivos, nos fazia refletir sobre as formas de proteção que temos criado e que produzem tanto sofrimento nos atores envolvidos²³.

Antes de começar a falar sobre a pesquisa, M. relatou que tem sofrido muito e chorou. Falou que esse fim do acolhimento está pior, ela não dorme de tanta ansiedade e saudade do filho e comparou o momento como o fim do tempo em que esteve presa no presídio: “parece que não acaba!” (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Diante da fala em que se culpabilizava pelo momento de acolhimento do filho, comentei com M. que o direcionamento dos equipamentos não era de retirada, que ela não era considerada violadora (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Perguntei se ela se sentiu sozinha nesse período e ela disse que muito, se sentia vazia. Falou que não tinha nada mais para fazer. Contou que tem passado mal com isso. Disse que os técnicos até dão força, mas que não significa nada perto de perder o filho. “A gente precisa de

²³ Enquanto escrevíamos esse capítulo, lembramo-nos da campanha de Direitos Humanos realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2012: “Em nome da proteção e do cuidado, que formas de sofrimento e exclusão temos produzido?”.

confiança que o teremos de volta” (...) “Não consigo reagir, não estou nem dormindo bem, os remédios não fazem mais efeito” (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Pélbart (2008), usando a expressão “o poder tomou de assalto a vida” (p. 58), reflete que o poder contemporâneo penetrou todas as esferas da existência, de forma que o corpo, a afetividade, os genes, e até mesmo nossa inteligência e criatividade foram invadidos e colonizados. Esse poder, que se tornou acentrado e em rede, incide sobre nossas maneiras de perceber, amar, sentir, desejar, pensar... Mas é aí também, quando parece estar tudo controlado e dominado, que a vida revela sua potência... “Ao poder sobre a vida responde a potência de vida” (PELBART, 2008, p. 58).

Diante de todo o controle, judicialização e sofrimento que permeia a proteção dos direitos à criança e ao adolescente, aqui mais especificamente a alta complexidade da assistência social, vemos a vida resistindo e insistindo, buscando passagens para afirmar sua potência. Podemos perceber isso diante das manifestações de resistências, tanto das crianças como de seus familiares, que são constantes e nos sinalizam endurecimentos de nossa gestão da política.

Quando compartilhei as resistências que presenciei de famílias de origem e crianças em relação ao PFA, a entrevistada declarou— *“Isso me bateu mais quando L me questionou: eu quero saber onde está o meu filho! Ai eu pensei, gente é direito dela saber, e eu não tive resposta (...) a única resposta era dizer que o filho dela estava bem acolhido, dizer de como nós do Programa estávamos empenhados para que essa criança voltasse ao convívio dela (...) eu respondi outras coisas, mas não a questão dela”* (Diário de campo de entrevista com técnica 1, 27/03/2014).

Em relação às resistências (...) a entrevistada exemplifica que tem duas irmãs maiores (8 e 10 anos) que falam o tempo todo que querem ficar com a família. Ela compartilhou um caso em que a criança não entende o motivo porque não está com a mãe, pois não foi violada por ela (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014).

Poderíamos aqui discorrer sobre diversas situações e momentos em que percebemos essas resistências no cotidiano de nossa rede: os choros das crianças na despedida dos pais, momentos de apatia na instituição, “os barracos” das famílias de origem interrogando nossas ações, a fuga de crianças/ adolescentes dos espaços institucionais, dentre tantas outras. Uma situação, entretanto, gostaria de compartilhar a fim de clarear ao leitor as estratégias que podem ser criadas pelo corpo, num contexto de proteção social especial da alta complexidade, visando dar passagem à sua potência.

Numa visita a um espaço de acolhimento institucional, uma criança com 3 anos, percebendo que eu estava lá para buscar outra criança, se aproximou e, toda receptiva, começamos a conversar. Ela demonstrou querer sair comigo pensando que eu estava lá para passear com a outra acolhida. Como se tratava de um espaço institucional de média permanência, me chamou a atenção essa criança ainda estar ali, tão nova e com perfil tão desejado pelos casais de adoção. Posteriormente, ao conversar sobre essa criança de 3 anos com uma técnica que acompanhava esse caso, ela relatou um pouco de seu histórico. Disse que essa “acolhida” já havia passado por duas famílias adotivas, mas que a adoção não se concretizou, porque a criança demonstrava claramente às suas “novas” famílias não querer estar ali, ficava apática, resistia às atividades propostas, fazia muitas birrações. Com esse relato da técnica, estranhei esse comportamento tão diferente do que eu havia presenciado naquele espaço institucional num contato rápido com essa acolhida. A técnica então complementou a fala, informando que a irmã mais velha da criança, que exercia sobre ela uma relação de cuidado, foi separada dela ainda na instituição por ser adotada por outra família. Ao ir para a nova família, a adolescente teria falado com a irmã mais nova que voltaria para buscá-la na instituição. A desconfiança, então, era a de que essa menina tão doce, demonstrava por meio de todas as estratégias que conseguia, permanecer na instituição a fim de reencontrar sua irmã.

Como nosso objetivo foi de produzir também deslocamentos em nossas conversas, produzir novos relatos, problematizando nossa realidade, foi possível pensarmos durante as entrevistas com os técnicos da rede em algumas possíveis estratégias que pudessem mobilizá-la diante dos assuntos abordados sobre o processo de criminalização da pobreza e judicialização da vida.

Outra questão é a visão que alguns profissionais têm em relação à família. Mesmo sendo trabalhada e questionada pela assistência social, ainda se lida muito com *criminalização* das famílias. Avalia a necessidade de formação continuada devido às mudanças profissionais (Diário de campo de entrevista com técnica 1, 27/03/2014).

Em relação às resistências das crianças e famílias de origem à demanda de acolhimento, pontuou que percebe, mas que as equipes do espaço de acolhimento percebem melhor. **Considera essas resistências como bem vindas, pois mostram afeto. Se sente afetada por essas situações** (Diário de campo de entrevista com técnica 2, 12/06/2014).

Falo sobre a reflexão de Maria Lívia do Nascimento em relação à negligência... A entrevistada reflete que muitas questões que se encaixam como negligência dizem respeito a um hábito, uma cultura. *“Ah, por que a casa estava suja, as roupas todas jogadas no chão... mas se é um*

hábito da família viver daquela forma, com essa roupa suja jogada no canto, aí isso toma uma outra dimensão porque na minha casa tem guarda roupa e eu acho que as roupas devem estar dentro do guarda roupa né” (Diário de campo de entrevista com técnica 1, 27/03/2014).

Indago de como podemos mudar e enfrentar essa situação. A entrevistada relata que uma das estratégias é o **seminário municipal**, mas que precisamos pensar em encaminhamentos nesse seminário, e nos próximos dar respostas a esses encaminhamentos. Precisamos de outros encaminhamentos, não é apenas com um dia de seminário que se conseguirá mudar todas essas questões (Diário de campo de entrevista com técnica 1, 27/03/2014).

4.2 A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA MODERNA

Mediante toda a organização da Política Nacional de Assistência Social em torno das ações nas famílias, visando ao seu fortalecimento e à prevenção de riscos e vulnerabilidades, consideramos de grande relevância colocar em análise o discurso contemporâneo que tem gerido essa forma de organização social, avaliando os efeitos das conexões construídas entre família e a institucionalização de crianças. Nosso objetivo é evidenciar que a família não se trata de uma ordem natural das coisas, como se ela fosse sempre a mesma. Conhecer sua história, as práticas sociais que a fizeram emergir no campo relacional de visibilidade e enunciação, favorece sua compreensão como instituição social.

Nossa atenção aqui se centrará na família conjugal moderna, de forma a identificar as condições de possibilidade de sua emergência, suas transformações e seu uso como dispositivo de controle. Ressaltamos que o modelo reconhecido atualmente como família é fruto do movimento de ascensão da burguesia, caracterizando-se, assim, por alguns valores instituídos para a manutenção dessa classe social: o amor entre os cônjuges e sua união em benefício do bem-estar dos filhos; centralização das famílias em si mesmas contra os perigos exteriores; valorização da maternidade; interesse e investimento na educação das crianças; entre outros (REIS, 2010).

A ascensão da burguesia, assim como os valores sociais e morais que lhe caracterizam, está ligada ao advento da sociedade industrial, ao fortalecimento do capitalismo e ao conseqüente crescimento da urbanização, ocorridos a partir do século XVIII na sociedade ocidental, sendo mais predominante no Brasil no século XIX. Em nosso país, tal mudança acarretou um significativo aumento populacional nas cidades, composta por profissionais que constituíram uma nova classe média:

trabalhadores assalariados, profissionais liberais e imigrantes europeus. Diante de tais mudanças, que teve por consequência o fortalecimento do poder do Estado, a figura do patriarca entrou em declínio, e a medicina e a indústria se fortaleceram como instituições de controle social (REIS, 2010).

Ao discorrer sobre a constituição da família moderna, Ariès (2012) nos mostra que a família assumiu um novo lugar no século XVI e XVII, quando ela passa a emergir como valor e sentimento. Essa transformação na família ocorreu na medida em que sua relação com a criança também se transformou.

Ariès (2012) relata que as crianças eram conservadas em casa até os 7 ou 9 anos de idade, e depois eram inseridas nas casas de outras pessoas, para fazerem serviços, geralmente ligados aos trabalhos domésticos, que eram considerados uma forma de educação. Elas eram chamadas de aprendizes.

Esse hábito de entregar suas crianças a outras famílias era uma prática difundida, sendo que o serviço doméstico, na época, não significava nenhuma repugnância, já que era considerado como aprendizagem, como forma comum de educação. Nessas atividades, o mestre adulto transmitia à criança, não a seu filho, a experiência prática e valores humanos que pudesse possuir. Existia fortemente a participação familiar das crianças na vida dos adultos nessa transmissão do conhecimento, por isso havia a mistura entre as faixas etárias, e não a segregação. Nessa forma de aprendizagem não havia lugar para a escola (ARIÈS, 2012).

Interessante ressaltar a diferença existente da família moderna em relação ao trabalho doméstico, pois, atualmente, tais atividades realizadas por crianças servem, muitas vezes, como motivo para denúncias no conselho tutelar sob alegação de exploração. É comum as famílias acolhedoras perguntarem, por exemplo: “minha filha (9 anos) lava as vasilhas, o acolhido também pode? Vocês vêem algum problema?”.

Em face ao exposto, percebemos que a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, e esta não alimentava tanto um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Conforme explica o autor,

[...] Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: **eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam**

trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental (ARIÈS, 2012, p. 158, *grifo nosso*).

A expansão da frequência escolar também foi um fator que influenciou a transformação do sentimento de família a partir do século XV. A educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola, ao invés das transmissões diretas que ocorriam entre a criança e o adulto. Essa evolução correspondeu a uma necessidade dos educadores em separar as crianças do “mundo sujo dos adultos, para mantê-las na inocência primitiva” (ARIÈS, 2012, p. 159). Essa mudança correspondeu também numa necessidade dos pais vigiarem seus filhos mais de perto, e de não deixá-los ao cuidado de outra família (ARIÈS, 2012).

Percebemos, assim, que a família passa a se concentrar cada vez mais em torno da criança, e o clima sentimental foi emergindo mais parecido com o da família moderna. Para Ariès (2012), é “como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola” (p. 159).

Outra transformação considerável na família, advinda dessa concentração na criança, passa a ser a relação cada vez mais sentimental entre pais e filhos.

Os médicos higienistas tiveram um papel importante na produção do estilo de vida burguês, instituindo prescrições higiênicas que deveriam ser seguidas pelas famílias, mas que instauraram novas normas familiares e sociais, produzindo novos modos de relacionamento e de existência (REIS, 2010).

Ariès (2012) exemplifica essa transformação familiar influenciada pela higiene a partir da relação com as nutrizes. Pois, enquanto no século XVII os bebês eram entregues a amas de leite, no século XIX a ama passa a deslocar-se e morar com a família, por esta se recusar a separar-se de seus bebês. Segundo Ariès (2012) é nesse contexto que começamos a perceber a **“emersão da família moderna acima de outras formas de relações humanas que prejudicassem seu desenvolvimento”** (p. 164). Essa reflexão mostra-se fundamental para compreendermos o surgimento da necessidade familiar para o desenvolvimento infantil na sociedade contemporânea e a desqualificação e a patologização das demais relações nesse processo, percebidas fortemente nos espaços de acolhimento.

Dessa forma, a medicina se aliou às mães visando à necessidade de ensiná-las a criação e a vigilância de suas crianças com mais atenção, o que produziu consequências na autoridade paterna, já que as mulheres passam a receber maior importância social (DONZELOT, 1996).

Ao mesmo tempo em que o sentimento de família se desenvolveu, progrediu também a vida privada e a intimidade doméstica. O sentimento de família não se desenvolveria, segundo demonstra Ariès (2012), se a casa estivesse muito aberta ao exterior.

Quanto mais o homem vive na rua ou no meio de comunidades de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas seu tempo, mas também seu espírito, e menor é o lugar da família em sua sensibilidade. Ao contrário, se suas relações de trabalho, de vizinhança, de parentesco pesam menos em sua consciência, se elas deixam de aliená-lo, o sentimento familiar substitui os outros sentimentos de fidelidade, de serviço, e torna-se preponderante ou, as vezes, exclusivo (ARIÈS, 2012, p. 164).

O autor relata que a organização das casas passava agora pela preocupação de se defender contra o mundo. Assim, sua estrutura passou por mudanças com a independência dos cômodos de forma a garantir a intimidade. Essa especialização dos cômodos correspondeu a uma necessidade de isolamento. A reorganização da casa e a mudança de costumes garantiram mais espaço para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, clientes e amigos. É então que percebemos a valorização do núcleo familiar.

Na realidade contemporânea dos acolhimentos institucionais para criança e adolescentes, além da desqualificação por se tratar de um espaço público e não-familiar, discute-se com frequência a não garantia de privacidade/individualidade, ora pelo cuidado que não é individualizado, ora por não ter seus pertences privados, como roupas ou mobílias.

Ariès (2012) demonstra, assim, como a sociabilidade, até então fundamental na vida das pessoas, vai se compactando na constituição da família moderna.

[...] não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem prevenir. As pessoas ou se visitavam nos dias de recepção, ou “enviavam-se reciprocamente cartões através dos criados”. (...) “A caixa de correspondência” entrega os cartões e “nada é mais fácil, ninguém é visível, todos têm a decência de fechar sua porta”. As novas maneiras

propunham abandonar aquilo que antes era a ocupação mais natural, o meio de fazer avançar os negócios e de conservar a posição e os amigos. Outrora, vivia-se em público e em representação, e tudo era feito oralmente, através da conversação. Agora, separava-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada: a cada uma era determinado um local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão (p. 266).

O êxito material, as convenções sociais e os divertimentos sempre coletivos não se distinguiam como hoje em atividades separadas, assim como não existia a separação entre a vida profissional, a vida privada, e a vida mundana ou social. O essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar a própria posição através de um fuso hábil dessa rede de relações. Ter êxito na vida não significava fazer fortuna ou obter uma situação [...] significava antes de tudo manter uma posição mais honrosa em uma sociedade em que todos se viam, se ouviam e se encontravam quase todos os dias [...] **A arte de fazer sucesso era a arte de ser agradável, “amável”** (p. 164-165).

O autor nos chama a atenção para a amizade, pois ela tinha um lugar reservado em toda a literatura do século XVII, de forma que ela **“era uma relação social mais intensa que as outras”** (p. 165).

Como vimos, as pessoas viviam suas vidas em público, misturadas umas com as outras, reunindo senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições dos visitantes, e quase não existia intimidade já que a densidade social tomava todo o lugar da família. A partir do século XVIII, começaria um forte movimento que reforçou a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizades e tradições.

A família passaria então a apresentar um caráter “privado”, fechada em torno de si mesma, promovendo um distanciamento dos que estão nas ruas e uma grande aproximação entre os membros da casa. As pessoas passaram a se defender contra uma sociedade que até então o convívio constante era a fonte de toda sua organização. Reportando a essa transformação, Ariès (2012) afirma que não foi o individualismo que triunfou, e sim a família. Nós diríamos que foi exatamente esta centralidade da família que colocou em cena o “modo-indivíduo”, sendo este a forma-subjetividade hegemônica da contemporaneidade.

4.3 O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA E O FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS DE FAMÍLIA ACOLHEDORA COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO ALTERNATIVA AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O Direito à Convivência Familiar e Comunitária trata-se de uma temática em evidência nas discussões sobre a garantia de direitos das crianças e adolescentes, e tem sido um direcionador das atuais políticas de atenção às famílias. Vimos que com a constituição da família moderna, algumas características lhe foram agregadas, como a privacidade, a centralização em si mesmas contra os perigos externos, o amor entre os cônjuges e sua união em benefício do bem-estar dos filhos; valorização da maternidade; interesse e investimento na educação das crianças; entre outros. As políticas públicas contemporâneas têm centrado suas ações nas famílias, as tendo como “base” da sociedade.

A busca pela garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária foi impulsionada por diversas discussões e leis internacionais que acabaram por influenciar as leis e políticas do Brasil. Veremos como esse direito tem sido assegurado nos documentos jurídicos e sócio-assistenciais e como, posteriormente, ocorreu o fortalecimento nas políticas públicas priorizando o acolhimento familiar como medida protetiva.

A Convenção Internacional sobre os direitos da criança (ONU, 1989) – normativa internacional ratificada em caráter especial pelo Brasil em setembro de 1990 – bem como as demais resoluções das Assembleias Gerais das Nações Unidas, influenciaram as discussões e a legislação sobre o direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil. A Convenção dos Direitos da Criança (BRASIL, 1990), já em seu preâmbulo, vai reconhecer que a criança necessita crescer em família para o seu pleno desenvolvimento.

Convencidos de que a família, unidade fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros e, em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias para que possa assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade [...] **Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade, deve crescer em um ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão** (p.1)

A Constituição Federal de 1988 estabelece a família como base da sociedade e determina a ela, junto ao Estado, assegurar os direitos fundamentais às crianças e adolescentes, dentre eles o direito à convivência familiar e comunitária.

Art. 226. A **família, base da sociedade**, tem especial proteção do Estado (p. 37).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (p. 37).

Por meio dessas reflexões, essa Carta Constitucional pode ser considerada o marco de uma nova história para o reconhecimento jurídico dos direitos da criança e do adolescente no país já que cria as bases para a elaboração do Ecriad, o qual preconiza e regulamenta todo o direito inerente às crianças e aos adolescentes brasileiros ou naturalizados, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos (FACHINETTO, 2009).

O Ecriad, promulgado em 1990, define, em seu Art. 19, a importância da garantia do cuidado familiar, assegurando também a convivência familiar e comunitária.

[...] toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária [...] (BRASIL, 1990, p. 41).

Com o novo paradigma filosófico-político introduzido pela Doutrina da Proteção Integral, as crianças e adolescentes passam a ser consideradas sujeitos de plenos direitos, e deve ser respeitada a sua condição de desenvolvimento, competindo à família e ao Estado garantir suas necessidades. Nesse contexto, o resgate à convivência familiar e comunitária pressupõe que a família deve ser vista como um local ideal de criação dos filhos, almejando a desinstitucionalização de crianças e adolescentes (FACHINETTO, 2009).

Diante desses princípios da convivência familiar e comunitária, o Ecriad (1990) garantirá a excepcionalidade e a provisoriedade das medidas de acolhimento, obrigando que se assegure a preservação dos vínculos familiares, a promoção da reintegração familiar e quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa, que a criança seja inserida em família substituta (Artigos 92 e 100).

No ano de 2006, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, cujas discussões complementam e regulamentam a garantia desse direito. Esse documento foi resultado de um processo participativo de construção conjunta,

envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, sendo aprovado pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os principais objetivos e estratégias do Plano Nacional (2006) visam à prevenção do rompimento dos vínculos familiares, à qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e ao investimento para o retorno ao convívio com a família de origem. O Plano Nacional também defende que a adoção seja realizada apenas mediante a impossibilidade de retorno da criança aos seus familiares naturais. Assim, suas diretrizes buscam:

[...] centralidade da família nas políticas públicas; primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família; reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades; respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais; fortalecimento da autonomia do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida; garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade nos programas de famílias acolhedoras e de acolhimento institucional de crianças e de adolescentes; reordenamento dos programas de acolhimento institucional; adoção centrada no interesse da criança e do adolescente; controle social das políticas públicas (NERY, 2010, P. 199-200).

Com a implementação da Lei 12.010, em 2009, o Ecriad (1990) buscou aperfeiçoar a sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, visando agilizar o processo de reintegração ou o encaminhamento à adoção, a fim de que o acolhido não fique institucionalizado por longo tempo. Aqui, vamos ressaltar alguns artigos que mais interessam ao nosso trabalho.

Art. 19. § 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua **situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses**, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta [...] (p. 41).

Essas reavaliações dos casos a cada 6 meses são realizadas por meio das audiências concentradas. Em Vitória, essa experiência tem sido promissora, já que reúne os técnicos da equipe psicossocial da Vara da Infância e dos espaços de acolhimento, além do Juiz, do Ministério Público, Defensoria e representantes das demais secretarias do município, como saúde, habitação, educação, turismo,

trabalho e renda, entre outros. Para exemplificar seu funcionamento, no mês em que realizamos as audiências concentradas, cada espaço de acolhimento tem o seu dia agendado, de forma que todos os casos da instituição sejam reavaliados nesta data. Como acontece em Vitória desde 2012, já foram realizadas 6 sessões dessas audiências chamadas de concentradas. Ressaltamos, entretanto, que se trata de um espaço que precisa ser construído por todos os atores, senão pode apenas reforçar a figura decisória do juiz. Em nossas primeiras audiências, por exemplo, não era garantido o direito de fala aos familiares das crianças, apesar de ser um direito visto que se tratam da parte do processo. Os técnicos envolvidos nas audiências conseguiram assegurar a presença dos familiares, visando ao aperfeiçoamento desse espaço.

Uma das questões que mais nos chama a atenção nessas audiências é a possibilidade de encontro do juiz e do promotor público com a criança acolhida e sua família juntas, não sendo, portanto, apenas um encontro entre os operadores do direito com o “papel” (processo judicial). Lembramos de uma situação em que a equipe técnica do acolhimento familiar era favorável à reintegração da criança para uma tia avó, mas que havia resistência por parte do judiciário. Durante a audiência, a criança deitou no colo desta tia, demonstrando toda a afetividade estabelecida com ela, e adormeceu em seu colo. No fim da audiência, a promotora declarou: “como não reintegrar”?

Sabemos que a retirada de crianças pobres de suas famílias e seu encaminhamento para adoção é uma prática ainda muito recorrente em nossa realidade. A Lei 12010/2009 do Ecriad (1990), buscando invalidar essas práticas, assegura que a reintegração familiar seja prioridade em relação a qualquer outra medida.

Art. 19 § 3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio [...] (p. 42).

Diante de todo esse discurso das políticas em torno da Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, centralidade das ações políticas na família, e ainda buscando romper com a cultura de institucionalização, o acolhimento familiar passa a ser fortalecido aqui no Brasil. O Ecriad (1990), com a Lei 12010/2009 vai assegurar a preferência dessa nova modalidade de acolhimento em relação ao acolhimento institucional.

Art. 34 § 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar **terá preferência** a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei (p. 45).

Art. 50 § 11. Enquanto não localizada pessoa ou casal interessado em sua adoção, a criança ou o adolescente, sempre que possível e recomendável, será colocado sob guarda de família cadastrada em programa de acolhimento familiar (p. 50).

Na realidade do município de Vitória, tornar o acolhimento familiar como prioritário tem se mostrado como um grande desafio diante do pequeno número de famílias acolhedoras habilitadas no município. Entendemos que a cultura do acolhimento familiar ainda é pequena em nosso país, o que demanda ampla divulgação.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (CNAS & CONANDA, 2009), é definido como aquele que

[...] organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastadas da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente e sua família de origem (p. 41).

Entre as funções do Programa Família Acolhedora, podemos ainda destacar: captar e habilitar famílias do município para acolherem as crianças em medida protetiva até que o processo judicial seja resolvido; acolher a criança em famílias habilitadas e prepará-la para a entrada no programa, estabelecendo vínculo de confiança e fornecendo explicação da situação e esclarecimentos quanto ao acolhimento familiar e o processo judicial; preparar a família acolhedora para a recepção da criança e acompanhá-la na vivência e término do acolhimento; acompanhar e fortalecer a família de origem a fim de que possam superar as fragilidades que culminaram com a retirada da criança (CNAS & CONANDA, 2009).

Frisamos que acolher filhos de outras pessoas e tê-los sob seus cuidados e responsabilidade trata-se de uma prática antiga no Brasil. Geralmente esses acolhimentos eram exercidos pela família extensa da criança (tios, irmãos, avós) ou por pessoas que possuíam afinidades com os genitores. Essas práticas, entretanto, não eram consideradas formais, ou seja, eram colocações de crianças que partia da atitude voluntária dos pais. Consideramos formais os acolhimentos que são

mediados por autoridades, como medida judicial de proteção à criança e que é executada por um serviço de acordo com política pública estabelecida (CABRAL, 2004).

No Programa Família Acolhedora da Prefeitura Municipal de Vitória, a criança pode permanecer em acolhimento familiar no período de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses. Entretanto, caso seja avaliada a necessidade de mais tempo, o acolhimento pode ser prolongado²⁴. As famílias acolhedoras atuam como voluntárias e recebem subsídios no valor de 60% de um salário mínimo por criança acolhida (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006). Ressaltamos que as famílias acolhedoras não possuem preferência na adoção caso a criança seja encaminhada para a colocação em família substituta.

Enquanto psicóloga do Programa Família Acolhedora, percebia muita expectativa em relação ao fortalecimento desse serviço pela gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social. Diante de um evento científico que ocorreria no município, recebemos a demanda de escrever um artigo discorrendo sobre os benefícios do acolhimento familiar. Como falar dos benefícios do acolhimento familiar se presenciávamos tanto sofrimento das crianças e seus familiares com o afastamento entre eles? Seria benefício em relação a quê? Percebíamos que essas demandas surgiam diante do discurso de desqualificação do acolhimento institucional.

Grande parte das produções acadêmicas que têm surgido a respeito desta temática afirma a importância de fortalecer o acolhimento familiar a fim de romper com a cultura de institucionalização²⁵ de crianças e adolescentes. Além disso, diz-se que, retirando a criança de sua família de origem e inserindo-a em uma família acolhedora, garante-se a convivência familiar e comunitária, ao contrário dos abrigos. Dessa maneira, tem-se criado expectativas a respeito de tal modalidade de acolhimento como espaço de “solução” para os problemas da institucionalização e como lugar “saudável” para o desenvolvimento da criança afastada de sua família de origem.

²⁴ Já existiram casos de mais de 4 anos de acolhimento familiar.

²⁵ Refiro-me à institucionalização de crianças e adolescentes como práticas de confinamentos, ou seja, encaminhamentos para estabelecimentos ou famílias, que não são as suas de origem nem as que as adotarão, como instrumento da assistência para “cuidar” e controlar as crianças e suas famílias de origem.

O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em conjunto com a CIDH (Comissão Interamericana dos Direitos Humanos), MMI-LAC (Movimento Mundial pela infância da América Latina e Caribe), RELAF (Rede Latino Americana de Acolhimento Familiar) e a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças, têm impulsionado nos países da América Latina e do Caribe uma mobilização para pôr fim à internação de crianças menores de 03 anos em instituições de proteção, e acelerar a reintegração ao âmbito familiar daquelas crianças que hoje vivem em acolhimentos institucionais.

Essa mobilização, chamada “Fale por mim”, usa alguns vídeos²⁶ como sensibilizadores, buscando fomentar a não institucionalização de crianças dessa faixa etária. Nesses vídeos, algumas alegações são realizadas: em 1 ano da criança vivendo em instituição se perde 4 meses de desenvolvimento; a violência é 6 vezes mais alta nas instituições do que em lares de acolhimento; a violência sexual é 4 vezes mais frequente nos espaços institucionais do que em acolhimento familiar.

Sabemos e afirmamos a importância das lutas em relação a alternativas ao acolhimento institucional, que atualmente mostra-se como a opção mais fortalecida, quando não a única, diante de violações graves contra a criança. Indagamos, entretanto, os discursos que naturalizam o acolhimento institucional como algo ruim, prejudicial por si só.

Alguns autores teceram críticas bem fundamentadas aos estudos que frisavam o fracasso das crianças institucionalizadas. Rutter (1972 apud COSTA; FERREIRA, p. 115), por exemplo, apontou que as patologias presentes nesse público “[...] derivavam mais das péssimas condições institucionais a que eles foram submetidos do que propriamente à privação materna”.

Sabemos que existe uma construção social que atribui ora uma essência do “mal”, ora uma essência de “bem” ao acolhimento institucional. Rebatendo a tais construções, Coelho (2010, p. 47) afirma,

[...] os Serviços de Acolhimento Institucional [...] não se fazem bons ou maus, vilões ou mocinhos em si mesmos. Não são as paredes do abrigo que definem suas práticas/ discursos. Ao contrário, **são as práticas e os**

²⁶ Para ver maiores informações da campanha e visualizar os vídeos, acesse os sites: <http://www.falepormim.org/> e http://www.unicef.org/brazil/pt/media_26486.htm

discursos que constituem o abrigo: suas paredes, suas formas, suas aberturas e seus cadeados (*grifo nosso*).

Portanto, não pretendemos desqualificar as diversas vivências que são construídas nos abrigos, e nem afirmar que o acolhimento familiar é melhor ou pior que o acolhimento institucional. Como afirma Costa e Rosseti-Ferreira (2009, p. 117):

Parece ser necessário romper com a dicotomia instaurada entre formas de acolhimento, em que se busca a defesa de uma como a melhor, única e mais adequada, em detrimento de outras. **O momento é de assumir que para trabalhar com uma realidade complexa precisamos de diversas formas de acolhimento, desde que todas sejam desempenhadas com qualidade e compromisso, o que envolve qualidade de ambientes, de pessoal, de capacitação inicial e em serviço, de conhecimentos técnicos, etc** [*grifo nosso*].

Acreditamos que a institucionalização de crianças e adolescentes no país não se resume apenas à colocação de crianças em espaços de acolhimento, mas sim em um conjunto de práticas históricas, diante de políticas públicas escassas e/ou precárias, em que se produzem subjetividades²⁷ a respeito da criança e da família pobre-negligente, instaurando o acolhimento como único caminho possível.

Entendemos que inserir a criança em acolhimento familiar não significa desinstitucionalizar, visto que muitas práticas higienistas ainda são frequentes no cotidiano dos acolhimentos: a visão de técnicos ainda parte de uma concepção moralista das famílias; as políticas ainda criminalizam pobres não garantindo os seus direitos, e as crianças e suas famílias continuam sofrendo ao serem afastadas por medidas ditas “protetivas”. Podemos entender o acolhimento familiar enquanto término do fim de institucionalização de crianças no Brasil?

Não pretendemos, em hipótese alguma, afirmar que o acolhimento familiar é um erro ou algo ruim. Não queremos pensar em práticas boas ou ruins, não é essa nossa questão. Queremos problematizar, pensar o presente, o que essas práticas têm produzido. Foi diante dessa percepção romantizada sobre o acolhimento familiar e a desqualificação do acolhimento institucional presente nessa rede, que vimos a necessidade de compartilhar essas inquietações com os demais atores que compõem a proteção social especial de alta complexidade para crianças e adolescentes.

²⁷ Quando falamos de subjetividade não dizemos de uma interioridade em separado de uma exterioridade, mas de modos de subjetivação, formas de estar, sentir, pensar, viver o mundo. Modos de subjetivação, modos de existência ou possibilidades de vida (MACHADO, 1999).

Refleti sobre o fortalecimento do acolhimento familiar e a desqualificação do acolhimento institucional, aos afetos e cuidados que podem existir ali. Pontuo os objetivos da pesquisa: como pensar em espaços de acolhimento potentes? Em relação ao abrigo, ela diz que alguns educadores trabalham por trabalhar, não por amor. Falta qualificação. Ela disse que já viu cenas desagradáveis, de o educador não dar confiança para a criança. Pontuo nesse momento se as condições de trabalho não interferem nessa relação, aí não seria falta de cuidado do educador, mas muita demanda. Pontuo que na família acolhedora também temos que ter cuidado, pois a família pode apresentar diversas questões [...] Quando indagada se avalia que é possível uma relação de cuidado entre educadores e crianças, ela diz que sim e que já levou crianças para sua casa quando era educadora e que essa relação foi muito importante (Diário de campo de entrevista com família acolhedora, 03/04/2014).

[...] quando tínhamos acabado de conversar sobre a desqualificação do acolhimento institucional em prol do fortalecimento do acolhimento familiar [...] A entrevistada afirmou a dificuldade de argumentar o fortalecimento do acolhimento familiar a fim de conseguir verbas para o Programa, usando outros argumentos que não sejam as dificuldades enfrentadas hoje pelos espaços institucionais. Trata-se, de fato, de uma questão relevante, pois essa comparação acaba sendo necessária (Diário de campo de entrevista com técnica 1, 27/03/2014).

Essa dicotomização acolhimento institucional x acolhimento familiar faz emergir as fragilidades do primeiro como algo natural. Um argumento muito usado para o fortalecimento dos Programas de Família Acolhedora é que essa nova modalidade de acolhimento possui um cuidado mais individualizado, mais pessoal.

Quando indagamos se as crianças são felizes ali [no acolhimento institucional], a educadora diz que sim, mas que em alguns momentos elas querem ter as coisas delas, falta ter suas individualidades (Diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/ 2014).

Não podemos esquecer que as orientações técnicas para os serviços de alta complexidade apontam a necessidade de garantir que os espaços de acolhimento institucional funcionem como casas. Entretanto, esses discursos de falta de “individualidade” surgem diante da superlotação frequente dos espaços de acolhimento institucional, geralmente acompanhada por um quantitativo de educadores que não condiz com as demandas de cuidado.

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (CNAS & CONANDA, 2009, p. 67).

Outra questão relevante em relação às diferenças das modalidades de acolhimento diz respeito à qualidade dos vínculos que são possíveis de estabelecer no

acolhimento institucional, como se fosse “pior” do que na possibilidade de vivência em acolhimento familiar²⁸.

Faço a reflexão das análises existentes dos abrigos como algo naturalizado. Segundo a entrevistada, ainda existe a marca da FEBEM. **Em relação aos prejuízos que as crianças poderiam sofrer no espaço institucional, a entrevistada diz que sim, em relação ao vínculo, pois não existe.** Pontuo, mas não existe mesmo? Ela diz que existe, mas que é prejudicado pelo número de profissionais. São 2 educadores sociais para 13 crianças, aponta (Diário de campo de entrevista com a técnica 4, 12/04/2014).

Percebemos, como será explanado no próximo capítulo, muitas indagações e preocupações a respeito do apego entre criança e família acolhedora. Mas pouco se problematiza, nessa rede, o sofrimento da família de origem e da criança com a sua retirada. Isso coloca em análise as produções a respeito da família de origem: elas são “desafetuosas”, “violentas” e “negligentes”, por isso não devem sofrer com a retirada!?

L relatou que se preocupa muito com a casa da família acolhedora onde está o filho, se realmente há segurança. “*Vocês investigam bem a casa da família acolhedora como analisam a nossa? Tenho muito medo de como é esse cuidado*” (...) (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Outra questão relevante a ser ressaltada trata-se da resistência e desconfiança dos familiares dos acolhidos quando estes são transferidos para o Programa Família Acolhedora. Acreditamos que essa preocupação surja pela pouca divulgação dessa nova modalidade de acolhimento e pelo receio da família de que o acolhimento familiar se trate de uma adoção, ainda que a equipe técnica relate o objetivo do serviço de acolhimento familiar.

Perguntei a M. o que ela sentiu quando soube da transferência de seu filho para o acolhimento familiar ... “*Fiquei doida! Não queria conhecer, não queria falar com vocês. Pensei: agora eu vou perder meu filho!*” (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

Dois momentos específicos da conversa me chamaram atenção. O primeiro foi quando conversávamos sobre as resistências das crianças e das famílias de origem em relação às diversas regras/condições que o acolhimento familiar impõe, e ela prontamente lembrou-se de um encontro que realizou entre a criança acolhida P. (2anos) e a mãe L. A técnica relatou que assim que a mãe L. a viu com a criança no parque, disse: “*eu preciso saber onde está meu filho*”. A entrevistada contou como esse fato chamou atenção dela e a tocou [...] (Diário de campo com técnica 1, 27/03/2014).

²⁸ No próximo capítulo aprofundaremos essa discussão.

Acreditamos que o cotidiano dos acolhimentos, seja ele institucional ou familiar, deva ser vivenciado com problematizações dessa realidade e de nossas práticas. Entendemos que o acolhimento familiar tem surgido como extensão sutil e mascarada da institucionalização, abrindo vasto campo para o controle e a vigilância das crianças e famílias pobres. Deleuze (1992) diz-nos da sociedade de controle que ela não funciona mais por confinamento, como na sociedade disciplinar, mas que opera com controle contínuo, usando mecanismos de esquadrinhamento mais difusos, flexíveis e móveis. “O que está sendo implantado às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento(...). Tentam nos fazer acreditar numa reforma, quando se trata de uma liquidação” (p. 216).

5. DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DE VÍNCULOS DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Desde o início dessa pesquisa - e aí nos remetemos a nossa entrada no “campo” como psicóloga do Programa Família Acolhedora em 2011 - foi preciso lidar com o *(des)vincular-se*. Foi a partir dessa vivência no acolhimento familiar que essa temática nos forçou a ter mais atenção sobre ela.

No meio de tantos discursos sobre “afetos”, “(des)afegos” e “(des)vínculos”, uma das primeiras frases que ouvimos ao entrar no Programa Família Acolhedora foi: “o *acolhimento familiar é um serviço que envolve muitos afetos*”. Não desejamos e nem temos como negar essa afirmativa, pois realmente o é, já que lidamos cotidianamente com as construções de laços afetivos, com afastamentos de crianças de suas famílias, com encaminhamentos para adoção, com a construção de uma relação afetiva entre a criança e a família acolhedora, entre outros. Contudo, desejamos ampliar esse sentido, e talvez esse seja o maior objetivo deste trabalho, para pensarmos que a própria vida envolve, a todo o momento, relações de afeto. Apesar de parecer um pensamento *clichê*, veremos que na realidade da proteção social especial da alta complexidade para crianças e adolescentes trata-se de uma discussão oportuna.

A vinculação e o desenvolvimento de crianças e adolescentes acolhidos são temáticas em evidência nos serviços de proteção social especial de alta complexidade e, com frequência, os tensionamentos da rede socioassistencial da Prefeitura de Vitória giram em torno desse assunto. Apesar das diversas nuances, a “vinculação” atravessa o cotidiano tanto do acolhimento familiar como do acolhimento institucional, conforme explanaremos adiante.

O que queremos dizer com a palavra *vínculo*? Gostaríamos de deixar claro que esse vocábulo é utilizado no cotidiano da rede socioassistencial de forma usual, sem grandes reflexões teóricas sobre o tema. Contudo, sabe-se que a *vinculação* foi e é muito usada e apropriada pelo saber *psi*, principalmente pelas teorias de desenvolvimento infantil. A utilização de certa vinculação “psicologizada”, portanto, tem sido incorporada pelos diversos saberes, inclusive pela assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social preconiza o trabalho de fortalecimento de vínculo nos três níveis da assistência (atenção básica, e média e alta complexidade),

mas o que temos entendido por vinculação? O que ela tem significado nos espaços da Assistência Social?

Desejamos aqui refletir sobre as vinculações que se estabelecem nos espaços de acolhimentos e propor que elas possam ser pensadas, como nos sugere o próprio significado da palavra: “ligadura” (MICHAELIS, 2012), conexão, articulação, proximidade subjetivo-afetiva.

5.1 VÍNCULO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ALTA COMPLEXIDADE: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) E DO PLANO NACIONAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

A PNAS e o Plano Nacional²⁹ são documentos norteadores para o trabalho na Assistência Social. Devido à grande importância dessas orientações para as políticas públicas de assistência, analisaremos como a temática da vinculação emerge nesses documentos e o que é produzido diante de suas reflexões.

Como já afirmamos, a PNAS (2004) define o novo modelo de gestão para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e apresenta diretrizes para efetivação da assistência social como política pública. Ela objetiva contribuir com a inclusão e a equidade de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco, provendo serviços, programas, projetos e benefícios. Suas ações são centradas nas famílias, visando à convivência familiar e comunitária.

Ao longo de suas reflexões, o termo vinculação é muito mencionado e, na maioria das vezes, se refere aos vínculos familiares e comunitários. Ao discorrer sobre as transformações na sociedade contemporânea, que culminaram também com as mudanças familiares, o documento afirma que os vínculos familiares e comunitários se tornaram frágeis.

Dentre essas mudanças pode-se observar um enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), além dos processos de empobrecimento acelerado e da desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios. **Essas transformações, que envolvem aspectos positivos e**

²⁹ Como já frisado anteriormente, vamos nos referir ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária apenas como Plano Nacional.

negativos, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias (PNAS, 2004, p. 42, grifo nosso).

É diante, então, dessa “fragilidade” constatada nos vínculos da família e da comunidade que a assistência social afirma a necessidade de suas intervenções. Assim, os usuários dessa política são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e de riscos, dentre eles “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculo de afetividade, pertencimento e sociabilidade [...]” (BRASIL, 2004, p. 33).

Outro fator relevante evidenciado pela PNAS é a gestão da Assistência Social em níveis de Proteção - Básica e Especial. Esses níveis são estabelecidos de acordo com a vinculação familiar e comunitária dos usuários. A Proteção Básica visa fortalecer vínculos familiares e comunitários e seus serviços são centrados na família. Esse nível de proteção destaca a importância das famílias ressaltando o valor de suas constituições como “referências morais, de vínculos afetivos e sociais” (PNAS, 2004, p. 35). O público desse nível de proteção são aqueles que se encontram “[...] em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e, ou, **fragilização de vínculos afetivos** – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p. 33, *grifo nosso*)³⁰.

Já a Proteção Social Especial destina-se a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados. Enquanto a Proteção Social Especial de média complexidade oferece atendimentos aos usuários cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, a Proteção Social Especial de alta complexidade trabalha com usuários que tiveram seus vínculos familiares rompidos e, por isso, precisam ser acolhidos em espaços de abrigo ou em famílias acolhedoras.

³⁰ Os Programas que compreendem a proteção básica são os Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e os Serviços de Convivência. Estes últimos, na Prefeitura de Vitória, são representados pelos Cajuns (Projeto Caminhando Juntos – para crianças e adolescentes), Centro de Convivência para a Terceira Idade, Centro de Referência da Juventude (CRJ), Núcleo Afro Odomodê, Unidade de Inclusão Produtiva, Centro de Referência para Pessoa com Deficiência (CRPD), e ProJovem Adolescente.

No contexto da gestão dos níveis de proteção em alguns momentos, como pode ser observado, o sentido do vínculo ressoa como “estar em contato com” e, em alguns momentos, “estar na mesma casa”. Quando a PNAS afirma que os serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade são voltados para usuários cujos vínculos familiares foram rompidos, logo nos remetemos às crianças acolhidas e aos seus familiares que a todo o momento se requisitam, querendo estar próximos... Isso não seria vínculo familiar?

Quando perguntei à genitora L. o que mais a preocupava em relação ao acolhimento de seu filho, ela prontamente disse que seria perdê-lo e nunca mais poder vê-lo. L. novamente pontuou o seu intenso sofrimento (Diário de campo de entrevista com família de origem, 04/06/2014).

A centralidade das ações da PNAS na família é outro fator relevante. Como vimos na discussão do subcapítulo 4.3, cada vez mais as leis e os programas das políticas públicas consideram as famílias como a “base” da sociedade e nelas focam suas intervenções. Segundo Donzelot (1996), é a partir do séc. XVIII, com a difusão da medicina doméstica, que a família passa por um redimensionamento e adquire caráter privado, com foco na figura materna pelo reconhecimento de seu papel educativo e a utilização da família pelos médicos contra os perigos externos. A família burguesa progressivamente vai tomando a aparência de um lugar seguro contra as influências exteriores. Quando ocorre a ruptura com um modelo familiar medieval, no qual ela era a única fonte provedora e responsável pelos seus, essas funções são, então, divididas com o Estado, e um ideal de família burguesa começa a ser fortalecido. A família passa a funcionar como instrumento do governo das populações, fortalecendo, com isso, o poder do Estado.

Entendemos que falar de “fragilidades” das relações/vinculações familiares é considerar que existe um modelo para as relações, ou seja, que há a forma adequada, correta, para as relações/vinculações às famílias.

Rodrigues et al (2013) constataam que a expressão “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” está presente em todos os documentos norteadores do SUAS, no qual marcam, primeiramente, a necessidade do fortalecimento desses vínculos (proteção básica), e em seguida sua reconstrução (proteção especial). Para as autoras essas ações partem do pressuposto que esses vínculos já se encontram fragilizados, inadequados ou fora de uma ordem que é esperada, necessitando de

intervenções que os potencialize, permitindo que as famílias possam sair da zona de vulnerabilidade social na qual são caracterizadas.

As autoras refletem que diante do fortalecimento de tais vínculos como condição de possibilidade para a garantia de direitos, na lógica da Política, é necessário que se mapeie e produza um conhecimento profundo e minucioso da vida do sujeito e uma investigação em relação às condições de vida da família, já que a assistência social passa a ser universal apenas para quem dela necessitar. Ao relatar a experiência de uma pesquisa no Cras, tendo como recorte o momento em que os usuários preenchem um cadastro digital inicial junto aos técnicos (Cadúnico), Rodrigues et al (2013) concluem que o que estaria em questão como condição para a defesa e garantia dos direitos seria um “mapeamento e diagnosticação da vida, o que, articulado ao princípio da proteção à família, possibilitaria condições para práticas que buscam o fortalecimento/reconstrução dos vínculos familiares e comunitários” (p. 15).

Esse exercício político das ações sociais, apoiadas na noção de garantia dos direitos, permite a emergência dessas práticas que visam ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de estratégias dirigidas à população, como visitas domiciliares, busca ativa, grupos de convivência e programas de transferência de renda, caracterizando um modo de funcionamento biopolítico da vida. Como vimos, esse poder sobre a vida, está voltado para a espécie humana e suas relações.

Na direção dos apontamentos realizados pela PNAS, o Plano Nacional (BRASIL, 2006) vai discutir, com mais evidência, a importância da família para crianças e adolescentes, especificando a importância da organização das políticas em torno do fortalecimento das famílias e da convivência comunitária.

O Plano Nacional tem como objetivo articular as diversas políticas públicas para garantir o direito à convivência familiar e comunitária, alterando a cultura vigente de institucionalização. Além disso, propõe fomentar a implantação do acolhimento familiar e assegurar que o acolhimento institucional seja efetivamente utilizado como medida de caráter excepcional e provisório, proporcionando atendimento de qualidade às crianças e aos adolescentes afastados de suas famílias. Pode-se

afirmar que o principal objetivo do Plano Nacional é a prevenção do rompimento de vínculos familiares e comunitários e, quando isso não é mais possível, que se consiga restabelecer laços familiares por meio da adoção. A produção desse documento é considerada um marco das políticas públicas na garantia da convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006).

Ao longo de suas reflexões sobre o direito à convivência familiar e comunitária, o Plano Nacional problematiza o conceito de família desmitificando a idealização de uma dada estrutura familiar como natural. Ao propor uma definição mais ampla do conceito, seguindo bases sócio-antropológicas, o referido documento propõe que família “[...] pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade” (p. 24). Sendo que aliança diz respeito a vínculos contraídos por meio de contratos, como a união conjugal, e afinidade como vínculos adquiridos com os parentes do cônjuge. Assim, o conceito não escapa da necessidade de parentalidade. O documento chama de “rede social de apoio” as relações mútuas que são construídas por laços simbólicos e afetivos, mas que não contam com reconhecimento legal.

Ao longo de suas reflexões sobre a convivência familiar e comunitária, o Plano Nacional, baseando-se em especialistas do desenvolvimento humano, reforça a importância do “desenvolvimento satisfatório” nos primeiros anos de vida da criança, visto que essa condição aumentaria as possibilidades delas “enfrentarem e superarem condições adversas no futuro” (BRASIL, 2006, p. 26).

A segurança e o afeto sentidos nos cuidados dispensados, inclusive pelo acesso social aos serviços, bem como pelas primeiras relações afetivas, contribuirão para a capacidade da criança de construir novos vínculos; para o sentimento de segurança e confiança em si mesma, em relação ao outro e ao meio; desenvolvimento da autonomia e da autoestima; aquisição de controle de impulsos; e capacidade para tolerar frustrações e angústias, dentre outros aspectos [...]. **A constância das figuras parentais, as condições sociais e culturais para a realização de seus cuidados e um “clima afetivo” favorável, nos primeiros anos de vida, favorecem a constituição de vínculos afetivos primários** e abrem o caminho para a constituição de novos vínculos, cuja preservação, durante a infância e a adolescência, propiciam as condições adequadas para a socialização e o desenvolvimento integral dos indivíduos (BRASIL, 2006, p. 26).

Os relatos acima extraídos do Plano Nacional trazem discussões teóricas referentes à psicologia do desenvolvimento, afirmando que quando a criança se sente protegida e amada em seus primeiros anos de vida, conseguirá se relacionar e

construir novos vínculos no futuro, além da importância da constância das figuras parentais. Esses relatos reforçam um ideal de família que manteria “certa afetuosidade” nos cuidados com as crianças. Não pretendemos minimizar a importância das relações familiares já que são esses, na maioria das vezes, que dispensam os cuidados primários que a criança demanda. Mas é preciso colocar em análise esse ideal de família e afetos ao qual o Plano Nacional se refere.

A referência à família como necessidade é outra explanação realizada pelo Plano Nacional. Comumente, o documento traz reflexões baseadas nos autores Bowlby e Winnicott³¹ para afirmar que a fragilidade das relações maternas e familiares podem produzir graves danos psicossociais à criança e ao adolescente no futuro.

Winnicott destaca que um ambiente familiar afetivo e continente às necessidades da criança e, mais tarde do adolescente, constitui a base para o desenvolvimento saudável ao longo de todo o ciclo vital. Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e a afetividade são fundamentais para a constituição da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. **Assim, as experiências vividas na família tornarão gradativamente a criança e o adolescente capazes de se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro, de se responsabilizar por suas próprias ações e sentimento** (BRASIL, 2006, p. 30).

O documento reforça ainda, usando a referência de Winnicott, que a convivência saudável com a família possibilita que:

O indivíduo encontre e estabeleça sua identidade de maneira tão sólida que, com o tempo, e a seu próprio modo, ele ou ela adquira a capacidade de tornar-se membro da sociedade – um membro ativo e criativo, sem perder sua espontaneidade pessoal nem desfazer-se daquele sentido de liberdade que, na boa saúde, vem de dentro do próprio indivíduo (WINICOTT, 2005, apud BRASIL, 2006, p. 32).

Diante do discurso da valorização da família, o Plano Nacional evidencia os prejuízos em se viver longe dessa forma de organização social e ressalta danos no desenvolvimento causado pela institucionalização.

Alguns autores (Bowlby, 1988; Dolto, 1991; Nogueira, 2004; Pereira, 2003; Spitz, 2000; Winnicott, 1999) são unânimes em afirmar que a separação da criança e do adolescente do convívio com a família, seguida de institucionalização, pode repercutir negativamente sobre seu desenvolvimento, sobretudo quando não for acompanhada de cuidados adequados, administrados por um adulto com o qual possam estabelecer uma relação afetiva estável, até que a integração ao convívio familiar seja viabilizada novamente (BRASIL, 2006, p. 31).

³¹ No subcapítulo 5.3 retomaremos as discussões dos referidos autores.

Pereira (2003) observou que a adolescência nos serviços de acolhimento institucional pode ser acompanhada de sentimentos de perda, frente à aproximação da separação, muitas vezes, do único referencial do qual o adolescente dispõe: os vínculos construídos na instituição (BRASIL, 2006, p. 31).

Observamos que ao mesmo tempo em que o Plano Nacional se afirma como meio de garantia de que o acolhimento em instituições seja de qualidade, ele também coloca uma série de impossibilidades de se viver bem naquele espaço, construindo um discurso determinista na forma como se vincula com leituras teóricas, produzindo sentidos opostos à constante construção, associação, fabricação de sentidos e realidades nas redes relacionais.

O documento nos chama a atenção ainda para a importância da construção das relações de cuidado da criança por um substituto quando se torna necessário o afastamento dela de sua família natural.

Nos primeiros cinco anos e, sobretudo no primeiro ano de vida, as crianças são particularmente vulneráveis à separação de sua família e ambiente de origem. Porém, apesar do sofrimento vivido, se um substituto assume o cuidado e lhe proporciona a satisfação de suas necessidades biológicas e emocionais, a criança pode retomar o curso de seu desenvolvimento (Bowlby, 1988; Dolto, 1991; Spitz, 2000). Por outro lado, quando isso não ocorre, o sofrimento da criança será intenso e, segundo Spitz (2000), ela poderá adoecer e até mesmo chegar à morte. Assim, quando a separação é inevitável, cuidados alternativos de qualidade e condizentes com suas necessidades devem ser administrados, até que o objetivo de integração à família (de origem ou substituta) seja alcançado, garantindo-se a provisoriedade da medida de abrigo [...] (p. 31).

O vínculo comunitário é ressaltado como fator influente e de grande relevância para o desenvolvimento do sujeito. Nesse sentido, o Plano Nacional (2006) defende que, caso o afastamento da família seja necessário, a criança ou adolescente acolhido deve permanecer, se for possível, no contexto social que lhes é familiar já que a convivência comunitária favorável contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social da família. Importante ressaltar que, mesmo falando da importância do fortalecimento desses outros vínculos, construídos para além da família, a importância do “comunitário” se converge ao fortalecimento dos vínculos com a família.

5.2 O “VÍNCULO” NO COTIDIANO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA PREFEITURA DE VITÓRIA

As questões referentes à vinculação são discutidas com grande afinco no cotidiano dos serviços de acolhimento. Uma frase comum que permeia a vivência no acolhimento familiar é: *“Mas e se a criança e a família acolhedora se apegarem? O que fazer?”*.

A temática da vinculação no Programa Família Acolhedora surge já nas discussões da importância de sua criação e implementação. Com frequência, ouvimos a importância do fortalecimento de tal modalidade de acolhimento visando garantir a construção de “vínculos sadios” ³² para crianças e adolescentes.

O acolhimento familiar é criado como alternativa formal ao abrigamento diante de estudos que afirmavam esse último como fator de adoecimento psíquico. Bowlby é referência nas produções acadêmicas sobre o acolhimento familiar, pois a sua visão de que a vivência em instituições, o rompimento de vínculos e a privação materna deixariam marcas profundas e prejudiciais nas crianças, tem servido como argumento para a criação dos Programas Família Acolhedora (COSTA & ROSSETTI-FERREIRA, 2009).

Como vimos, o acolhimento familiar como alternativa ao abrigamento é fortalecido nas discussões que buscam a garantia da Convivência Familiar e Comunitária. Percebemos, contudo, que mesmo diante das afirmações de que a vivência em família seria essencial ao “bom” desenvolvimento humano, as vinculações estabelecidas no acolhimento familiar entre as crianças e as famílias acolhedoras também são avaliadas como preocupantes, pois chegará o momento de rompê-las. Com isso, o que é considerado por alguns autores como diferencial nesta nova modalidade de acolhimento – a criança com atendimento “mais pessoalizado” e a criação de vínculos “mais fortes” e “saudáveis” - passa a ser também perigoso!

Apesar de o acolhimento familiar ser considerado a alternativa mais adequada a crianças de 0 a 6 anos de idade, entendendo que essa faixa etária demanda cuidados mais específicos por serem mais dependentes do ambiente (SILVA, 2007), com frequência nos deparamos com preocupações dos atores da rede de

³² Geralmente a perspectiva de “vínculo sadio” abordada nas discussões dizem respeito às vinculações em família, contrariando as relações estabelecidas nas vivências dos espaços de acolhimento institucional. Como vimos na discussão do subcapítulo anterior, tal visão é fortalecida pelos documentos que permeiam a assistência social.

acolhimento em relação à “forte” vinculação da família acolhedora com essas crianças. A rede de atendimento sinaliza que, quanto mais nova a criança, mais fortalecido é o vínculo, o que poderia justificar futuramente um pedido de uma adoção na justiça pela família que acolhe, escapando dos procedimentos jurídicos para a adoção³³. Por vezes, permeia a ideia de que a criança deva permanecer no “limbo” afetivo, para não sofrer quando for para adoção e começar sua “nova vida”, como se a criança não produzisse afetos e desejos em acolhimentos e não fosse possuidora de memória e história.

Um dos momentos marcantes na vivência como psicóloga do Programa Família Acolhedora que ilustra essa tentativa de controle sobre a vinculação estabelecida entre as crianças e as famílias acolhedoras a fim de que não se “apeguem” muito, foi durante um atendimento a uma família acolhedora na sede do Programa. Esta nos relatou que estava preocupada com as duas crianças que acolhe, pois sentiu que elas estavam tristes após ela e o marido distanciarem-se delas, parando de beijá-las e abraçá-las. Quando indagada sobre o motivo pelo qual ela parou de beijar e abraçar as crianças acolhidas, ela respondeu que uma técnica da rede da alta complexidade a orientou a não se apegar e a não demonstrar afeto pelas crianças, para não sofrerem com o afastamento do acolhimento. Este acolhimento familiar trata-se de um caso especial do Programa Família Acolhedora, pois durou 5 anos! (Diário de campo da pesquisadora, 10/11/11).

Como no estado do Espírito Santo o município de Vitória foi o primeiro a implantar o serviço de acolhimento familiar, é comum recebermos profissionais de outras cidades que desejam implementar o Programa. A questão do apego da família acolhedora comumente surge como um problema. Como técnica do serviço, por vezes, também me percebia capturada por essa preocupação.

Ao recebermos no Programa a equipe do município Z, interessados na implantação do PFA [...] nos foi perguntado se teria que orientar as famílias acolhedoras a não se apegarem tanto [...] (Diário de campo da pesquisadora, 15/02/2014).

Neste mês de novembro, no acolhimento familiar, temos transferido a criança F. do abrigo para uma família acolhedora. A preocupação referente a vinculação tem sido algo que tem me afetado profundamente. F tem apenas 1 ano e 6 meses e é uma bela criança. A família acolhedora é um casal com idade média de 40 anos que não possui filhos por dificuldades biológicas. A mãe de F é usuária de crack e sofre muito pelo afastamento do filho (Diário de campo da pesquisadora, 01/12/2013).

Nos momentos de entrevista com representantes da alta complexidade, ao abordarmos a temática do Programa Família Acolhedora e do vínculo, emergiram também falas sinalizando preocupação em relação ao envolvimento do acolhido com outra realidade social/financeira.

³³ Alguns serviços de Família Acolhedora, como o da Prefeitura de Cariacica, não inclui os bebês como possibilidade de acolhimento familiar. Eles inserem no serviço apenas crianças acima de 7 anos.

Relatado sobre a vivência e questões referentes à vinculação com família acolhedora, a educadora disse que não concorda com o Programa (por ora também se referia ao apadrinhamento afetivo). Contou a experiência de uma criança que passava os fins de semana com os padrinhos afetivos, e quando voltava da casa, sentia muito e ficava “impossível” na segunda feira (Diário de campo de entrevista com educador social, 08/01/2014).

Contou que não gosta do PFA, acha complicado a criança sair de uma situação “boa” e voltar para outra “pior”. Expliquei a ela os procedimentos do Programa a fim de que compreendesse os objetivos (Diário de campo de entrevista com educador social, 08/01/2014).

Ela disse que se preocupa com as crianças que vão para a família acolhedora e que depois, ao retornarem para os pais, vivem outra realidade financeira/material. Exemplifiquei o caso das crianças V e P, que mesmo com toda a situação de pobreza da mãe, queriam voltar a morar com ela (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014).

Interessante ressaltar que algumas falas sinalizam uma preocupação com a possível produção de sofrimento das crianças quando retornam para a família de origem, devido às melhores condições financeiras que as famílias acolhedoras podem oferecer, como se essas condições materiais fossem determinantes nas relações afetivas/ vinculações.

Outro fator relevante é que apesar do reconhecimento dos técnicos em relação à importância da vinculação entre o acolhido e a família acolhedora, existe a preocupação de que a família entre com um pedido de adoção justificando o vínculo presente³⁴.

Quando compartilho as preocupações dos técnicos e do público em geral em relação ao vínculo entre criança e família acolhedora, ela conta que já percebeu essa questão e que geralmente quando se explica o Programa, as pessoas perguntam: *“mas eu vou ter que devolver a criança?”* Conta que tem essa preocupação mas que a vinculação com a criança é positiva, reforça a importância de frisar a não possibilidade de adoção e avaliar a vinculação com a família acolhedora. Cabe a Vara da Infância e Juventude não permitir a adoção devido ao cadastro já existente (SIGA-ES) (Diário de campo de entrevista com técnica 2, 12/06/2014).

A entrevistada reflete que não tem receio em relação ao apego, *“tenho consciência que ele vai existir, agora como cada família vão proceder a isso é a questão (...) pode sair do controle, e isso é das relações humanas. O apego é necessário, quando pensamos em uma criança em um espaço familiar, nós pensamos também que há relações de confiança, de afeto, de respeito, de amor ... é um trabalho voluntário, por que se*

³⁴ Exemplos noticiados pela mídia de algumas situações em que famílias acolhedoras solicitaram a adoção do acolhido:

<http://oglobo.globo.com/brasil/casal-do-programa-familia-acolhedora-quer-ir-justica-no-sul-de-minas-para-ficar-com-crianca-2878070>

http://www.gaasp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94%3Aex-participante-do-familia-acolhedora-tenta-adotar-crianca-que-abrigou-na-justica&catid=44%3Anoticias-antiores&Itemid=80

voluntariam para essa causa? Como vão lidar com isso a gente busca discutir, conversar ... pode ser que depois ela não tenha mais contato com essa criança. A criança vai levar as marcas positivas que a família deixou nela. Não é que me preocupa, por que acho que tem que ter, agora como vamos trabalhar isso com essa família. (...) Agora se a família demonstra desejo em ficar com essa criança, nós precisamos estar atentos a isso, porque pode influenciar essa criança em relação a sua família de origem, fazendo o trabalho inverso do que a gente faz.”

Pergunto sobre o caso das crianças que vão para adoção, e ela reflete que as vezes, pode ser que alguma família entre no acolhimento familiar com essa perspectiva, caso se vinculem muito e a criança for para adoção, de adotá-la, mas essa não é a perspectiva do Programa. A mesma coisa é o apadrinhamento, pode sugerir uma adoção tardia. *“Humanamente falando, se essa criança está lá, acostumada com essa família, por que não se ela não tem perspectiva de retorno? Mas a fila da adoção deve ser respeitada pois a família se habilitou na expectativa de um filho e aí outras pessoas furariam a fila!”* Conversamos sobre a complexidade dessa questão, diante o melhor interesse da criança já que haveria vínculo (Diário de campo com técnica 1, 27/03/2014).

Entendemos que diante de uma gestão judicial que lida com procedimentos específicos para a adoção, burlar essa metodologia, formalizando a adoção por uma família acolhedora de uma criança que ainda tem perspectiva de ser inserida em família substituta via inserção em cadastro nacional, é uma situação delicada. Mas se pensarmos no superior interesse da criança, que já está vinculada com a família acolhedora e sem possibilidade de retorno para a família de origem, qual resolução seria mais cuidadosa para o acolhido? Gostaríamos de deixar claro que não intentamos solucionar problemas, mas abrir fendas que tragam luminosidade para outras questões que poderão produzir novas configurações na rede de atenção a crianças e adolescentes. Enquanto conversava com os técnicos da rede, não buscávamos consenso, nossa ideia foi de problematizar a situação, colocar a temática na “roda”. Durante as entrevistas percebemos que esse assunto é controverso e ficou ressaltada a resistência dos técnicos em fugir dos procedimentos legais já que o acolhimento familiar não possui por objetivo a adoção.

Os sofrimentos que permeiam a relação entre a criança e a família acolhedora no momento pós-adoção do acolhido, geralmente por não existir mais o contato entre eles, colocam em análise uma política pautada historicamente numa representação de criança sem memória ou sem história³⁵. De acordo com a Lei, a família adotiva pode decidir se a criança terá contato ou não com a família acolhedora ou com o

³⁵ No ano de 2011, foi realizado um Seminário em Vitória, promovido pelo Ministério Público, cujo título foi: “Adoção: um novo nascimento”.

acolhimento institucional³⁶. Vivenciamos no Programa situações em que a família adotiva não permitiu a permanência do contato do acolhido (agora filho) com a família acolhedora, o que culminou em um processo de sofrimento dos cuidadores.

Ela relatou sofrimento pela partida da criança que acolheu para adoção, por não ter mais nenhum tipo de contato com ele. *“Ele deve lembrar muito de mim”*. Ela avalia que ainda deve ser tão presente na vida da criança, que talvez seja por isso que a família não quis manter a vinculação (Diário de campo de entrevista com família acolhedora, 03/04/2014).

“Eu sempre tive a consciência de que a criança iria embora, que ela iria voltar para a família. Ela estava passando um tempo, eu aprendendo com ela e ela comigo. Quando eu peguei a primeira criança, foi uma coisa maravilhosa! Eu achava as vezes que não iria dar conta, mas quando ele chegava e pegava no meu rosto e falava: eu te amo. Eu falava, vou dar conta sim”. Ela relatou que a vinculação com os acolhidos é tão boa que montou um quarto só para ela e os acolhidos ficarem juntos. *“A gente dividia tudo”*. Contou que quando a criança que acolhe no momento precisar ir embora, sentirá muita falta, pelas atividades que elas desenvolvem juntas. Mas fico feliz porque ela vai voltar para a família dela. Ela avalia que é difícil não se apegar. *“O vínculo as vezes é tão forte, que chamo meu filho do nome da criança que eu cuidei. O pedacinho do acolhido estará sempre no peito”* (Diário de campo de entrevista com família acolhedora, 03/04/2014).

Pontuei com ela a partida do acolhido, que foi um momento muito difícil para ela, se ela não teria se sentido sozinha. Ela disse que realmente foi um momento difícil, mas que valeu a pena. E novamente relatou sobre o acolhido R e reproduziu a fala da criança de apenas 3 anos, quando foi encaminhado para a família adotiva: *“mãe, você não vai ficar sozinha”*. *“Ele levou meu travesseiro, ele lembra de mim todos os dias”*. Foi o melhor presente, segundo ela. Em outro momento da conversa, a acolhedora novamente relatou o caso do acolhimento de R. que após a adoção, nunca mais o viu (Diário de campo de entrevista com família acolhedora, 03/04/2014).

Entendemos que não cabe apontar culpados nessas situações que dizem respeito ao contato entre o adotado e a família ou espaço que a acolheu, mas evidenciar práticas que são construídas em determinados momentos históricos em relação à produção de crianças “abandonadas”. Sabemos que a adoção ainda é permeada por muitos mitos, o que dificulta, inclusive, que tantas crianças que estão em acolhimento sejam inseridas em família substituta.

Segundo Weber (1995), apesar de atualmente os pais tenderem a revelar à criança desde cedo sua condição de adotiva, eles afirmam que a história anterior da criança não é importante e que os filhos não têm interesse na sua família biológica, negando assim a possibilidade da criança conhecer sua origem. Geralmente, essas construções emergem do medo dos pais adotivos de que a criança acesse um passado sofrido e traumático, ou ainda que a criança acesse muitos “vícios” dos

³⁶ Ressaltamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente garante, em seu Art. 48, ao adotado o direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.

acolhimentos institucionais ou da família de origem. Acreditamos que a resistência pelos pais adotivos ao contato da criança com a família que a acolheu, seja também uma consequência dessa construção histórica em relação à adoção.

Ao relatar o processo de sofrimento pelo qual os acolhedores e crianças enfrentam após o término do acolhimento, não objetivamos, de forma alguma, desqualificar o acolhimento familiar. Ao contrário, buscamos evidenciar que fortes relações afetivas e de cuidado emergem nessa relação, e que, por isso, é preciso “cuidar” (no sentido de “cultivar”) também desses afetos.

É importante frisar que o contato entre a família acolhedora e o acolhido também pode ser impedida nos casos de reintegração, quando a família acolhedora ou a família de origem se negam a ter contato.

A tentativa de controle dos afetos que perpassam os atores envolvidos no acolhimento familiar também emerge no cotidiano do acolhimento institucional, como questionamento das possíveis relações a serem estabelecidas pelas crianças e adolescentes que ali vivem.

Comumente, no cotidiano do acolhimento institucional, afirma-se a dificuldades de criação de vínculos saudáveis nesses espaços (BRASIL, 2006), já que, com a ascensão do modelo burguês de família, o núcleo familiar passa a ser a única possibilidade em que se pode ocorrer a “boa criação”. Diante disso, as relações que são construídas nos acolhimentos institucionais são comumente desqualificadas e têm servido para sustentar “patologias” e “fracassos” de crianças abrigadas.

A busca pelo modelo de família burguesa ainda se mostra dominante na sociedade contemporânea e, dentro desse contexto, as relações de afeto não mantidas dentro desse molde são desmerecidas e encaradas como inferiores [...]. A possibilidade de se viver dentro de outras dinâmicas familiares que não a família nuclear, assim como a criação de vínculos diferenciados na rede de assistência da qual a criança é usuária, não é o grande enfoque [dos autores que discutem a temática da vivência em abrigos] (AYRES et al, 2010, p. 426).

[...] se existe a crença num modelo único e correto de cuidado, **aqueles que nele não se encaixam estão obrigatoriamente no campo da desordem**. A desqualificação da diferença é iminente. Existências fora da ideia de família nuclear só podem ser fracassadas (NASCIMENTO et al, 2010, p. 62).

Diante de tais produções a respeito dos vínculos construídos no acolhimento institucional, uma questão relevante e analisadora é que apesar das diversas afirmações do abrigo como lugar de tristezas e desafetos, a necessidade do “corte” da vinculação da criança com o espaço de acolhimento após a adoção é uma preocupação da rede de alta complexidade. Com frequência, as discussões técnicas tentam criar estratégias para que as crianças não façam contato com os abrigos logo após a adoção, preocupados de a criança resistir à vivência em família adotiva por querer voltar a viver no espaço de acolhimento.

Em reunião de rede com os técnicos da alta complexidade, em que se refletiam os problemas que enfrentamos diante das adoções, um debate que se fez presente era a necessidade ou não de as crianças levarem suas roupas e outros materiais pessoais para casa da família adotiva, já que os técnicos da justiça compreendiam que o excesso de “lembranças” poderia ser prejudicial à vivência em adoção. Foi uma reunião marcada por muitos embates!

[...] L. questiona quais seriam as melhores estratégias para integrar as equipes nos atendimentos aos candidatos a adoção, pois os educadores podem passar para essas pessoas as particularidades das crianças. Ela fala da importância da criança levar do abrigo seus pertences pois estes fazem parte de sua história. T da VIJV, coloca que acha importante que a criança seja entregue à família adotante na sede da VIJV, **pois é preciso que haja uma ruptura com o abrigo a partir daquela data.** Segundo ela, quando há uma intervenção maior nos abrigos os problemas acontecem com mais frequência, devido à insegurança que fica na criança. **J diz que existe a necessidade de se trabalhar melhor o desligamento da criança no abrigo** e que seria interessante a equipe do abrigo preparar um “dossiê” sobre a criança para a família saber os gostos, rotinas e hábitos da criança (Ata da reunião da Alta Complexidade, ponto de pauta adoção, 02/07/2012).

Durante a entrevista com os técnicos da rede, houve estranhamento em relação a essa visão de não manter o contato com o acolhimento, e relatos de situações contrárias a essa, que demonstram a presença do processo de vinculação da criança com o acolhimento institucional após adoção.

Reflijo sobre a “necessidade” do corte com o acolhimento institucional, segundo discussões que surgiram na rede, como não levar os pertences da criança do abrigo (Ata de reunião). A entrevistada também sentiu estranhamento nessa discussão e embarcou nas reflexões de vínculo, *“é isso que vai romper o vínculo?”* Refletiu ainda sobre a importância de conversar sobre essas questões com a família adotante durante a formação (Diário de campo de entrevista com técnica 1, grifo nosso, 27/03/2014).

Em relação ao contato da criança com o abrigo após a adoção, ela contou que recebeu a ligação de uma mãe que adotou a filha com 5 anos, e hoje ela está com 15. A mãe ligou, pois a menina queria tirar foto no abrigo em seus 15 anos, reconhecendo o lugar que morou. “*Não acho que a criança deva esquecer, acho estranho*”. Compartilhei o trecho da ata em que se discutiu se as crianças poderiam ou não levar seus objetos do abrigo para a adoção. Ela contou ainda que recebeu um email de dois irmãos, do primeiro abrigo que trabalhou, há 13 anos atrás, perguntando se ela ainda estava no abrigo. Contou que com a transferência de R., ela poderá visitar a casa, sem problemas por que não poderia? (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014).

Em relação ao contato como abrigo após a saída das crianças, ela diz que poucas costumam visitar, geralmente as maiores que visitam. A educadora não vê problemas nas visitas após a saída da criança. Contou a história de um casal de irmãos que foi adotado, mas que a criança rejeitava a família. Ai a família sempre entrava em contato com o espaço de acolhimento solicitando ajuda. Depois a situação normalizou (diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/2014).

Em uma das conversas realizadas, a técnica da rede frisou que a decisão de permitir ou não o contato da criança com o espaço de acolhimento é da própria família adotiva.

Em relação ao contato da criança com o abrigo após a adoção, a entrevistada entende que os responsáveis por permitir ou cortar essa vinculação da criança/adolescente com o espaço de acolhimento é dos adotantes como mais um dos deveres decorrentes do fato de atribuírem a outrem a condição de filho. O setor de adoção informou que os adotantes são orientados a tomarem a decisão que entenderem como a melhor situação para a criança (Diário de campo de entrevista com técnica 2, 12/06/2014).

Outro serviço relevante que traz à tona a temática do apego trata-se do apadrinhamento afetivo, programa que existe dentro de alguns acolhimentos institucionais e objetiva garantir a convivência de crianças com famílias que se propõem a apadrinhá-las, fortalecendo, com isso, seus vínculos afetivos. Esse programa é uma aposta dessa rede, mas também emerge nas discussões como uma preocupação³⁷.

Na reunião da alta complexidade, ao traçarmos diretrizes municipais para o apadrinhamento afetivo nos abrigos de Vitória, as crianças de até 6 anos de idade não foram inseridas como público do programa. O motivo exposto para a não inclusão era uma preocupação da rede de serviços em relação à possibilidade de que as crianças mais novas estabelecessem um vínculo muito forte com os padrinhos e madrinhas e sofressem pela dificuldade de não entenderem que não

³⁷ As famílias que apadrinham determinada criança acolhida podem buscá-la no abrigo para realizar passeios, passar o fim de semana com elas em suas casas, levar presentes, entre outras atividades que visam fortalecer os laços afetivos com a criança abrigada.

poderiam ficar definitivamente com essa família, ou que a família justificasse um pedido de adoção alegando a permanência de vínculo.

E. e S. expõem a dificuldade de realizar o apadrinhamento afetivo na faixa etária de 0 a 6 anos (Ata da reunião da Alta Complexidade, ponto de pauta audiência concentrada e apadrinhamento afetivo, 02/04/2012).

J. questiona que a família acolhedora insere crianças nessa faixa etária, S. e L. lembram que há padrinhos que após determinado tempo entram com pedido de adoção. S. diz que há precedente onde o padrinho entra com um advogado particular pedindo prioridade na adoção alegando afetividade, mas que tal procedimento independe da idade dos apadrinhados e ressalta a necessidade de nos prepararmos e aprendermos a lidar com o novo processo de apadrinhamento familiar (Ata da reunião da Alta Complexidade, ponto de pauta audiência concentrada e apadrinhamento afetivo, 02/04/2012).

E. cita como exemplo que nem mesmo em sua família as crianças tem facilidade de conseguir autorização para dormir fora, devido a dificuldade da criança se comunicar. J. afirma que há a necessidade desse processo ser gradativo para ir adquirindo confiança e afinidade. Para E., crianças de 0 a 3 anos não deveriam entrar nesse programa e as de 3 a 6 anos de preferência não dormiriam fora do acolhimento, sendo esse processo muito gradativo para não queimarmos etapa (Ata da reunião da Alta Complexidade, ponto de pauta audiência concentrada e apadrinhamento afetivo, 02/04/2012).

Chamamos a atenção para o fato de que a obstinação ao apadrinhamento afetivo com os acolhidos menores de 6 anos geralmente é pautada por uma reflexão de zelo com a criança, diante da preocupação de elas não entenderem a provisoriedade das visitas às famílias madrinhas, argumento que também é muito usado para desqualificar o acolhimento familiar.

Ainda em relação ao apadrinhamento afetivo, nessa mesma reunião dos técnicos da alta complexidade, foi realizada a reflexão de que os educadores não poderiam exercer a função de padrinhos afetivos, devido à dificuldade em separar o lado “profissional” do afetivo.

F. lembra que no documento elaborado foi tido o cuidado de inserir a recomendação de que o educador social da casa de acolhimento não pode ser padrinho (...) ao surgir o questionamento sobre a negativa do educador social não poder ser padrinho L. fala da relação profissional onde é muito difícil dividir o “profissional e o afetivo” fala reforçada por M., E. e S. (Ata da reunião da Alta Complexidade, ponto de pauta audiência concentrada e apadrinhamento afetivo, 02/04/2012).

Essa discussão em relação à divisão entre o “trabalho e os afetos” também emerge quando se busca afirmar os benefícios do Programa Família Acolhedora em relação ao Acolhimento institucional. A diferença apontada relaciona-se ao cuidado permeado por uma relação familiar no primeiro, e de um cuidado exercido por meio de uma relação trabalhista (no caso, educadores) no segundo, evidenciando a possibilidade de relações mais potentes para a criança em situação de acolhimento familiar.

Durante a entrevista com um técnico do acolhimento institucional, nos foi relatado que a orientação de “não-apego” também surge na realidade desses espaços.

Compartilhei o caso dos irmãos em que a família acolhedora recebera a orientação de não se apegar. A entrevistada relatou que já vivenciou essas orientações de “não-apego” (Diário de campo de entrevista com a técnica 3, 31.07.2014).

Um fator interessante e que vale ressaltar é que apesar dos relatos de sofrimento pela (des)vinculação com o acolhido, os educadores não expuseram isso como se fosse uma grande problemática, e em vários momentos eles contaram das estratégias que usam para lidar com a partida das crianças.

A educadora contou que sofre pois se vincula muito. Diz que chega em casa e lembra das questões das crianças, como os problemas de saúde. Em relação à vinculação e rotatividade das crianças, conta que no início foi mais difícil. Chorou junto com uma criança. Quando alguma criança vai embora, conta que pede folga para não precisar ver a partida (Diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/2014).

Relatou que tem educador que chorou com a partida das crianças para adoção. *“Hoje eu tenho clareza do meu trabalho, me vinculo ao máximo com elas enquanto estão aqui. Tenho 3 crianças problemáticas, e só melhoram com carinho, quando digo que são lindas.” “Existe o lado ruim da instituição, 16 crianças! Por outro lado, é uma oportunidade”* (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31.07.2014).

Diante de todo o discurso da assistência social para o fortalecimento e reconstrução do vínculo familiar e comunitário, nos chama a atenção o fato da desvinculação de irmãos acolhidos ainda ser uma prática exercida na realidade da proteção social especial de alta complexidade, mesmo que contraditória. Apesar da negativa do Ecriad para esta prática, tanto nos espaços de acolhimento como na adoção³⁸, as justificativas geralmente são respaldadas, no caso do acolhimento institucional, pela

³⁸ “As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: (...) V - não desmembramento de grupos de irmãos” (ECRIAD, Art. 92).

“Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, **evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais** (ECRIAD, Art. 28 § 4º).

divisão das casas por faixa etária ou pela superlotação, e no caso das adoções, pela necessidade das crianças serem cuidadas por uma família adotiva. Como dificilmente as famílias desejam grupos numerosos de irmãos, ocorre o desmembramento para que eles possam ser inseridos numa família substituta, como se um grupo de irmãos, por si só, não fosse uma família também³⁹. Ressaltamos que, ao abordar a temática com os entrevistados, nos sentimos, às vezes, confrontados com alguns argumentos que justificam a necessidade do cuidado da criança.

Quanto à desvinculação de irmãos, ela diz que desvincula quando não consegue adoção a fim de possibilitar a colocação em família substituta, respeitando o direito à Convivência Familiar e Comunitária. Compartilhei um caso que atendo em que os irmãos foram desvinculados. Ela reflete que não considera justo que os irmãos mais novos fiquem sem família/cuidado pelo fato dos irmãos adolescentes não terem possibilidade de adoção, justificando, assim, os casos de desvinculação de irmãos. A entrevistada refletiu ainda que as vezes romantizamos as situações, achando que os irmãos mais velhos vão cuidar desses mais novos, mas essas expectativas se frustram... Será que esses mais velhos tem que fazer isso? Nesse momento, fiquei pensativa por se tratar de um assunto controverso. A entrevistada considera que em primeiro lugar devemos garantir a não desvinculação, mas considera importante esse encaminhamento quando todos perdem o direito à família (Diário de campo de entrevista com técnica 2, 12/06/2014).

“Nessa época já se falava da não separação de irmãos, mas não existia muita confiança/adesão por parte do Ministério Público - como iriam misturar meninas e meninos? Foi apenas com uma ida de duas crianças para adoção que resolveram juntar os dois irmãos (um menino e uma menina).” A entrevistada comentou sobre o caso comum que teve com o Programa Família Acolhedora. Os 6 irmãos que foram separados, 3 foram para o acolhimento institucional e 3 para o acolhimento familiar. Ela afirmou que temos que priorizar que os irmãos fiquem juntos, mas de forma que não seja prejudicial (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014).

Em relação à desvinculação dos irmãos, ela diz que a questão da faixa etária é importante. Ela exemplifica o caso de uma irmã de 13 anos e de outro de 3, e diz que após os 18 anos, a de 13 não poderá continuar no abrigo e também não poderá ainda assumir o irmão. Ela diz que quando a idade dos irmãos é próxima, é fácil de trabalhar (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014).

Compartilhei com a entrevistada os relatos de outros estados em tentar manter o vínculo entre os irmãos, mesmo na adoção, respeitando, inclusive, o Ecriad, que diz que os irmãos não podem ser separados, apenas quando um oferece risco ao outro. A entrevistada relatou o caso de um irmão que foi para a adoção e ligou pedindo o facebook do outro irmão, que não foi com ele. Contou o caso de 3 irmãos que foram para adoção na Itália e 2 que ficaram. Ela contou que essa adoção foi decidida com os irmãos mais velhos, eles foram envolvidos no processo. O sonho atual dos dois que ficaram é visitar esses irmãos na Itália, e a família está aberta para receber a visita deles. Disse ainda que a questão da separação é muito difícil e depende muito do caso. Alguns irmãos não têm vínculo, não se preocupam tanto. Ela diz que não temos como saber antes, o vínculo se constrói. Afirma que temos que manter os irmãos juntos, mas não pode ser prejudicial (Diário de

³⁹ Não à toa, costumamos usar a palavra “esquartejamento” para essa prática de desvinculação forçada entre irmãos.

campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014).

A entrevistada contou que já ouviu de profissionais do judiciário: *“Não vamos associar essa criança ao processo do anterior, pois pode impedir a adoção do anterior, pois foram retirados em dias diferentes. Se eu cito, vou em favor que elas fiquem junto. Pedem para eu não citar para não impedir a adoção.”* Você cita? – perguntei. *“Cito, porque a legislação diz isso”*. Pergunto se acha que devemos valorizar essa relação entre irmãos. *“Cito porque sigo essa legislação, mas enquanto pessoa, acho que poderia, por exemplo, recebi uma menina de 14 e um de 6. Eu citei sim que são irmãos. Mas a menina de 14 está em um grau de comprometimento com a droga e o tráfico tão grande, e a criança ainda não está. Ela por vezes fica em acolhimento, quando sente vontade de comer e tomar banho, mas está em situação de rua. Às vezes ela vai para a porta do acolhimento infantil para gritar e dizer que quer o irmão quando está muito atacada pela droga. É muito difícil lidar com isso. Num caso desses, com o adolescente a gente trabalha com a razão própria conduta, que ela se coloca em risco, que a lei diz, que não podemos obrigá-la. Então penso, por que não damos a opção desse menino de 5/6 anos ir para a adoção?”* Pergunto na possibilidade dessa criança fortalecer essa irmã, e ela conta que já vivenciaram isso com mães que são usuárias e estão na 4ª gestação e que dizem que com esse novo filho será diferente. *“Aí a gente pensa que essa criança pode ser um canal diferente na vida nela”*. Pergunto dos casos de irmãos que não possuem comprometimentos e a entrevistada relata que, nesses casos, não acontecem mais adoções separadas e que acontecia muito antes de 2010 (Diário de campo de entrevista com a técnica 4, 12/04/2014).

Cabe frisar que diante de algumas falas tão resistentes à não desvinculação de irmãos e em prol da adoção, ou seja, a viver em uma organização familiar e não em um abrigo, mesmo após a tentativa de pensar outras possibilidades de convivência, foi preciso silenciar e seguir as controvérsias que a temática atualiza no processo.

Apesar das tantas capturas aqui compartilhadas quanto às relações estabelecidas nos acolhimentos institucionais, sabemos que a vida solitária e independente é impossível. Por isso, a vida insiste e resiste, evidenciando em sua multiplicidade as diversas possibilidades de “estar com”. Assim, ao problematizarmos a vinculação no contexto dos acolhimentos com os atores da rede, os educadores avaliaram de forma positiva as relações de afeto que eles estabelecem com as crianças, evidenciando potencialidades nessas relações, se referenciando a elas, algumas vezes, como relação de amor.

A educadora avalia que existe relação de apego entre as crianças e os educadores. **Conta que as crianças gritam quando a educadora N (mais antiga da casa) chega. Considera uma relação de amor.** Essa relação de apego é importante, mesmo com a dificuldade da separação e da falta que faz após a separação (Diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/2014).

Indagada se considera bom o apego com a criança, a educadora respondeu que sim, pois quando tem apego é por que tem amor (Diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/2014).

Em relação a como se sente diante a relação com os acolhidos, ela disse que levou algum tempo para aprender a “separar as coisas” (frase muito usada, que se refere aos afetos profissionais/familiares/pessoais), “eu estou aqui como responsável das crianças”. Contou que ouvia muito: “não pode ter vínculo, não pode se apegar”, mas que ela nunca ligou para isso e diz que tem vínculo com as crianças até hoje das outras casas por onde passou e que as crianças tem referência com ela, até hoje. Ela disse que acha importante esse vínculo, pois essa referência vai mudar de pessoa (para outra pessoa) quando mudarem de casa. “Não percebi que esse vínculo é um problema ainda. Enquanto estamos aqui nos vinculamos ao máximo. A quebra de vínculos é complicado, mas eles aprendem a construir de novo, com outra pessoa. Tenho vínculo com crianças que foram para Itália até hoje. A família não esconde nada deles. Já vivenciei adoção que nem ficamos sabendo a família que estava adotando”. (Diário de campo de entrevista com técnica 3, 31/07/2014)

Ao explicarmos sobre nossa pesquisa, e de como surgiu o objetivo, me referindo ao não-apego no acolhimento familiar, a educadora respondeu: “Como não se apegar? Achou estranha essa visão” (Diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/2014).

Em relação ao apego, a educadora contou que logo no início do trabalho sofreu muito com a saída de uma criança. Mas, depois aprendeu a lidar com sua situação (Diário de campo de entrevista com educadora, 08/01/2014).

A entrevistada avalia que a referência no abrigo é importante, “*não tem como trabalhar com criança sem criar referência, um vínculo*”. Mas, reforça a importância de trabalhar a desvinculação, a adoção, a volta. Afirma que os educadores trabalham bem isso com as crianças (Diário de campo de entrevista com educadora, 05/02/2014).

Dessa forma, a (não) vinculação-afetação parece ser uma questão que tem sido produzida nos acolhimentos. Nosso intuito foi desvirtuar essa “vinculação” que sempre se refere ao que dela escapa como patologias e desvios. Fomos guiados para essas conversas com alguns questionamentos: Por que tantos “medos” permeiam as vinculações dos abrigos? Como não permitir o encontro com o outro se pensamos em espaços de *acolhimento* que produzam potência? Como podemos falar de práticas de cuidado nas relações nos diversos espaços de vivência da criança afastada de sua família de origem? Como podemos pensar em espaços que efetivamente produzam acolhimento? Como dar visibilidade às diversas relações que perpassam a vida no espaço de acolhimento institucional e familiar?

5.3 TEORIAS PSICOLÓGICAS DE VINCULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Como discutimos nos subcapítulos anteriores, a vinculação emerge como uma temática relevante na realidade da alta complexidade da assistência social. Ora as

vinculações surgem como uma mediação importante para o desenvolvimento da criança e adolescente acolhido, ora como uma preocupação, pois precisa ser vigiada já que não poderia ser intensa.

A Psicologia, ao longo de sua história, discutiu as vinculações estabelecidas pelo homem desde o seu nascimento, agregando ao campo da desordem aqueles que não conseguiram se encaixar ao que se preconiza como relações “saudáveis”. Percebemos que, comumente, determinados usos das teorias de Bowlby e Winnicott são realizados para afirmar a importância dos laços maternos/familiares, os quais influenciam toda a discussão sobre a política de alta complexidade da assistência social para crianças e adolescentes, como percebemos nas discussões do Plano Nacional.

Inicialmente, nosso objetivo neste capítulo era de apontar as fragilidades que perpassavam a Teoria do Apego, que teve Bowlby como precursor, e a Teoria do Ambiente Suficientemente Bom, que tem como autor Winnicott, já que nosso vínculo com essas teorias partiam apenas do uso que os documentos da assistência social fazem delas. Entretanto, com o decorrer de nossas análises e discussões, percebemos que outras formas de se aliar com essas teorias de desenvolvimento era possível. Intentamos, por isso, nos debruçar sobre tais teorias e criar com elas conexões que orientem nosso fazer-saber seguindo um exercício ética de vida.

Ressaltamos que pensar e escrever sobre vínculos não se trata de uma tarefa simples, já que é possível discorrer sobre o tema partindo de visões as mais diversas. Os autores citados, com quem inicialmente almejamos dialogar, trazem suas teorias em relação ao vínculo e ao desenvolvimento aliadas à etologia e ao darwinismo. Não pretendemos obscurecer nossa criticidade diante do apelo de algumas ideias simples e reducionistas sobre o assunto, por isso, tentaremos nos articular com ideias diversas sobre a vinculação, já que entendemos que a temática da vida e do humano não foi esgotada por qualquer conceito ou teoria. Diante disso, neste trabalho, não buscamos abordar minuciosamente as teorias

desenvolvimentistas, mas sim nos vincularmos a ela, operando recortes, costuras e invenções, aos moldes da “bricolagem”⁴⁰.

5.3.1 O “Ambiente Suficientemente Bom” de Winnicott e a “Teoria do Apego” de Bowlby: quais conexões construir?

Como acompanhamos em nossa pesquisa, apesar da temática da “vinculação” relacionada ao ideal de “desenvolvimento saudável” de crianças e adolescentes acolhidos já ser recorrente nos serviços de proteção social especial de alta complexidade, temos percebido que as discussões por ela suscitadas têm sido ainda mais fomentadas diante da necessidade da implantação dos programas de acolhimento familiar nos municípios. Os autores Winnicott e Bowlby geralmente são usados para fazer referência aos prejuízos das relações institucionais para o desenvolvimento da criança. Com isso, as relações que são construídas nos acolhimentos, especialmente o institucional, são comumente desqualificadas e têm servido para sustentar “patologias” e “fracassos” de crianças abrigadas.

Sabemos que no Plano Nacional (2006), o uso das teorias de Bowlby e Winnicott apontando, respectivamente, os efeitos adversos da separação da criança de sua mãe/cuidadora e do ambiente familiar, mostrou-se oportuno frente a uma conjuntura em que as crianças eram (e ainda são) retiradas de suas famílias por pobreza, culminando com grande quantidade de acolhimentos “desnecessários”, além do intenso sofrimento das crianças e seus familiares. Consideramos que se aliar com essas visões dos autores, nesse contexto, tratou-se de uma estratégia de luta em favor da vida.

Entendemos que existem diversas leituras sobre os autores. Nossa expectativa, aqui, entretanto, é pensar tais teorias de modo a trazer para o primeiro plano de nossa discussão as referências principais que permeiam as proposições de Bowlby

⁴⁰ “Termo usado por Levi-Strauss para qualificar um modo particular de fazer artesanato, utilizado por nativos. Foi retomado por Guattari para designar certo modo de articular conceitos de domínios distintos de saber, rompendo com supostas barreiras epistemológicas que insistiam em mantê-los fechados sobre si mesmos, produzindo novas possibilidades na clínica psi” (BRAZÃO, 2008, p. 21).

e Winnicott: **a importância de relações baseadas em cuidado e confiança para o desenvolvimento humano.**

Muitas leituras da Psicologia do Desenvolvimento ainda são marcadas por uma visão estruturante do processo de constituição do sujeito. Naffah Neto (1991) já apontava a importância da desmistificação do Complexo de Édipo como estruturante, construída na tríade pai-mãe-filho, a fim de denunciar uma ação disciplinar nas ciências humanas. Ele reflete sobre como as demais relações estabelecidas na vida, sejam com a babá, a escola, os vizinhos e até mesmo com a televisão ou o computador, são forças importantes na produção de subjetividades. Reforça ainda a fragilidade das afirmações de que as ligações afetivas da criança com a mãe ou o pai são mais fortes e importantes que as demais, já que essas relações construídas variam de uma família para outra. O autor ainda considera idealista toda a tentativa de tratar os “orfanatos” (sic) como uma cópia de família, já que não o são. Ele critica essa tentativa, pois, para ele, só “reforça a crença [...] da universalidade da família burguesa e da impossibilidade de qualquer outro agente socializador funcionar, em vez dela, como introdutor da criança no universo humano [...]” (p. 53).

Buscando fazer uma inflexão nas teorias que se encontram na base do discurso do Plano Nacional, as convocamos naquilo que elas apresentam de potência para a afirmação da vida, que só se faz, se preserva e se aumenta nas vinculações afetivo-subjetivas que estabelecemos com tudo e todos que compõem nosso território existencial. Desse modo, Bezerra Jr. (2007) nos chama a atenção para a concepção de *vida* presente nas obras de Winnicott como um processo contínuo de interação entre organismo e meio, mais do que formas estáveis, um fluxo de processos em movimento. Para Bezerra Jr. (2007), “o *self* winnicottiano não se trata de uma instância, uma estrutura definida e acabada [...] Ele é fundamentalmente processual, expressão da continuidade do ser (*going on being*), processo de mutação no *continuum* espaço-tempo” (p. 48).

O trabalho winnicottiano destacou a importância do ambiente para o desenvolvimento do sujeito, defendendo que a separação entre a criança e a mãe ou substituta deve ser evitada (FERREIRA, 2012).

Segundo Winnicott (1980), existe na criança uma tendência em direção ao desenvolvimento que é inata, mas para que esse crescimento ocorra é preciso que as condições sejam “suficientemente boas”. Seguindo o trajeto saudável do desenvolvimento, para o autor, o indivíduo passaria da dependência absoluta do ambiente em direção à independência e à integração crescentes. A dependência completa do recém-nascido em relação ao ambiente faz com que ele não funcione ainda como unidade, e diante dessa não integração, o bebê precisaria desses cuidados ambientais para paulatinamente poder reconhecer sua unidade e sua continuidade no espaço e no tempo.

Klautau e Salém (2009) consideram que na teoria winnicottiana, pela grande influência da perspectiva naturalista de Darwin, indivíduo e ambiente não podem ser pensados como independentes um do outro, mas como estando em permanente conexão. Estes autores nos alertam ainda que ambiente, mãe e cuidados maternos devem ser considerados sinônimos no vocabulário winnicottiano, além de não poderem ser pensados de forma separada do bebê.

Winnicott (1980) chamou de “suficientemente boa” àquela mãe (ou substituta) que atende as necessidades de seu bebê por meio da identificação que estabelece com ele, permitindo à criança desenvolver uma vida psíquica e física fundamentada em suas tendências inatas. As funções da “mãe suficientemente boa” seriam segurar (*holding*), tocar (*haldling*) e apresentar objetos ao bebê. O segurar satisfatório seria o suporte dado ao recém-nascido sendo este ainda incapaz de executar movimentos autônomos, como manter-se sentado ou sustentar a cabeça, e estaria relacionado com a capacidade da mãe/cuidadora se identificar com o bebê por meio desses cuidados cotidianos. Segundo Klautau e Salém (2009), esse aporte corporal deve existir para que o bebê possa integrar-se e ter sua experiência de continuidade preservada.

Já os processos de *handling* são compostos por toda a série de cuidados que a mãe/cuidadora dispensaria ao lidar com o recém-nascido para garantir seu bem-estar físico. Esses cuidados, segundo Stern (1985, apud KLAUTAU & SALÉM, 2009) são expressos habitualmente em condutas sociais parentais como embalar, tocar, acalmar, falar, cantar, fazer barulhos e caretas que, por sua vez, surgem como resposta aos comportamentos do recém-nascido, como o sorriso, a agitação, o grito,

entre outros. Esse tocar ou manipular a criança facilitaria a formação de uma associação psicossomática, contribuindo para o sentido do real contra o irreal.

Winnicott assevera, em suma, que tanto a integração quanto a personalização são processos cuja conquista depende da silenciosa e repetida experiência de **estar sendo cuidado**, e é precisamente nesse sentido que tanto o *holding* quanto o *handling* materno contribuem para a **instalação psicológica da confiança** (KLAUTAU & SALÉM, 2009, p.41).

Outra função da mãe “suficientemente boa” seria o modo de apresentação do objeto. Para o psicanalista, a “apercepção criativa do mundo depende de uma apresentação simplificada e rotineira dos objetos ao bebê” (SALÉM, 2006, p. 174). Para experimentar-se criador do ambiente e dos objetos a ele fornecidos, esses objetos devem, além de se conformar às necessidades do bebê, ser adequados para que a criança possa manuseá-los com o próprio corpo, o que envolve a presença de qualidades “que não coloquem em risco a estabilidade e a regularização da interação primária” (SALÉM, 2006, p. 174). Salém (2006) afirma que os objetos inadequados levariam o bebê a reagir, buscando recuperar a familiaridade e previsibilidade do ambiente, sacrificando sua própria experiência de continuidade.

Ao descrever as condições necessárias no ambiente para a maturação psicológica sadia do bebê, Salém (2006) observa que a obra winnicottiana ressalta a importância da criança poder **confiar** no ambiente. Para o autor, Winnicott foi o principal psicanalista que efetivamente problematizou a temática da *confiança* e fez dela um conceito de fundamental importância. Por meio do seu trabalho no pós-guerra, Winnicott notou que as crianças evacuadas de Londres, ao terem a continuidade dos relacionamentos rompidos e a previsibilidade no ambiente quebrada, se esforçavam para recuperar a confiabilidade no ambiente, seja utilizando o recurso às tendências antissociais, na agressividade ou mesmo na hipertrofia da vida mental (KLAUTAU & SALÉM, 2009).

Foi após o trabalho durante a guerra que Winnicott concluiu que o “verdadeiro desenvolvimento somente pode advir, e é o processo de encontrar crença no ambiente [...] a capacidade de ser espontâneo somente pode surgir de uma *experiência inicial de confiabilidade*” (PHILLIPS, 1988 apud KLAUTAU & SALÉM, p. 38, 2009). É por meio do suprimento, pelo ambiente, das necessidades próprias do bebê que a confiança vai se constituindo.

Segundo Klautau e Salém (2009), confiar é confiar no ambiente, acreditando em sua permanência e previsibilidade. O processo de emergência da confiança, no início da vida das crianças, pode ser compreendido como “um fenômeno dependente de interações regulares e contínuas que garantam a previsibilidade do seu contato primeiro com o ambiente” (p. 38). Para o teórico psicanalista, a rotina (que indica certa previsibilidade do meio) é uma condição mínima à criança que baseará seu sentimento de continuidade, sua experiência de ilusão e sua percepção criativa do mundo. Pois, quando as crianças são expostas à imprevisibilidade e a intensos graus de excitação, elas constroem defesas que possam fornecer a elas segurança e familiaridade, abdicando de sua interferência criativa e ativa do mundo.

As noções de *holding* e *handling*, e a *apresentação de objetos* desempenhada pela mãe/cuidadora são processos que qualificam o ambiente como facilitador, pois criam condições ideais para o desenvolvimento infantil e conjugam os elementos necessários para a constituição da confiança (KLAUTAU & SALÉM, 2009).

Salém (2006) reflete que apesar de num primeiro momento a gênese da confiança emergir num contexto de segurança e evitação do perigo, não é senão num ambiente de crescente liberdade e risco que a confiança pode ser reproduzida no domínio da ação.

De acordo com Peixoto Júnior (2013), a partir das ideias de Espinosa e Winnicott podemos pensar, tanto na filosofia quanto na psicanálise, a respeito da importância da vida, dos encontros, da natureza e do ambiente em sua imanência ao ser. Para o autor, Winnicott foi o psicanalista pós-freudiano e pós-ferencziano que mais se preocupou em enfatizar a importância da corporeidade para uma existência saudável, já que o bebê, em seu estágio inicial de vida, só consegue captar as demonstrações de amor em termos de cuidados corporais. E se amor aí é sinônimo de cuidado corporal, este corpo, do nosso ponto de vista, não pode ser senão um “corpo-afeto” (PEIXOTO JÚNIOR, 2013, p. 6).

Por Espinosa e Winnicott reconhecerem a enorme importância do ambiente, da relação e do encontro, em suas funções de afetação, constituintes da natureza humana, Peixoto Júnior (2013) considera que a teoria winnicottiana poderia ser considerada, em vários aspectos, uma “expressão clínica” da filosofia espinosana.

Apesar das alianças feitas com o teórico que sugerem visões deterministas de crianças institucionalizadas, vemos que outras conexões são possíveis. O psicanalista nos convoca a pensar o desenvolvimento como processo, efeito dos inúmeros encontros que estabelecemos na vida, e que nunca cessa, está sempre se constituindo. O autor nos chama a atenção para a construção das relações de cuidado com os bebês e a importância de estar atento às necessidades da criança, que diríamos que não poder ser outra coisa senão a *necessidade* de confiança no mundo (visto por Winnicott como o ambiente).

A “teoria do apego” desenvolvida por John Bowlby também é uma abordagem influente nos estudos da Psicologia do Desenvolvimento e afirma a importância da vinculação do bebê à mãe ou à figura substituta para o desenvolvimento infantil. O autor, em seus estudos, evidenciou como ocorrem os fortes vínculos afetivos entre o bebê e a figura cuidadora⁴¹, apontando os efeitos adversos nas crianças, ao longo de suas vidas, quando ocorre a separação dessa figura ainda na primeira infância. Quando o autor iniciou seus estudos sobre a Teoria do Apego, ele estava fornecendo acompanhamento psicológico a crianças que estavam afastadas dos centros urbanos devido aos perigos da Guerra (FERREIRA, 2012).

Bowlby (2002a), influenciado pela etologia, afirmou que os bebês, assim como outros animais, são programados a emitir comportamentos que manteriam a proximidade de seu cuidador. Tais comportamentos seriam uma adaptação da espécie para garantir a sobrevivência. O apego seria uma disposição da criança em buscar proximidade e contato com uma figura específica, e o comportamento de apego seria “qualquer forma de comportamento que resulta em uma pessoa alcançar e manter proximidade com algum outro indivíduo, considerado mais apto para lidar com o mundo” (BOLWBY, 1989, p. 38).

O comportamento de apego oferece funções de proteção, segurança e conforto à criança, possibilitando o desenvolvimento do comportamento de exploração, a partir da figura principal de apego. O repertório comportamental de apego é variado, sendo os mais comuns chorar, fazer contato visual, agarrar-se,

⁴¹ O autor pontua que a figura cuidadora em geral é a mãe. De fato, ao considerarmos nossa sociedade moderna, o que vemos é a mãe ocupando o lugar íntimo do lar como a responsável pelos cuidados infantis, mas trata-se de uma produção histórica que teve inclusive o movimento higienista (encabeçado pela classe médica) do final do séc. XIX como vetor.

aconchegar-se e sorrir. O autor chama a atenção para a distinção e a articulação entre apego e cuidado. Assim, o apego é da criança em relação à figura materna e o cuidar um comportamento dos pais/cuidadores para com a criança. De todo modo, trata-se de uma via de mão dupla, pois um não existe sem o outro (BOWLBY, 2002a).

Diante dessas constatações, Bowlby (2002a) direcionou seus estudos para o desconforto das crianças que são separadas daqueles que conhecem e amam. Ele apresenta três fases de comportamento pelas quais as crianças que vivenciam tal situação passam: Protesto, Desespero e Desapego. Na primeira, a criança mostra-se intensamente aflita por perder a mãe, chorando estridentemente e olhando ansiosamente para qualquer vulto na expectativa de reencontrá-la. Na fase posterior, de desespero, a criança demonstra uma preocupação com a ausência da mãe, mas seus comportamentos sugerem uma crescente desesperança, mostrando-se retraída e inativa. Não solicita as pessoas ao redor e aparenta estado de profundo luto. Na última fase, de desapego, a criança não rejeita mais os cuidadores, os alimentos e os brinquedos. Caso tenha contato novamente com a mãe, os comportamentos de apego não aparecem, mostrando-se indiferente a ela. Segundo o autor, caso o período de afastamento seja muito longo e a criança tiver a experiência de apegar-se transitoriamente a vários cuidadores, repetindo a perda original da mãe, ela, com o tempo, agirá como se nem os cuidados maternos e nem o contato com outras pessoas tivessem significado.

Após uma série de abalos com a perda de numerosas figuras maternas a quem a criança dedicou, sucessivamente, certa feição e **confiança**, ela liga-se cada vez menos às figuras seguintes e acabará por não apegar-se a quem quer que seja (BOWLBY, 2002a, p. 32, *grifo nosso*).

Dessa maneira, fica bem delineado na teoria de Bowlby (2002b), que a figura cuidadora é indispensável ao bebê em crescimento. Na visão do autor, uma relação compensadora, complexa, constante e regular com a mãe ou com uma pessoa que exerça esse papel materno de forma apropriada e contínua, contribui para a saúde do bebê ou da criança pequena.

Para Bowlby (2002b), as privações da figura materna/cuidadora podem ter má influência sobre a capacidade de as crianças formarem vínculos posteriores. O autor fala que a “privação de mãe” é uma expressão ampla que abrange diversas

situações, e explica que “uma criança sofre privação quando, vivendo em sua casa, a mãe (ou mãe substituta permanente) é incapaz de proporcionar-lhe os cuidados amorosos de que as crianças pequenas precisam” (p. 4). Essa condição seria contrária à “privação quase total” constante em hospitais, instituições e creches residenciais onde “uma criança não dispõe de uma determinada pessoa que cuide dela de forma pessoal e com quem ela possa sentir-se segura” (Bowlby, 2002b, p. 4).

Ainsworth e Bowlby (1991 apud RIBAS & MOURA 2004) interessavam-se em conhecer o papel desempenhado pelas interações entre o adulto e a criança no desenvolvimento das relações de apego, classificando essa relação como segura ou insegura dependendo da interação mãe-criança. Nesse contexto, o conceito de **responsividade** ou **sensitividade** mostra-se de extrema relevância quando se questiona qual a base para a formação do apego. O apego seguro dependeria da *responsividade* dos pais em relação ao bebê, ou seja, “(...) da capacidade do adulto em **mostrar-se sensível às pistas do bebê** e responder nos momentos adequados com o sorriso, a fala, etc.” (RIBAS & MOURA, p. 316, 2004).

É a partir da expressão dos diferentes tipos de *responsividade* expressados pelo cuidador, na relação com o bebê, que os *modelos funcionais internos* se consolidam e se estruturam tendo como base “elementos como a **confiança ou não na figura de apego, o sentimento de rejeição ou afeição, o sentimento de que o outro é ou não uma base segura para a exploração do mundo**” (RIBAS & MOURA, p. 316, 2004, *grifo nosso*). Assim, a *responsividade* é imprescindível para a compreensão da qualidade do apego nas fases posteriores da criança.

Hdry (2001) pontua, entretanto, que o que Bowlby queria era nos chamar a atenção para o fato dos bebês primatas, incluindo humanos, **nascem imóveis e vulneráveis, e reagem mal a ficarem sozinhos ou a se sentirem em situações inseguras**. Os bebês humanos desejariam ser tomados nos braços e afagados, o que neles suscitaria o sentimento de serem amados.

Hdry (2001) frisa que Bowlby não ficou imune de preconceitos patriarcais, presentes em sua época, nas ideais acerca da maternidade, mas ela reflete que o importante a termos em mente, porém, é que mesmo diante de algumas visões equivocadas do

autor, isso não invalidou a premissa central do seu modelo: **“os bebês buscam ligações seguras e necessitam de uma base sólida para o desenvolvimento emocional saudável”** (p. 515).

Embora a “Teoria do Apego” seja da década de 1960, suas ideias e propostas aliançadas a visões deterministas e reducionistas estão fortemente presentes hoje em nossas ações e também nas práticas da rede de atenção à infância. Nossa aposta ética é pensarmos o que fazemos com ela. Se pensamos o homem não como portador de uma essência, única e universal, mas em processo de construção permanente a partir dos vínculos que se tecem, não apenas com a figura materna, mas com a própria vida, como a teoria de Bowlby pode ser intercessora de outras afetações na rede de atenção à infância? O que pretendemos, então, é revisita-la, explorando suas ideias naquilo que elas podem fornecer de nutrientes para o aumento da potência de ação (Espinosa, 1973) e construindo com elas novas articulações.

Desse modo, voltando-nos para as ideias do autor, podemos dizer que a criança, desde o nascimento, precisa construir um vínculo (o apego) com uma figura humana. Esse vínculo é, ele próprio, o “mundo social”, nosso elo de ligação, que está sempre em feitura. Ele fala de uma relação de confiança e de presença ativa/afetiva. Entendemos essa relação como uma relação de proximidade subjetivo-afetiva que favorece a constituição de uma zona comum e de confiança por onde circulam os fluxos de diferenciação que conferem liberdade aos processos de individuação. Tal zona comum deve ser construída cotidianamente. Ela nunca está pronta, finalizada, mas, ao mesmo tempo, quanto mais a experimentamos, mais potentes ficamos para a sua construção. Dessa forma, entendemos a importância de sua vivência na infância.

Seguindo o raciocínio que desenvolvemos a partir da leitura dos autores, acreditamos que a experimentação do vínculo desde a primeira infância seja fundamental para a aprendizagem da construção de laços afetivos com a vida. A aprendizagem da qual falamos aqui diz respeito à inventividade de modos de perceber, agir, viver que não se resume à repetição de formas prescritas, mas que, ainda assim, requer um “treino” do aprender (Kastrup, 1999). Falamos, então, de aprender a aprender.

Bowlby e Winnicott pontuam que a figura materna não precisa ser necessariamente a mãe biológica, mas alguém que esteja presente de forma ativa/afetiva para a criança. Assim, precisamos pensar na realidade dos espaços de acolhimento das crianças, sem perder de vista as condições nas quais se encontram. Seria possível para uma única cuidadora estar presente de forma ativa/afetiva nos cuidados de 10 ou mais crianças, incluindo bebês, ao mesmo tempo? Então, não deveríamos mudar o foco de “o abrigo não favorece um desenvolvimento saudável para as crianças” para questões, tais como: quais são as condições dos acolhimentos para favorecerem um desenvolvimento saudável para as crianças? Como as relações/vinculações estão se fazendo nos acolhimentos? Como cuidamos das relações/vinculações estabelecidas no acolhimento e antes dele?

Precisamos “olhar” para o que fazemos em nome da “proteção” de crianças e adolescentes, pois sabemos que as regras, os procedimentos, as legislações se atualizam no cotidiano das medidas protetivas, figurando o ideal máximo a partir do qual pautamos uma vida que não cessa de escapar aos procedimentos. Nesse sentido, quantas vezes impedimos a presença da mãe, do pai, ou de toda a família, nos cuidados da criança, em nome da defesa dos direitos da criança, para colocá-la a salvo de um “risco” (em casos em que há, por exemplo, “suspeita” de violação de direitos)? A retirada da criança de sua família de origem pode ser feita de forma abrupta, com uma separação “total”, a partir da qual a família de origem sequer pode saber onde a criança se encontra, a despeito dos “Protestos”, “Desesperos” e “Desapegos”. Assim, também devemos olhar para o que ocorre em relação ao vínculo com o abrigo ou com a família acolhedora: por que a vinculação não pode ser pensada como experiência de vida para a criança, que transbordará no tempo como memória viva, ainda que o tempo cronológico de vivência tenha sido pequeno? Por que a provisoriedade dos acolhimentos (que muitas vezes não o são) não pode ser vista como processo de aprendizagem (não somente para as crianças, como para as suas famílias e os trabalhadores da rede) acerca do estabelecimento de vínculos? Por que não podemos trabalhar nos acolhimentos, não apenas junto às crianças, mas também com todos que compõem a rede de atenção (os trabalhadores, as famílias de origem, as famílias acolhedoras, os padrinhos etc.), os afetos que são mobilizados e produzidos nos encontros na rede de assistência? Que

deslocamentos vão se efetuando no repertório de nossas modalidades relacionais institucionalizadas?

Frente a erosão das metanarrativas do amor, da família e da conjugalidade a que já aludimos, que tipos de vínculos podem ser criados, multiplicados, intensificados, ressingularizados, na administração de uma intimidade gerida a margem de institucionalidade? (PAIVA, 2008, p. 61).

5.4 POR UMA PERSPECTIVA ÉTICA DA VINCULAÇÃO INFANTIL

Diante das capturas pelas quais as possibilidades de se relacionar são abordadas na alta complexidade, objetivamos pensar o vínculo baseado numa perspectiva ética da vida. Entendemos que não podemos refletir sobre as atualizações do “vínculo” que se fazem na realidade dos acolhimentos familiar e institucional sem problematizar nossas relações contemporâneas.

Conforme discutido anteriormente, as relações das crianças e adolescentes acolhidos estabelecidas com outrem, seja com educadores, com os colegas de acolhimentos, com as famílias acolhedoras ou de origem, ou até mesmo com a “figura materna” passam por muitas avaliações cujo resultado, muitas vezes, são discutidos como determinantes ou não para o desenvolvimento satisfatório da vida adulta. Parece que é preciso sempre ter uma medida certa para as vinculações estabelecidas, além de muito cuidado com o que esses vínculos podem produzir.

Esse controle das relações estabelecidas na realidade da alta complexidade nos remete às reflexões do teórico Bauman (2004) quando, ao pensar as relações na sociedade contemporânea marcadas pelo consumismo, afirma que tendemos a relacionar a validade do nosso engajamento e compromisso com o outro de acordo com sua utilidade e poder de satisfação. Essas relações são sempre muito cautelosas e cheias de avaliações. E é aí que o autor nos “alerta” para não nos deixarmos envolver e evitar “abraços muito apertados”, pois quanto mais profundas e densas nossas ligações, compromissos e engajamentos, maiores são seus riscos.

Assim, as relações contemporâneas vão se tornando superficiais e fluidas, ou como denomina o autor, líquidas. A vida na cidade, marcada pela fragilidade dos laços

sociais, produz interações cada vez mais precarizadas, e o outro se torna ameaçador pelo desconhecimento que temos dele.

Numa cidade onde é o lugar das diferenças, o que nos tornamos para os outros são superfícies. Já que estamos fadados a vaguear nessa multidão estranha e mutável, **usamos a superfície como a forma de relação**. Avaliamos o estranho pela superfície, de maneira que essa é a única medida possível de avaliação. Quando apenas as superfícies se encontram, sempre de forma passageira, **fica difícil negociar e descobrir se o encontro é prazeroso ou perigoso, então, fica mais fácil e estratégico deter o encontro antes que ele mergulhe além da superfície** (LIVRAMENTO et al, 2013, p.7).

É diante da presença desse estranho na cidade que se procura evitá-lo. Já que não é possível deter o encontro físico, o que se faz é produzir um mau-encontro, ou seja, um encontro que não pretende ser um encontro, onde esse estranho é colocado na esfera da desatenção e se evita com ele qualquer vínculo consciente. Esse estranho é a personificação da insegurança (BAUMAN, 1997), e nós acrescentaríamos da desconfiança.

Os lugares urbanos passam a ser permeados por pessoas que não podem ter contato entre si além do permitido, e apesar da existência de relações, se evita um maior contato. Há uma indiferença no ambiente, uma dispensabilidade das relações. São lugares que não permitem tempo de estada além do limite; são os “não-lugares”.

Quando refletimos sobre as vinculações na alta complexidade, percebemos um jogo de forças que nos empurra para a produção de acolhimentos institucionais e familiares como “não-lugares”. Há uma tentativa constante que se cultive nesses espaços a arte do mau-encontro, conforme exposto. São relações sempre avaliadas quanto às suas possibilidades de benefícios e/ou riscos.

De acordo com Bauman (1997), em nossa sociedade contemporânea, tão marcada pela produção de insegurança, existe uma conspiração contra a confiança e, diante disso, a instauração de crise nas relações. Sabemos, contudo, que ainda que haja toda essa força de padecimento que tenta nos capturar e quer nos deixar solitários, a vida resiste, seja em qual for o lugar/espço, sinalizando que precisamos nos conectar, nos vincular, pois é na relação que a possibilidade de vida está fundada.

É diante dessa insegurança de estar e se envolver com o outro, e de um forte individualismo em nosso convívio social, que a amizade passou a ser articulada aos ideais de igualdade e fraternidade, e a figura do amigo foi sendo associada à figura do irmão. Nossos vínculos mais estreitos e fortalecidos, ou seja, as relações de amizade, foram se tornando espaços destituídos da experimentação do não-familiar, da diferença, e tendem a cair nas armadilhas da exclusão (GOMES & JUNIOR, 2005)

Em consonância com essa reflexão, vimos na história social da família e da criança com Ariès (2012), que as relações de amizade, consideradas as relações mais importantes do século XVI e XVII, foram sendo enfraquecidas em prol do fortalecimento do caráter privado e nuclear da família moderna. A amizade considerada como virtude também teve seu declínio a partir da extensão do cristianismo, sob suspeita da homossexualidade (ORTEGA, 1999).

Ortega (2000) e Derrida (2003) combatem essa ideia de amizade pautada na uniformidade, harmonização e familiaridade, para pensá-la como abertura ao outro, de forma que não se exclua e suprima as singularidades. A amizade, assim, possuiria um caráter transgressor, como relação por vir, que se torna possível formar-se ou transformar-se na conversa. A amizade seria o acolhimento ao outro em sua alteridade e estranheza.

Segundo Ortega (1999), o trabalho foucaultino localiza na amizade um elemento transgressivo, e se interessa pela alternativa que ela representa a formas de relacionamentos prescritos e institucionalizados. Falar de amizade seria, então, para ele, falar de multiplicidade, intensidade, experimentação e desterritorialização. E apesar do autor francês não ter realizado uma elaboração sistemática sobre o tema da amizade, ele destacou sua importância, afirmando-a como possibilidade de utilizar o espaço aberto pela perda de vínculos orgânicos experimentando a multiplicidade de formas de vidas possíveis.

De acordo com Ortega (1999), nas últimas entrevistas de Foucault, a amizade é mencionada como possibilidade de atualização da estética da existência. Na visão foucaultiana, reabilitar a amizade como estética da existência significa introduzir o componente *eros* na relação de amizade, o que não quer dizer que toda amizade

deva ter um caráter sexual, mas ele utiliza a sexualidade para falar da possibilidade de múltiplas relações, das diversas formas de existência. Seguindo Foucault (2004), de acordo com Ortega (1999), “ser homossexual significa ser em devir, por isso o problema da homossexualidade transforma-se no problema da amizade” (ORTEGA, 1999, p. 166).

Foucault (2004) ressalta ainda que o desaparecimento da amizade deve-se ao fato dela desempenhar certas tarefas sociopolíticas na sociedade aristocráticas, que foi interrompida com a implantação de instituições políticas, tais como o exército, o ensino, a burocracia, que não podiam funcionar com relações intensas. Ele ressalta que em todas essas instituições ocorreu certo esforço para reduzir ou limitar as relações afetivas.

Vivemos em um mundo relacional consideravelmente empobrecido pelas instituições. A sociedade e as instituições que constituem sua ossatura limitaram a possibilidade de relações, porque um mundo relacional rico seria extremamente complicado de administrar (FOUCAULT, 2004, p. 120).

Ortega (1999) também ressalta que devido ao seu caráter afetivo, a amizade, ou a intensificação das relações, apresenta uma ameaça à nossa forma social naturalizada. E a esse “risco”, a sociedade reage canalizando a amizade em formas permitidas. Para o autor,

[...] estes mecanismos de regulação e de desativação de seu potencial transgressivo definem a amizade em nossa sociedade como um assunto privado do indivíduo, fora do significado político, onde as instituições sociais determinam seus limites: status social, classe, educação, etc, destruindo todas as suas possibilidades criativas (ORTEGA, 1999, p. 169).

Pensando na realidade de nosso trabalho e zelando para que não se entenda que exista uma proibição declarada das relações estabelecidas nos acolhimentos institucionais, a pergunta que talvez aqui caiba, diante da discussão da psicologia do desenvolvimento e da desvalorização das relações que ali se estabelecem, seja: como viver fora de certa organização familiar? A que e quem isso abalaria? Diante da valorização das relações familiares nas referências de assistência social e justiça, não precisaríamos avançar mais em outras relações/experimentações? As reflexões foucaultianas pretendem mostrar, de acordo com Ortega (1999), que a reabilitação da amizade como forma possível de vida não se esgota na família e no matrimônio.

[...] vivemos num mundo legal, social e institucional, no qual as únicas relações possíveis são extremamente limitadas, extremamente

simplificadas, extremamente pobres. Naturalmente, existem as relações fundamentais de matrimônio e de família, mas quantas relações poderiam existir se fôssemos capazes de encontrar suas próprias leis não nas instituições, mas em outros portadores? (FOUCAULT, 2004, p. 120).

Foucault (2004) já sinalizava a importância de não aceitarmos o empobrecimento do tecido relacional, e seguir uma aposta ética de nossas relações. A ética da amizade, de acordo com Ortega (1999), apontaria então para a intensificação da experimentação e das relações afetivas, como possibilidade de resistência à institucionalização dos laços afetivos. A nova ética da amizade busca criar um relacionamento intenso e móvel, que não permita que as relações de poder se transformem em estado de dominação.

Para Foucault (2004), a estratégia para não aceitarmos esses estados de dominação se encontraria precisamente na relação que o indivíduo mantém consigo mesmo. “Não [existe] nenhum ponto de resistência ao poder político mais útil e com mais prioridade [...] que o consistente numa relação consigo (FOUCAULT, 2004 apud ORTEGA, 1999, p. 34).

A prática de si, expressão usada por Foucault (2004), nos remete a uma qualidade de cuidado que o indivíduo estabeleceria consigo mesmo, observando a possibilidade de cultivar a liberdade, problematizando as maneiras como somos constituídos e como constituímos o mundo. A liberdade, na compreensão do autor, seria a “arte de construção da vida” (FOUCAULT, 2004).

Nas relações que estabelecemos com o mundo por meio do exercício da liberdade, um “si” seria então cultivado, de forma que esse “si” não seria um fundamento ou substância, mas um efeito emergente da ação de cuidado. Um “si” exercício de transformação no cultivo que se faz na relação com o outro como diferença potencial do que somos e do que fomos. Daí que, na leitura que realiza da experiência grego-romana, Foucault (2004) afirma que no cuidado de si se efetua o cuidado do outro. Cuidando de si cuida-se também do outro.

O sujeito ético só se constitui no encontro com o outro, na “relação com”. Por isso o cuidado nos remete sempre para uma atenção para com a nossa experiência, porque é nela que emerge um si e um mundo, e enquanto sujeito de relação é preciso cuidar de si. Cuidar de si é desestabilizar, é desequilibrar. Engloba atitude, uma forma de olhar, implica ações, transformações. O cuidado de si é um princípio

ético, nos incita a agir bem; agir como, onde e quando convém, constituindo atividade, fornecendo imanentemente medida e forma.

Diante disso, o cuidado nos convoca a colocar em análise nossas intervenções no mundo: Como fazemos? Por que estamos fazendo? O que fazemos? Para onde estamos indo? Ou, como reflete Orlandi (2000, p. 217), “que estamos ajudando a fazer de nós mesmos”?

Foucault (2004) afirma que mediante a influência do cristianismo, em nosso tempo, apenas o conhecimento de si é investido, de forma que não se busca a transformação, mas a renúncia de praticar o si, procura-se a verdade do sujeito, o conhecimento dele por ele mesmo a ser buscado em seu interior. Dispensa-se o *cuidado* porque há a *verdade*.

Como sabemos, a psicologia ao longo de sua história também se aliou ao jogo da verdade, produzindo visões deterministas, padrões de como se deve viver, quem deve cuidar, classificando no campo da desordem o que escapava dos padrões estabelecidos. Ainda percebemos esse ranço nas produções psi em relação à assistência social, como vimos no uso que se faz em documentos quanto ao desenvolvimento de crianças acolhidas.

Quando nos deparamos com determinados usos das teorias tradicionais que pensam as relações e vinculações estabelecidas por crianças e seus possíveis efeitos patológicos, sentimos uma desvalorização da vida. São caminhos sempre bem marcados, com ideias transcendentais que produzem verdades, que ditam as regras de como devem ser nossas relações com a vida, com a família, patologizando e judicializando ao que disso escapa.

Novamente queremos fazer uma torção acerca do que temos entendido por vinculação, desvirtuando essa “vinculação” que sempre se refere ao que dela escapa como patologias e desvios. Como podemos falar de práticas de cuidado nas relações nos diversos espaços de vivência da criança afastada de sua família de origem?

Queremos aqui pensar as vinculações que estabelecemos na vida por uma perspectiva ética a fim de problematizar a produção de relações/vinculações

“desqualificadas”, “patologizantes” e/ou “preocupantes” que se estabelecem na rede de acolhimento familiar e institucional.

Numa perspectiva filosófica e prática de Espinosa, a ética diz respeito à composição dos corpos, do poder de afetar e ser afetado no plano da imanência (Deleuze, 2002). Essa perspectiva desmonta todos os sistemas de valores, compreendendo que o Bem e o Mal não são anteriores à vida, mas composições com nosso corpo que aumentam ou diminuem nossa potência de vida.

Por confiar na vida, na potência da vida, Espinosa denuncia aquilo que faz com que ela perca a força e se torne impotente. Sua filosofia é uma ética da felicidade, da alegria, da liberdade e nos convoca ao conhecimento para ser afetado, indicando tomar a afetividade humana como conhecimento racional. Esse exercício do intelecto é, para o autor, uma potência afetiva (Chauí, 2011).

A ética proposta por Espinosa, portanto, se apresenta desatada da transcendência religiosa ameaçadora e das normas repressivas da moral. Segundo Chauí (1995):

A primeira [transcendência religiosa] coloca a ética sob a tutela da teologia do pecado, imaginando a liberdade como livre arbítrio e transgressão aos mandamentos divinos. A segunda [normatividade repressiva da moral] submete a ética às ideias imaginativas de bom e mau, isto é, a modelos externos da conduta virtuosa (conforme ao bem) e viciosa (conforme ao mal), identificando a liberdade com o poder para escolher entre valores postos como regras e normas para o agente moral. (p. 53).

A ética de Espinosa propaga uma vida potente. Por isso, ele problematiza o plano da moral, da culpa, da punição, das leis, que se orientam contra a potência da vida. Segundo Deleuze (2002), o plano da imanência, que somos convocados pela ética a nos constituir, é um plano de composição, e não da organização nem de desenvolvimento, nele “não há formas [...] nem sujeito, mas estados afetivos individuantes da força anônima” (Deleuze, 2002, p. 133).

Refletir sobre a vinculação e o desenvolvimento por uma perspectiva ética nos convoca a pensar que ao longo de nossas vidas estamos sempre por nos constituir, nos compor com os outros corpos por meio dos encontros. Por isso, diante de tal perspectiva, não cabe pensar em uma essência de sujeito que é constituída na primeira infância e o determinaria por toda a vida. É claro que não estamos aqui desconsiderando a experiência, que guiará nossas ações no presente, como

também movida pela memória. Acontece que a memória, que nunca é vazia, é acionada pelas relações, práticas, conexões do presente. Por isso, não há um passado ao qual retornaremos, mas um presente que atualiza o passado sempre de forma singular.

As relações estabelecidas nos espaços de acolhimentos para crianças e adolescentes são intensamente atravessadas por certa tentativa de “controle” dos corpos que ali se afetam, de discursos psicologizantes produtores de realidades e que têm por efeito a desqualificação da vida.

Nossa aposta na política pública é pensar espaços de acolhimento que produzam potência. Então, como não permitir o encontro com o outro? Machado (1999) alerta-nos que é preciso criar novos espaços por onde andar, em lugar da permanência em campos mapeados.

[...] em lugar do Bem e do Mal como valores morais absolutos e homogeneizadores do campo social, apostar em bons encontros, em relações que venham aumentar nossa potência [...] A potência em lugar da impotência. Possibilidade de afetar e permitir-se ser afetado, onde o encontro produza ações que venham instaurar a vida e não simplesmente evitar a morte (p. 224).

Entendemos que apostar em modalidades de acolhimento familiar e institucional é apostar na relação, é apostar na construção de confiança. É preciso não temer o encontro. Com isso, afirmamos também a relação que as crianças acolhidas forjam com seus próximos, sejam familiares, amigos, vizinhos etc. É nesse sentido que consideramos urgente a desvirtuação das produções que se fazem nessa rede a respeito das vinculações de crianças e adolescentes acolhidos já que é por meio das relações, dos encontros, que produzimos questionamentos, mobilizamos novas proposições e fazemos a vida mais potente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta de pesquisa-intervenção com a rede de proteção social especial de alta complexidade para crianças e adolescentes buscou compartilhar com os diversos atores aquilo que percebíamos como assunto controverso referente ao nosso campo de trabalho. Dessa maneira, conversamos com os entrevistados sobre os motivos dos acolhimentos, sobre nossas vivências e ações, sobre “família”, apego, a dicotomização entre o acolhimento familiar e institucional, ética, modos de resistência, vinculações, entre outros, buscando fomentar novas práticas.

Percebemos que, ao tratarmos da relação que estabelecemos com a vida e com os outros, as temáticas do “vínculo” e da “confiança” impuseram-se não apenas como figuras conceituais, mas como experiências fundantes do percurso de nossa pesquisa. Inicialmente, foi preciso criar estratégias para a construção de engajamento dos participantes no processo de pesquisar que, como vimos, só pôde ser estabelecido por meio da construção de confiança, que fez, assim, multiplicar os pontos de conexão e interesse.

Colocar em análise a criminalização da pobreza, a produção de um modelo familiar como necessidade, a retirada das crianças em “risco” e/ou “negligência” de suas famílias, nos convoca a pensar sob qual ponto de vista estamos nos propondo a discutir nossos modos de convivência (familiar e comunitária).

Bauman (2009) já nos apontava que (com) viver numa cidade significa viver junto – junto com os estrangeiros, que seriam aqueles que promovem diferenças nos padrões até então estabelecidos, desconhecidos, imprevisíveis, que não se adaptam aos mapas cognitivos, morais ou estéticos do mundo e quem, com sua simples presença, torna opaco o que deveria ser transparente.

Vimos que o fortalecimento do acolhimento familiar emerge, dentre tantos outros fatores, como uma recusa aos modos de vida estabelecidos no acolhimento institucional: como pensar em convivência e fortalecimento de vínculos fora dos moldes familiares estabelecidos? Como ocorreria o desenvolvimento das crianças fora de um cuidado materno e/ ou familiar? Os autores Bowlby e Winnicott, geralmente tão usados para afirmar tais perguntas, nos convocam também a refletir a importância de intensificar as nossas vinculações, que não especificamente precisa ser a mãe, mas relações de confiança e cuidado para o desenvolvimento sadio da criança.

A questão é que nossos modos de vida contemporâneo, tão marcados pelas relações de risco, controle e desconfiança, procuram limitar nossas possibilidades de “viver com”. Recusamos o que não nos é familiar e previsível, e rejeitamos as diferenças. É diante de todas essas reflexões que nosso trabalho buscou promover a seguinte indagação: como estamos nos dispondo a “com-viver”? E o que nossos modos de convivência produzem na proteção de nossas crianças e adolescentes?

Buscamos transversalizar nossa pesquisa com as reflexões éticas que nos apontam para a intensificação da experimentação, das relações afetivas e das práticas de cuidado. Como vimos, apostar na potência das modalidades de acolhimento familiar e institucional é apostar na relação, na construção de confiança. É preciso não temer o encontro, pois são os vínculos que mobilizam as redes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, S. **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo. HUCITEC, 2004.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

AYRES, L. S. M.; CARDOSO, A. P.; PEREIRA, L. C. O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude. **Fractal Revista de Psicologia**, v.21 – n.1, p. 125-136, Jan/Abr. 2009.

AYRES, L.S.M; COUTINHO, A.P.C; SÁ, D.A; Abrigos e Abrigados: construções e desconstruções de um estigma. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, ano 10, n.2, p 420-433, 2010.

BAUMAN, Z. Ética pós-moderna. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Sobre a dificuldade de amar o próximo. Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

BARROS, L. P., & KASTRUP, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina.

BENEVIDES, R. PASSOS, E. Clínica, política e as modulações do capitalismo. Revista Lugar Comum, RJ, ISSN 14158604, n. 19-20, jan-jun de 2004, pp. 159-171.

BEZERRA JR., B. Winnicott e Merleau Ponty: o *continuum* da experiência subjetiva. In: Bezerra Jr., B; Ortega, F. (Org). **Winnicott e seus interlocutores**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.35-65, 2007.

BOCCO, F; NASCIMENTO, M. L; COIMBRA, C. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social: entrevista com Loïc Wacquant. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 319-329, jun. 2008.

BRASIL. Lei **Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006

_____. Lei federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990 (1990, 13 de julho). Ecriad. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: *Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere*. 10ª Ed. Ministério Público do Espírito Santo, Vitória, 2010, (p. 38-117).

_____. **Convenção dos Direitos da Criança**, 1990. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convdir_crianca.pdf

_____. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf

BOWLBY, J. **Apego: a natureza do vínculo**. Apego e perda, v. 1 - 3ª Ed- São Paulo: Martins Fontes, 2002ª.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002b

_____. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1989.

BRAZÃO, J. C. C. O vínculo como primado da relação como uma experiência de compartilhar: uma perspectiva transdisciplinar. **Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense**, Departamento de Psicologia, 2012.

BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos 'criança' e 'menor'. In: **PIVETES – A produção de infâncias desiguais**. p. 61-73, 2003.

CABRAL, C. (2004). Perspectivas do Acolhimento Familiar no Brasil. In CABRAL, C. (Org.), **Acolhimento familiar: Experiências e perspectivas** (p. 10-17). Rio de Janeiro: UNICEF/ Terra dos Homens/ Booklink.

CABRAL, C.; GUIMARÃES, C. **Acolhimento Familiar**. Cartilha. ABTH, Booklink, 2005.

CHAUÍ, M. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. São Paulo, Moderna, 1995.

CHAUÍ, M. **Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CNAS & CONANDA. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1>. acessos em 12 de jul. 2012

COELHO, D. C. G. **As Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente no Município de Serra: Desconstruindo Vilões e Mocinhos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

COSTA, N. R. A. & ROSSETI-FERREIRA, M. C. Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 22(1), 2009, p. 111-118.

CRUZ, L. **(Des) articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CRUZ, L.; HILLESHEIN, B.; GUARESCHI, N. M. F. Infância e Políticas Públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, 17(3), 42-49, (2005).

DELEUZE, G. Controle e Devir. In **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992

_____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs** (volume I). São Paulo: editora 34, 2000.

DERRIDA, J. **Políticas da amizade**. Porto, Campo das Letras, 2003.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

ESPINOSA, B. (1973). **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural.

FACHINETTO, N. J. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Contextualizando com as políticas públicas (in)existentes**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

FERREIRA, F. T. Rizoma: um método para as redes? **Liinc em Revista**, v.4, n.1, março 2008, Rio de Janeiro, p.28-40. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/251/142>

FERREIRA, E. O. A família como necessidade. In: FRANCISCHINI, R; MINCHONI, T; FERREIRA, E. O (Org). **Crianças e adolescentes: percursos teórico-metodológicos de investigação em múltiplos contextos de desenvolvimento**. Natal: Edufrn, 2012.

FREIRE, L. L. A ciência em ação de Bruno Latour. **Cadernos IHU idéias**, ano 11, nº 192, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 2 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996a.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996b.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUGANTI, L. **A ética como potência e a moral como servidão**, (2009). Disponível em: <http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/fuganti-luiz/etica-como-potencia-e-moral-como-servidao>.

GOMES, L. G. N; JÚNIOR, N. S. Semânticas da amizade e suas implicações políticas. *Psicologia USP*, 16(3), p. 119-142, 2005.

HDRY, S. B. **Mãe natureza: uma visão da evolução, maternidade, filhos e seleção natural**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Campinas: Papirus, 1999.

KASTRUP, V; TSALLIS, A. Acoplamentos, Vínculos e Deficiência Visual: sobre um vetor de atravessamento Varela-Latour. **Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 12, 2009.

KLAUTAU, P; SALEM, P. Dependência e construção da confiança: A clínica psicanalítica nos limites da interpretação. **Nat. hum.**, São Paulo , v. 11, n. 2, fev. 2009 .

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: 34, 1994.

_____. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A; ROQUE, R (Orgs). *Objetos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento, p. 40-61, 2007.

_____. *Reagregando o social*. Salvador, EDUFBA, 2012.

LAVRADOR, M. C. C. Loucura e vida na contemporaneidade. **Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia**, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

LIMA, B. A. Controvérsias relacionadas à união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo. **Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**, UERJ, 2013.

LIVRAMENTO, A. M; NASCIMENTO, A. R. O; CANAL, F. D; TAVARES, G. M. Não Fale com Estranhos! **Universo da psicologia**, v. 1, nº 2, 2013.

LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

MACHADO, L. D. Ética. In: BARROS, E. (Org.). **Psicologia: Questões Contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

MACHADO, L. D. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, E. (Org.). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

MACHADO, L. D & LAVRADOR, M. C. C. As políticas que incidem sobre a vida. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ANO 10, n.1, p. 118-133, 2010.

MARTINS, L. B., COSTA, N. R. A, ROSSETI-FERREIRA, M. C. Acolhimento familiar: caracterização de um programa. **Paidéia**, v.20, n.47, 2010, p. 359-370. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000300008. Acesso em 12 de julho de 2012.

MICHAELIS. Dicionário online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=v%EDnculo>

MOL, Annemarie. Política Ontológica. Algumas idéias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo. **Objetos Impuros. Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. Cap. 2, págs. 63 – 77.

MORAES, M. Subjetividade, Cognição e Redes Sociotécnicas. **Subjetividade e Contemporaneidade**, Ano X, n. 16, 2005 Disponível em: http://www.psicologia.ufri.br/pos_eicos/pos_eicos/arganexos/documenta/doc16_art4.pdf

_____. Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M. e Kastrup, V. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

NETO, N. A. *O inconsciente como potência subversiva*. São Paulo: Escuta, 1991.

NASCIMENTO, M. L. Criminalização da pobreza, moralização das famílias, direito à convivência familiar: aproximações entre proteção e negligência. IV Seminário

Municipal de Convivência Familiar e Comunitária. Vitória, 19 de Outubro de 2011. Disponível em: http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/arquivos/20111020_seminario_semas_texto_maria.pdf

NASCIMENTO, M. L. do; LACAZ, A. S. & ALVARENGA FILHO, J. R. de. Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. **Barbaroi** [online]. 2010, n.33, pp. 50-64. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n33/n33a04.pdf>

NERY, Maria Aparecida. A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser pensada na escola. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 189-207, mai.-ago. 2010 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

NOBRE, J. C. de A; PEDRO, R. M. L. R.. Vida humana, mídia e mercado: uma perspectiva sociotécnica das pesquisas com células tronco embrionárias. **Estud. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 320-336, 2014.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre os direitos da criança, 1989. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convdir_crianca.pdf

ORLANDI, L. B. L; Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? (2000). Disponível em http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/orlandi/que_estamos_ajudando.pdf

ORTEGA, Francisco. Amizade e estética da existência em Foucault. São Paulo: Graal, 1999.

ORTEGA, Francisco. Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PAIVA, A. C. S. Amizade e modos de vida gay: por uma vida não fascista. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de; VEIGA-NETO, A; FILHO, A. S. (Orgs.) **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos).

PASSOS, E. Os dispositivos clínico-políticos e as redes no contemporâneo. Entre Linhas do Conselho Regional de Psicologia CRP-07, Porto Alegre, p. 8-9, 2000. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Agruivos/textos_sti/Eduardo%20Passos/texto8.pdf

PASSOS, E; BARROS, R. B. A Cartografia como Método da Pesquisa-Intervenção. In Passos, E; Kastrup, V; e Escóssia, L. (Org.): **Pistas do Método da Cartografia**, 2009. Editora Sulina, p. 17-31. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/viewFile/10470/8324>.

PEIXOTO JUNIOR, C. A. Sobre o corpo-afeto em Espinosa e Winnicott. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro – RJ, Vol.4, nº 2, jul-dez de 2013.

PELBART, PETER PÁL. Biopolítica. Sala Preta, n.7, p.57-65, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320/60302>

PONTES, Fernando Augusto Ramos et al . Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. **Aletheia**, Canoas , n. 26, dez. 2007 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000200007&lng=pt&nrm=iso acessos em 03 set. 2014.

REIS, E. F. Varas de Famílias – Um encontro entre Psicologia e Direito. 1º Ed, Juruá. Curitiba, 2010.

RIBAS, A. F. P; MOURA, M. L. S. Responsividade materna e teoria do apego: uma discussão crítica do papel de estudos transculturais. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 17, p. 315-322, 2004.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. Cortez: São Paulo, 2009.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia, ciência e profissão**. 2003, vol.23, n.4, pp. 64-73.

RODRIGUES, L; GUARESCHI, N. M; CRUZ, L, R. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. *In: Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. (Org) RODRIGUES, L; GUARESCHI, N. M; CRUZ, L, R. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 12 – 22, 2013.

SADE, C; FERRAZ, G. C; ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal**, Rev. Psicologia, v. 25 – nº 2, p. 281-298, 2013.

SALÉM, P. A gramática da quietude: um estudo sobre hábito e confiança na formação da identidade. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SCHEINVAR, E. Idade e proteção: Fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobre). In: **PIVETES – A produção de infâncias desiguais**. P.83-109, 2003.

SILVA, A. P. (Org.). **Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária** – Fazendo Valer um Direito. Caderno 3. Famílias Acolhedoras. ABTH, UNICEF, 2007.

SOUSA, L. S.; ROMAGNOLI, R. C. Considerações acerca da articulação clínica, rizoma e transdisciplinaridade. **Mnemosine**, Vol.8, nº1, p. 72-89, 2012.

TEDESCO, SILVIA HELENA; SADE, CHRISTIAN; CALIMAN, LUCIANA VIEIRA. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 – n. 2, p. 299-322, Maio/Ago. 2013.

TSALLIS, A. C; FERREIRA, A. A. L.; MORAES, M. O; ARENDT, J. O que nós psicólogos podemos aprender com a teoria ator-rede? *Interações*, Vol. XII, nº. 22, p. 57-86, 2006.

WACQUANT, L. Entrevista Loïc Wacquant: A criminalização da pobreza. *Mais Humana*, dez.1999. Disponível em: www.maishumana.com.br/loic1.htm.

WEBER, L.N.D. (1995). Da institucionalização à adoção: um caminho possível? *Revista Igualdade – Ministério Público Paraná*, 9, 1-9.

WINNICOOT, D. W. **A família e o desenvolvimento do indivíduo**. Tradução de Jane Correa – Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

Anexo 1

Roteiro de Entrevistas

Técnica da Vara da Infância e Juventude de Vitória/ Conselheira Tutelar/ Coordenação acolhimento institucional/Coordenação acolhimento familiar

1- Explicar a Pesquisa e como cheguei ao objetivo:

- Angústias vivenciadas no acolhimento familiar
- Fortalecimento do Programa Família Acolhedora e a desqualificação do espaço institucional
- Sofrimento das crianças em acolhimento familiar. O acolhimento familiar é tão bom assim? Não é salvação!
- Questões dos acolhimentos desnecessários, não aposta da rede na família de origem ... estamos de fato “desinstitucionalizando”?
- As vinculações, suas apostas e medos, tanto no familiar como no institucional.
- Desqualificação em relação ao vínculo no espaço institucional

Objetivo: *Acompanhar as práticas que se fazem na rede na PMV e seus efeitos. Dar visibilidade às questões que tem fragilizado essa rede da alta complexidade... Como podemos fomentar novas práticas?*

Falar de rede como alianças, fluxos, movimentos. Os atores são aquilo que movimentam, “faz fazer”, produzem efeito nessa rede. Ex: leis, famílias de origem, trabalhadores.

Falar de práticas como corpo de discursos e procedimentos por meio do qual se constroem sujeitos e objetos e se fazem vigorar verdades.

2- Como é o seu trabalho?

3 - Sempre atuou nessa área? Há quanto tempo está nessa função?

4- Qual sua relação com a alta complexidade para crianças e adolescentes de Vitória?

5- Qual avaliação você faz dela? Quais principais questões/embates aparecem?

6- Você se sente sozinha quando pensa essas questões? Que rebatimentos isso tem para sua vida?

7- Quais os principais motivos dos acolhimentos atualmente?

8- Avalia que existem acolhimentos que não precisavam ser feitos?

9 – Segundo Nascimento, com a afirmação no estatuto de que pobreza não seria motivo para retirar as crianças, a negligência tem abarcado essa situação, ou seja, não se abriga por pobreza, mas por negligência. Você tem percebido isso na nossa

realidade? Como podemos avançar mais?

10- Segundo a ata das reuniões, em 2011 tínhamos 128 acolhidos, hoje temos 74. O que contribuiu para diminuir esse número?

11- Você tem contato com as crianças e adolescentes acolhidos?

12- O que sente quando vê essas crianças/adolescentes?

13- Tem contato com as famílias de origem das crianças? Como é a relação?

14- Considera que, de fato, essas famílias de origem tem sido “ouvidas”/consideradas por essa rede? Para além das fragilidades que apresentam?

15- Quais fragilidades ainda existem na escuta/acolhimento dessas famílias?

Compartilhar as resistências que eu percebia enquanto técnica. Ex: encontros das crianças com suas famílias de origem, questionamentos quanto às regras do PFA. “Os modos de resistir dizem respeito à ruptura de todos os tipos de aprisionamentos que impedem as passagens de intensidades, de vozes, de liberdade”.

16 - Percebe que as crianças e/ou as famílias de origem resistem a essas situações que o abrigo/acolhimento produz? Questionam regras? Não aceitam a destituição ... Como elas têm aparecido?

17 - Como você lida com essas resistências? Em que elas te afetam?

Temos vivido um momento de supervalorização da família. Toda a assistência social, por exemplo, trabalha com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Entretanto, percebemos, com isso, uma produção de existência fracassada para aqueles que não são cuidados dentro de um modelo de família.

18 - Avalia que essa visão pode ser prejudicial para as crianças em situação de acolhimento institucional?

19 - Como você lida/trabalha com o conceito de família? O que considera família?

20- O estatuto fala que não podemos desvincular irmãos, mas quando não se consegue alternativa de adoção, isso ainda acontece aqui em Vitória ... Como tem sido isso? Qual sua opinião? Não deveríamos valorizar essa vinculação entre os irmãos já que se trata de família?

21 – Estamos em um momento do fortalecimento do Programa família acolhedora ... Qual a importância disso para a alta complexidade?

Atualmente, o PFA tem sido muito discutido visando seu fortalecimento. Um dos

motivos para esse fortalecimento é devido aos problemas causados pelos abrigos. Ou seja, para afirmar o PFA, desqualifica-se o acolhimento institucional, as relações que ali são estabelecidas em prol da vivência em família. É como se a criança do espaço institucional já estivesse “fadada” ao fracasso (ex: o próprio plano Nacional). Ao mesmo tempo, buscamos esse espaço como um espaço de cuidado, que possa ser potente para a vida dessa criança. Temos aí um problema. Um dos objetivos da pesquisa é pensar como as vinculações, seja no acolhimento familiar ou institucional, podem ser potentes para essas crianças ... entendemos que não são as paredes do abrigo ou da casa que farão as diferenças, mas as relações estabelecidas com ela.

22 – Como você percebe a vinculação das crianças/adolescentes com os abrigos?

23- Acha que as crianças sofrem prejuízos no espaço de acolhimento institucional? Por quê?

24 – Avalia que a falta de condições de trabalho contribui para isso? Por quê?

25- Como é a relação das crianças/adolescentes com a comunidade? Avalia que sofrem discriminação? Em quais situações?

26 – E no acolhimento familiar, acha que sofrem algum tipo de prejuízo? Por quê?

27- Como fortalecer o acolhimento institucional? O que ele precisa/precisaria para se afirmar como um espaço de cuidado/acolhimento para essas crianças?

Sinto que as produções atuais a respeito do acolhimento familiar o trazem como “salvação” da alta complexidade. Entretanto, vivenciamos da mesma forma o sofrimento da criança afastada de sua família, o sofrimento da família de origem ... Não queremos afirmar que o acolhimento familiar é ruim ou bom ... apenas pensar/problematizar como ele tem se afirmado.

Falar das famílias de origem de que não sabem onde estão as crianças.

Visita mediada pelo Programa, como garantir a frequência? O Pfa pode servir como instrumento de maior controle sobre essa criança e família.

Essa “romantização” a respeito do acolhimento familiar me preocupa. Pois penso que o acolhimento familiar precarizado pode também ser usado como uma forma maior de controle sobre essas situações: a família não sabe onde está a criança, os encontros são mediados pelo programa e demandam da equipe técnica. Além disso, pode-se afirmar a necessidade de um acolhimento apenas por ser familiar (relatar a ligação que recebemos “não queria acolher essa crianças, mas será que não temos vaga no acolhimento familiar”?)

28-Já percebeu essas questões?

29 – Acha que o acolhimento familiar pode ajudar nas questões que surgem da realidade do acolhimento institucional? Como?

Hoje vivemos um grande paradoxo em relação ao vínculo da criança e família acolhedora no PFA. Ao mesmo tempo que o Programa é criado e se pensa seu fortalecimento devido ao cuidado mais individualizado e o fortalecimento de vínculo com a família, esse vínculo também é preocupante pois terá que ser rompido. Quanto mais nova é a criança, maior a preocupação dos técnicos por medo de que o vínculo justifique uma adoção.

Compartilhar orientação que foi dada à família para ela não se apegar e nossa própria preocupação em alguns casos ...

Sabemos, entretanto, que o vínculo/apego e a relação de confiança é muito importante para o desenvolvimento da criança.

30 - Em algum momento do seu trabalho você também teve essa preocupação em relação ao apego das famílias acolhedoras? Já percebeu essa preocupação entre os técnicos que compõe e alta complexidade? Como ela aparece?

Geralmente se tem muito cuidado com o vínculo da criança com o abrigo no pós – adoção. Afirma-se que ela tem que ter o “corte” com o espaço. Entretanto, entendemos essa história faz parte da criança e, por isso, não há porque não acessá-la.

Citar a reunião que consta em ata: levar ou não os pertences dos espaços de acolhimento? Levar para a família adotiva na VIJV ou pegá-la no abrigo?

31- Você tem percebido essas questões entre os técnicos?

32 - Essa demanda tem surgido nas famílias adotivas?

Como podemos desvirtuar esse “controle” dos afetos/vinculações que se fazem nos espaços de acolhimento institucional e familiar?

Nossa aposta é construção do sujeito ao longo da vida, não é apenas com vínculos maternos/familiares, mas com a própria vida, nos encontros da vida. É nas relações que nos compomos, e nesses encontros é que podemos aumentar ou diminuir nossa potência de vida. Como pensar em espaços de acolhimento que produzam potência?

Entrevista com família acolhedora

1- Explicar a Pesquisa e como cheguei ao objetivo:

- Angústias vivenciadas no acolhimento familiar
- Fortalecimento do Programa Família Acolhedora e a desqualificação do espaço institucional

- Sofrimento das crianças em acolhimento familiar. O acolhimento familiar é tão bom assim? Não é salvação!
- Questões dos acolhimentos desnecessários, não aposta da rede na família de origem ... estamos de fato “desinstitucionalizando”?
- As vinculações, suas apostas e medos, tanto no familiar como no institucional.
- Desqualificação em relação ao vínculo no espaço institucional

Objetivo: Acompanhar as práticas que se fazem na rede na PMV e seus efeitos. Dar visibilidade às questões que tem fragilizado essa rede da alta complexidade... Como podemos fomentar novas práticas?

Falar de rede como alianças, fluxos, movimentos. Os atores são aquilo que movimentam, “faz fazer”, produzem efeito nessa rede. Ex: leis, famílias de origem, trabalhadores.

Falar de práticas como corpo de discursos e procedimentos por meio do qual se constroem sujeitos e objetos e se fazem vigorar verdades.

2 - Como chegou ao Programa? Qual a motivação?

3 - Como tem sido sua experiência como família acolhedora?

4 - Como é a vinculação com essas crianças?

5 - Teria como não se apegar? Por quê?

6 - Avalia que o seu cuidado foi importante para essas crianças? Por quê?

7 - Quais maiores problemas você enfrentou/tem enfrentado?

8 - Você tem contato com toda essa rede da alta complexidade (abrigos, PFA, VIJIV), percebe questões/problemas?

9- As crianças que passaram por você tinham contato com a família de origem? Elas demonstravam afetos por eles?

10- Já ouvi famílias acolhedoras relatarem que se sentem discriminadas por exercerem esse papel. Como as pessoas avaliam o seu trabalho? Já se sentiu discriminada?

11- Você se sente sozinha diante dificuldades do acolhimento? Que rebatimentos isso têm para sua vida?

Atualmente, o PFA tem sido muito discutido visando seu fortalecimento. Um dos motivos para esse fortalecimento é devido aos problemas causados pelos abrigos. Ou seja, para afirmar o PFA, desqualifica-se o acolhimento institucional, as relações que ali são estabelecidas em prol da vivência em família. É como se a criança do espaço institucional já estivesse “fadada” ao fracasso. Ao mesmo tempo, buscamos

esse espaço como um espaço de cuidado, que possa ser potente para a vida dessa criança. Temos aí um problema. Um dos objetivos da pesquisa é pensar como as vinculações, seja no acolhimento familiar ou institucional, podem ser boas/potentes para essas crianças ... entendemos que não são as paredes do abrigo ou da casa que farão as diferenças, mas as relações estabelecidas com ela.

11 – Já percebeu essas questões? Tem algo a dizer sobre isso?

12 - Já teve contato com espaços de acolhimento institucional? Como era? Como percebe as relações presentes ali?

13 - Como era a sua relação com as crianças?

14 - E das crianças e educadores?

15 - Já foi madrinha afetiva? Como avalia o Programa?

16 - Geralmente há resistência de crianças com menos de 6 anos entrarem para o Programa de Apadrinhamento ... qual sua avaliação? Não seria interessante também para essas crianças se relacionarem com pessoas da comunidade em geral?

17- Qual avaliação geral você faz dos espaços de acolhimento institucional?

Geralmente se tem muito cuidado com o vínculo da criança com o abrigo no pós – adoção. Afirma-se que ela tem que ter o “corte” com o espaço. Entretanto, entendemos essa história faz parte da criança e, por isso, não há porque não acessá-la.

18- No caso da criança ser encaminhada para adoção, veria problema dela ter contato com o abrigo, com as pessoas que cuidaram dela?

19 - E com a família acolhedora?

20- Já viveu essa experiência?

Entrevista com família de origem

1. Explicar a Pesquisa e como cheguei ao objetivo:

- Angústias vivenciadas no acolhimento familiar
- Fortalecimento do Programa Família Acolhedora e a desqualificação do espaço institucional
- Sofrimento das crianças em acolhimento familiar. O acolhimento familiar é tão bom assim? Não é salvação!
- Questões dos acolhimentos desnecessários, não aposta da rede na família de origem ... estamos de fato “desinstitucionalizando”?
- As vinculações, suas apostas e medos, tanto no familiar como no institucional.

- Desqualificação em relação ao vínculo no espaço institucional

Objetivo: Acompanhar as práticas que se fazem na rede na PMV e seus efeitos. Dar visibilidade às questões que tem fragilizado essa rede da alta complexidade... Como podemos fomentar novas práticas?

Falar de rede como alianças, fluxos, movimentos. Os atores são aquilo que movimentam, “faz fazer”, produzem efeito nessa rede. Ex: leis, famílias de origem, trabalhadores.

Falar de práticas como corpo de discursos e procedimentos por meio do qual se constroem sujeitos e objetos e se fazem vigorar verdades.

- 2- Como tem sido sua relação com o Programa Família Acolhedora?
- 3- Sei que você tem sofrido muito com o afastamento do seu filho. Como tem sido esse tempo para você?
- 4- Neste momento difícil, de afastamento da criança de sua família de origem, você acha que o cuidado da família acolhedora à criança pode ajudá-la? Como?
- 5- O que mais te preocupa em saber do acolhimento do seu filho?
- 6- Já ouvimos de algumas famílias de origem a preocupação em seus filhos estarem em família acolhedora por não saberem o local onde estão, como é a casa, quem é a família ... isso também te incomoda?
- 7- Você tem contato com toda essa rede da alta complexidade (abrigos, PFA, VIJIV), percebe questões/problemas? Quais?
- 8- Seu filho já passou pelo acolhimento institucional? Como era sua relação com o espaço?
- 9- Como era a relação da criança com o acolhimento institucional?
- 10- Como era a relação entre crianças e educadores?
- 11- Como foi sua reação quando soube da transferência para o programa família acolhedora?
- 12- Percebe diferenças em relação ao acolhimento institucional e familiar? Quais? Por quê?
- 13- Você se sente sozinha nesse momento de acolhimento do seu filho? Por quê?
- 14- Você se sente acolhida pela alta complexidade? No que avalia que a alta complexidade poderia melhorar?